



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 396

Terça-feira - 29 de dezembro de 2009

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos.....	1
Biguaçu .....	2
Braço do Trombudo.....	3
Caçador.....	7
Campo Alegre.....	9
Canoinhas.....	22
Catanduvas.....	33
Coronel Martins.....	39
Corupá.....	44
Erval Velho.....	60
Forquilha.....	63
Garopaba.....	65
Herval D' Oeste.....	71
Imbituba.....	74
Irineópolis.....	94
Luzerna.....	95
Massaranduba.....	95
Meleiro.....	98
Paulo Lopes.....	102
Pinheiro Preto.....	102
Porto Belo.....	103
Salto Veloso.....	105
São Lourenço do Oeste.....	107
São Pedro de Alcântara.....	110
Turvo.....	113
Videira.....	146

### Consórcios Públicos

CIGA.....	146
-----------	-----

**Antônio Carlos**

**Prefeitura Municipal**

### Decreto N° 151/2009

DECRETO N° 151/2009 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ANULÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 22 de Dezembro de 2008.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.717,80 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01.12.361.0009.2.013-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
R\$ 1.717,80

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01.12.361.0009.2.013-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
R\$ 1.717,80

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de Dezembro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Dezembro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto N° 152/2009

DECRETO N° 152/2009 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ANULÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.197 de 22 de Dezembro de 2008.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.066,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01.13.392.0018.2.025-3.1.91.00.00.00.00 – Despesa Intra-Orçamentária R\$ 1.042,00

06 – SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 – SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0038.2.042-3.1.91.00.00.00.00 – Despesa Intra-Orçamentária R\$ 3.024,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.01.13.392.0018.2.025-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
R\$ 1.042,00

### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

06 – SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS  
 06.01 – SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS  
 06.01.26.782.0038.2.042-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 R\$ 3.024,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2009.  
 GERALDO PAULI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2009.  
 MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
 Secretário de Administração e Finanças

### Quinto termo aditivo ao contrato n° 102/2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SC  
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
 Quinto Termo Aditivo ao Contrato n.º 102/2008;  
 Origem: Licitação n° 41/2008;  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC;  
 Contratada: Esteio Pavimentação e Construção Ltda;  
 Objeto: Pavimentação asfáltica da Rua Militão José Coelho (Trecho 1 e 2);  
 Prorrogação de Prazo do Contrato: 30 dias – 23/12/2009 a 25/01/2010;

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2009.  
 GERALDO PAULI  
 Prefeito Municipal

## Câmara de Vereadores

### Resultado do Concurso Público 002/2009

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2009  
 RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO

O Presidente da Câmara Municipal homologa e torna público a lista de candidatos e respectivas notas referentes ao Concurso Público nº 002/2009.

11 - Contador – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	P., M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
008	Jucilene Aparecida Martendal Schmitz	3,663	3,330	6,993	1
005	Ana Carla Prim	3,663	2,664	6,327	2
004	Aurineide Besen	3,663	2,664	6,327	3
007	Maria Madalena Kretzer Gelsleichter	3,330	2,664	5,994	4
002	Luzia Fazan Garcia	2,664	2,997	5,661	5
001	Munick Conradi Hoffmann Pitz	2,997	2,331	5,328	6
010	Leila Simone Scheid	2,331	2,664	4,995	7
006	Fabrizio Pedro Marcelino	2,664	1,998	4,662	8
003	Rudinei Goedert	1,665	1,998	3,663	Reprovado
009	Elizabeth Decker	Faltou			

22 – Auxiliar de Serviços Gerais – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	P., M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
008	Carmelita Schmitt Petri	7,000	8,800	7,900	1
001	Rosete Conrat	7,000	8,000	7,500	2
002	Daiane Silva da Costa	7,500	7,400	7,450	3
006	Estela do Rocio Conceição	7,000	7,600	7,300	4
005	Franciele Serafim Jochem Muller	7,000	7,400	7,200	5
003	Luzia Lídia Guesser Scherer	5,500	7,900	6,700	6
004	Mereli Berndt Ferro	5,500	7,400	6,450	7
007	Janete Maria Pepler Schvartz	4,500	7,000	5,750	8
009	Dilceia Maria S. Eli	Faltou			

Comunica ainda, que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso de revisão de classificação. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

Antônio Carlos, em 28 de dezembro de 2009.  
 EDSON LAIR DECKER  
 Presidente da Câmara

## Biguaçu

## Prefeitura Municipal

### Extrato Previ 1

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO  
 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU –PREVBIGUAÇU

Primeiro Aditivo ao Contrato nº 002/2009  
 Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU –PREVBIGUAÇU  
 Contratada: SOMMA INVESTIMENTOS S.S.  
 CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/12/2010.  
 CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA  
 Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

### Extrato Previ 2

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO  
 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU –PREVBIGUAÇU

Primeiro Aditivo ao Contrato nº 001/2009  
 Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU –PREVBIGUAÇU  
 Contratada: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.



CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/12/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA  
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Lei 0639/2009

LEI 0639/2009

INSTITUI ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

NILDO MELMESTET, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, a reajustar a partir de janeiro de 2010, os tributos, os contratos, revisão salarial dos servidores públicos municipais, as demais receitas da administração direta e indireta, bem como, os créditos de qualquer natureza, inclusive os originários de multas, penalidades pecuniárias e acessórias, inscritos ou não em Dívida Ativa, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2010.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 23 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

#### Lei Complementar 078/2009

LEI COMPLEMENTAR 078/2009

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDO MELMESTET, Prefeito em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 149 – A, da Constituição Federal de 1988 a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP – devida pelos consumidores, residenciais e não residenciais, de energia elétrica, destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

Parágrafo único. Considera-se serviço de iluminação pública, aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos,

patrimônios culturais, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum do povo, assim como de atividade acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.

Art. 2º - A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo de energia elétrica, de acordo com as seguintes tabelas:

#### I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE TARIFA DE I.P. EM KWH
FAIXA DE CONSUMO (KWh)	% DA TARIFA EM MWH
ATÉ 30	
31 – 50	0,55
51 – 100	1,49
101 – 200	2,31
201 – 500	4,17
501 – 1.000	8,33
ACIMA DE 1.000	16,65

#### II – NÃO RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE TARIFA DE I.P. EM KWH
FAIXA DE CONSUMO (KWh)	% DA TARIFA EM MWH
ATÉ 30	2,78
31 – 50	4,08
51 – 100	8,52
101 – 200	10,19
201 – 500	12,03
501 – 1.000	18,51
ACIMA DE 1.000	25,91

#### III – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:

FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE TARIFA DE I.P. EM KWH
FAIXA DE CONSUMO (KWh)	% DA TARIFA EM MWH
ATÉ 2.000	37,50
2.001 – 5.000	52,50
5.001 – 50.000	90,00
ACIMA DE 50.000	165,00

Parágrafo único. O valor da contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será cobrado mensalmente, por meio de nota fiscal de fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

Art. 3º - o valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado, na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica, aplicado pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC.

Art. 4º - São isentos de Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, os consumidores localizados fora do perímetro urbano.

Art. 5º - Fica o poder Executivo autorizado a celebrar o convênio com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como a respectiva prestação de serviço de iluminação pública de interesse do Município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC, deverá contabilizar, mensalmente, o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria, e fornecerá a Secretaria Municipal de Finanças,



até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º O saldo verificado na conta COSIP deverá ser aplicado em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço de acordo com a programação e autorização do Município.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Finanças a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art. 7º - O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei Complementar será contabilizada de forma a evidenciar o valor previsto no art. 2º.

Parágrafo único. O Município poderá aplicar os recursos arrecadados pela COSIP em eventos e atividades que tenham caráter público.

Art. 8º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 10º - Fica Revogada a Lei complementar 026/2002 de 24.12.2004 e as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 23 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

### Lei Complementar 079/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2009

ALTERA ANEXOS III, V, VI, IX E X DA LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2006 DE 22/11/2006 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Altera os anexos III, V, VI, IX e X da Lei Municipal Nº 054/2006 de 22/11/2006, os quais passam a vigorar com a redação dada pela presente Lei, os quais são partes integrantes desta Lei:

#### ANEXO III

Atividade de nível superior – CM/ANS

Lei Complementar nº 054/2006

#### CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

CÓDIGO: CM/ANS E CM/ANM

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária	Código	Nível / Referência
1	Técnico em Contabilidade	20 h	CM/ANS -1	XI - 1
1	Agente Legislativo	40 h	CM/ANM-2	XII-8
1	Agente Administrativo	40 h	CM/ANM-2	X-8

#### ANEXO V

Lei Complementar nº 054/2006

#### QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E NÍVEIS

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA – CM/ANS

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assessor Jurídico		Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo VII, que é parte integrante desta Lei.

#### ATIVIDADES TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

CM/ANS E CM/ANM

CARGOS	NÍVEIS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Técnico em Contabilidade Agente Legislativo Agente Administrativo	XI - 1 XII- 8 X- 8	Conforme detalhamento específico do cargo, constante nos Anexos IX, XI e XII, que são parte integrante desta Lei.

#### ANEXO VI

Lei Complementar nº 054/2006

#### QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupo	Cargos	Níveis	Nº de Vagas	Nº de Vagas Providas
I	Técnico em Contabilidade Agente Legislativo Agente Administrativo (inativo)	XI - 1 XII - 8 X- 8	01 01 01	- 01 -

Grupo	Cargos	Níveis	Nº de Vagas	Nº de Vagas Providas
II	Serviços Auxiliares		01	-

#### ANEXO IX

Lei Complementar nº 054/2006

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR  
SIGLA: CM/ANS

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

NÍVEL: XI - 1 AMPLITUDE REFERÊNCIAS: 01 A 35  
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Os cargos de provimentos efetivo, cuja atividade Profissional tem por finalidade os serviços Contábeis e outros correlatos, para cujo o desempenho é exigido diploma ou certificado de 2º. Grau, com habilitação, e inscrição do órgão da categoria o CRC; Para principalmente: Organizar, dirigir e executar os trabalhos de contabilidade, planejando, supervisionando, orientando sua execução, executando-os, de acordo com as exigências legais e administrativas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 23 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício



ANEXO X  
Lei Complementar nº 054/2006  
TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
I	R\$ 260,90	R\$ 268,72	R\$ 276,79	R\$ 285,10	R\$ 293,66	R\$ 302,48	R\$ 311,56	R\$ 320,91	R\$ 330,54	R\$ 340,47
II	R\$ 291,96	R\$ 300,71	R\$ 309,75	R\$ 319,04	R\$ 328,62	R\$ 338,48	R\$ 348,64	R\$ 359,10	R\$ 369,89	R\$ 381,00
III	R\$ 341,65	R\$ 351,90	R\$ 362,46	R\$ 373,34	R\$ 384,55	R\$ 396,09	R\$ 407,98	R\$ 420,23	R\$ 432,84	R\$ 445,83
IV	R\$ 366,50	R\$ 377,49	R\$ 388,82	R\$ 400,49	R\$ 412,51	R\$ 424,90	R\$ 437,66	R\$ 450,79	R\$ 464,32	R\$ 478,26
V	R\$ 397,56	R\$ 409,48	R\$ 421,77	R\$ 434,43	R\$ 447,47	R\$ 460,90	R\$ 474,73	R\$ 488,98	R\$ 503,65	R\$ 518,77
VI	R\$ 472,10	R\$ 486,26	R\$ 500,86	R\$ 515,89	R\$ 531,37	R\$ 547,32	R\$ 563,75	R\$ 580,67	R\$ 598,10	R\$ 616,05
VII	R\$ 509,37	R\$ 524,65	R\$ 540,39	R\$ 556,60	R\$ 573,31	R\$ 590,52	R\$ 608,24	R\$ 626,49	R\$ 645,28	R\$ 664,65
VIII	R\$ 627,39	R\$ 646,22	R\$ 665,61	R\$ 685,59	R\$ 706,16	R\$ 727,35	R\$ 749,18	R\$ 771,67	R\$ 794,83	R\$ 818,68
IX	R\$ 757,84	R\$ 780,58	R\$ 804,00	R\$ 828,12	R\$ 852,97	R\$ 878,56	R\$ 904,92	R\$ 932,08	R\$ 960,05	R\$ 988,86
X	R\$ 931,77	R\$ 959,73	R\$ 988,52	R\$ 1.018,19	R\$ 1.048,74	R\$ 1.080,21	R\$ 1.112,62	R\$ 1.146,01	R\$ 1.180,39	R\$ 1.215,81
XI	R\$ 1.304,48	R\$ 1.343,62	R\$ 1.383,93	R\$ 1.425,45	R\$ 1.468,22	R\$ 1.512,28	R\$ 1.557,65	R\$ 1.604,39	R\$ 1.652,53	R\$ 1.702,11
XII	R\$ 1.428,72	R\$ 1.471,58	R\$ 1.515,73	R\$ 1.561,22	R\$ 1.608,05	R\$ 1.656,31	R\$ 1.706,00	R\$ 1.757,19	R\$ 1.809,91	R\$ 1.864,22
XIII	R\$ 1.998,46	R\$ 2.012,63	R\$ 2.135,20	R\$ 2.199,26	R\$ 2.265,24	R\$ 2.333,19	R\$ 2.403,20	R\$ 2.475,31	R\$ 2.549,58	R\$ 2.626,07
XIV	R\$ 3.230,14	R\$ 3.327,05	R\$ 3.426,86	R\$ 3.529,68	R\$ 3.635,58	R\$ 3.744,66	R\$ 3.857,00	R\$ 3.972,72	R\$ 4.091,91	R\$ 4.214,67

NÍVEIS	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
I	R\$ 350,69	R\$ 361,22	R\$ 372,06	R\$ 383,23	R\$ 394,74	R\$ 406,59	R\$ 418,79	R\$ 431,36	R\$ 444,31	R\$ 457,64
II	R\$ 392,44	R\$ 404,22	R\$ 416,35	R\$ 428,85	R\$ 441,72	R\$ 454,98	R\$ 468,63	R\$ 482,68	R\$ 497,18	R\$ 512,10
III	R\$ 459,21	R\$ 472,99	R\$ 487,19	R\$ 501,82	R\$ 516,87	R\$ 532,39	R\$ 548,37	R\$ 564,83	R\$ 581,77	R\$ 599,23
IV	R\$ 492,61	R\$ 507,39	R\$ 522,62	R\$ 538,32	R\$ 554,47	R\$ 571,10	R\$ 588,25	R\$ 605,90	R\$ 624,09	R\$ 642,82
V	R\$ 534,34	R\$ 550,38	R\$ 566,90	R\$ 583,91	R\$ 601,43	R\$ 619,48	R\$ 638,07	R\$ 657,21	R\$ 676,93	R\$ 697,24
VI	R\$ 634,54	R\$ 653,58	R\$ 673,20	R\$ 693,40	R\$ 714,21	R\$ 735,64	R\$ 757,72	R\$ 780,45	R\$ 803,87	R\$ 828,00
VII	R\$ 684,59	R\$ 705,14	R\$ 726,30	R\$ 748,09	R\$ 770,54	R\$ 793,66	R\$ 817,47	R\$ 842,00	R\$ 867,27	R\$ 893,30
VIII	R\$ 843,24	R\$ 868,55	R\$ 894,61	R\$ 921,46	R\$ 949,12	R\$ 977,59	R\$ 1.006,92	R\$ 1.037,14	R\$ 1.068,26	R\$ 1.100,31
IX	R\$ 1.018,53	R\$ 1.049,09	R\$ 1.080,57	R\$ 1.113,00	R\$ 1.152,60	R\$ 1.180,79	R\$ 1.216,22	R\$ 1.252,71	R\$ 1.290,29	R\$ 1.329,01
X	R\$ 1.252,29	R\$ 1.289,86	R\$ 1.328,56	R\$ 1.368,43	R\$ 1.409,49	R\$ 1.451,78	R\$ 1.495,33	R\$ 1.540,19	R\$ 1.586,41	R\$ 1.634,01
XI	R\$ 1.753,19	R\$ 1.805,79	R\$ 1.859,97	R\$ 1.915,77	R\$ 1.973,26	R\$ 2.032,46	R\$ 2.093,43	R\$ 2.156,25	R\$ 2.220,93	R\$ 2.287,58
XII	R\$ 1.920,15	R\$ 1.977,75	R\$ 2.037,09	R\$ 2.098,21	R\$ 2.161,16	R\$ 2.226,00	R\$ 2.292,79	R\$ 2.361,58	R\$ 2.432,43	R\$ 2.561,32
XIII	R\$ 2.704,86	R\$ 2.786,01	R\$ 2.869,60	R\$ 2.955,69	R\$ 3.044,37	R\$ 3.135,71	R\$ 3.229,78	R\$ 3.326,69	R\$ 3.426,50	R\$ 3.529,30
XIV	R\$ 4.341,11	R\$ 4.471,35	R\$ 4.743,68	R\$ 4.743,68	R\$ 4.885,99	R\$ 5.032,58	R\$ 5.183,56	R\$ 5.339,08	R\$ 5.499,26	R\$ 5.664,24

NÍVEIS	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	R\$ 471,38	R\$ 485,53	R\$ 500,10	R\$ 515,11	R\$ 530,56	R\$ 546,49	R\$ 562,89	R\$ 579,79	R\$ 597,19	R\$ 615,12
II	R\$ 527,47	R\$ 543,30	R\$ 559,60	R\$ 576,39	R\$ 593,69	R\$ 611,50	R\$ 629,85	R\$ 648,75	R\$ 668,22	R\$ 688,27
III	R\$ 617,21	R\$ 635,73	R\$ 654,81	R\$ 674,47	R\$ 694,70	R\$ 715,55	R\$ 737,02	R\$ 759,13	R\$ 781,92	R\$ 805,39
IV	R\$ 662,12	R\$ 681,98	R\$ 702,44	R\$ 723,53	R\$ 745,24	R\$ 767,61	R\$ 790,64	R\$ 814,37	R\$ 838,81	R\$ 863,98
V	R\$ 718,16	R\$ 739,72	R\$ 761,92	R\$ 784,78	R\$ 808,33	R\$ 832,58	R\$ 857,57	R\$ 883,30	R\$ 909,79	R\$ 937,09
VI	R\$ 852,84	R\$ 878,44	R\$ 904,80	R\$ 931,95	R\$ 959,91	R\$ 988,71	R\$ 1.018,38	R\$ 1.048,94	R\$ 1.080,41	R\$ 1.112,82
VII	R\$ 920,11	R\$ 947,71	R\$ 976,15	R\$ 1.005,44	R\$ 1.035,61	R\$ 1.066,68	R\$ 1.098,68	R\$ 1.131,66	R\$ 1.165,61	R\$ 1.200,58
VIII	R\$ 1.133,32	R\$ 1.167,32	R\$ 1.202,35	R\$ 1.238,42	R\$ 1.275,58	R\$ 1.313,86	R\$ 1.353,28	R\$ 1.393,88	R\$ 1.435,70	R\$ 1.478,77
IX	R\$ 1.368,89	R\$ 1.409,96	R\$ 1.452,26	R\$ 1.495,83	R\$ 1.540,72	R\$ 1.586,94	R\$ 1.634,56	R\$ 1.683,61	R\$ 1.734,13	R\$ 1.786,16
X	R\$ 1.683,03	R\$ 1.733,53	R\$ 1.785,55	R\$ 1.839,12	R\$ 1.894,31	R\$ 1.951,14	R\$ 2.009,68	R\$ 2.069,98	R\$ 2.132,08	R\$ 2.196,05
XI	R\$ 2.356,20	R\$ 2.426,89	R\$ 2.499,71	R\$ 2.574,71	R\$ 2.651,96	R\$ 2.731,52	R\$ 2.813,47	R\$ 2.897,87	R\$ 2.984,81	R\$ 3.074,36
XII	R\$ 2.580,57	R\$ 2.658,00	R\$ 2.737,75	R\$ 2.819,88	R\$ 2.904,48	R\$ 2.991,62	R\$ 3.081,38	R\$ 3.173,83	R\$ 3.269,05	R\$ 3.367,13
XIII	R\$ 3.635,19	R\$ 3.744,26	R\$ 3.856,59	R\$ 3.972,29	R\$ 4.091,47	R\$ 4.214,22	R\$ 4.340,65	R\$ 4.470,88	R\$ 4.605,02	R\$ 4.743,17
XIV	R\$ 5.834,17	R\$ 6.009,21	R\$ 6.189,49	R\$ 6.375,19	R\$ 6.566,45	R\$ 6.763,45	R\$ 6.966,36	R\$ 7.175,37	R\$ 7.390,63	R\$ 7.612,35

NÍVEIS	31	32	33	34	35					
I	R\$ 633,58	R\$ 652,59	R\$ 672,17	R\$ 692,34	R\$ 713,12					
II	R\$ 708,92	R\$ 730,19	R\$ 752,10	R\$ 774,68	R\$ 797,92					



III	R\$ 829,55	R\$ 854,45	R\$ 880,09	R\$ 906,50	R\$ 933,70					
IV	R\$ 889,90	R\$ 916,60	R\$ 944,11	R\$ 972,43	R\$ 1.001,62					
V	R\$ 965,20	R\$ 994,16	R\$ 1.023,99	R\$ 1.054,72	R\$ 1.086,36					
VI	R\$ 1.146,22	R\$ 1.180,61	R\$ 1.216,02	R\$ 1.252,51	R\$ 1.290,09					
VII	R\$ 1.236,61	R\$ 1.273,72	R\$ 1.311,94	R\$ 1.351,29	R\$ 1.391,84					
VIII	R\$ 1.523,14	R\$ 1.568,83	R\$ 1.615,90	R\$ 1.664,39	R\$ 1.714,34					
IX	R\$ 1.839,75	R\$ 1.894,95	R\$ 1.951,80	R\$ 2.010,37	R\$ 2.070,68					
X	R\$ 2.261,93	R\$ 2.329,80	R\$ 2.399,70	R\$ 2.471,69	R\$ 2.545,85					
XI	R\$ 3.166,60	R\$ 3.261,60	R\$ 3.359,45	R\$ 3.460,24	R\$ 3.564,05					
XII	R\$ 3.468,14	R\$ 3.572,19	R\$ 3.679,36	R\$ 3.789,74	R\$ 3.903,44					
XIII	R\$ 4.885,47	R\$ 5.032,04	R\$ 5.183,01	R\$ 5.338,51	R\$ 5.498,67					
XIV	R\$ 7.840,73	R\$ 8.075,96	R\$ 8.318,24	R\$ 8.567,79	R\$ 8.824,84					

**Decreto 48/2009**

DECRETO 048/2009

16.12.2009

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0604/2008 de 19.11.2008, etc...

**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01	- Secretaria de Obras/Estr/Serv/Urb. e Agropecuários	
20.606.0200.2.043	- Reequipamento e Manun. Atividades da Agricultura	
4490.00.00.00.00.00.0303	- Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
	TOTAL	R\$ 25.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos, o provável excesso de arrecadação da Receita do Convênio com o Governo Estadual – convênio 15.742/2009-2, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Rio do Sul – Rubrica 4247206000000000.0303.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

**Decreto 049/2009**

DECRETO 049/2009

17.12.2009

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0604/2008 de 19.11.2008, etc...

**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 46.035,00 (quarenta e seis mil e trinta e cinco reais) destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01	- CÂMARA DE VEREADORES	
01.031.0010.2.001	- Manut. e Equip. da Câmara	
3390.00.00.00.00.00.0104	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

11.01	- SECRETARIA DA CULTURA DO TURISMO E LAZER	
13.391.0130.1.005	- Constr./Reeq. e Manut. Casa da Cultura	
3390.00.00.00.00.00.0104	- Aplicações Diretas	R\$ 2.500,00
4590.00.00.00.00.00.0104	- Aolicações Diretas	R\$ 42.535,00
	- Total	R\$ 46.035,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 17 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

**Errata****ERRATA**

O município de Braço do Trombudo, através de seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, comunica que o edital Pregão Presencial 1/2010 passa a ter a seguinte redação: Pregão Presencial 68/2009.

Braço do Trombudo, em 23 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício.

**Extrato de Contrato 70/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 70/2009, referente ao processo licitatório modalidade Tomada de preço 66/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Construtora Ipê Amarelo Ltda ME  
CNPJ: 10.375.979/0001-36, sito Rua Castelo Branco, 166  
Cidade de Agrolândia - SC

Objeto: Reforma e Ampliação do Centro de Educação Infantil Tecla Georg

Valor: R\$ 123.210,04 (cento e vinte e três mil, duzentos e dez reais).

Vigência: 31.05.2010

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Data da assinatura: 23.12.2009

NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

### Extrato de Contrato 71/2009

EXTRATO DE CONTRATO 71/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12, sito a Praça XV de Novembro, 270 Cidade de Florianópolis - SC

Objeto: Disciplinar a entrega de recursos pelo município de Braço do Trombudo

Ao Ciga para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 16/2009.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Vigência: 31.12.2010

Data da assinatura: 23.12.2009

NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

## Caçador

### Prefeitura Municipal

### Retificação do Edital de Caução de Pavimentação

EDITAL DE CAUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO – Nº 04/2009 ( Retificação por Incorreção)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) de proprietários de imóveis lindeiros à RUA FLORENCIO BUSATO, do Bairro ALTO BONITO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o disposto no Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

#### CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: RUA FLORENCIO BUSATO

Bairro : ALTO BONITO

Somatório de testadas: 717.10 metros lineares

Área de pavimentação: 2.868,40 m<sup>2</sup>

#### MEMORIAL DESCRITIVO DAS OBRAS:

As obras de pavimentação compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista e terraplanagem
- Transporte de materiais
- Serviços de Drenagem pluvial conforme projeto, com assentamento da tubulação e confecção das bocas de lobo nos locais indicados.
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, com especificações técnicas e dimensionamento conforme planilha de orçamento descrita abaixo.

#### DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS:

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização estipulado por ocasião do Edital de Contribuição de Melhoria por comissão especialmente nomeada.

#### ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

A determinação do custo da obra do presente Edital de Caução refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descrito acima, e de acordo com os custos especificados abaixo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades e custos unitários e totais, dando ao final o custo da obra. Os custos unitários apresentados referem-se aos custos vigentes em novembro de 2009, data do início da mobilização dos moradores para viabilização na participação do programa de Pavimentação estipulado no art. 70, item II da lei 54/83.

Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo total à vista
Drenagem pluvial com tubos de 0,30 m	un	370	R\$ 23,50	R\$ 8.695,00
Imprimação com RM-1C	un	3.387	R\$ 1,92	R\$ 6.503,00
Camada de brita 2 para forro	m3	86	R\$ 44,00	R\$ 3.784,00
Camada de macadame seco	m3	336	R\$ 44,00	R\$ 14.784,00
Camada de base de brita graduada	m3	250	R\$ 44,00	R\$ 11.000,00
Camada asfáltica com C.A.U.Q.	ton	353	R\$109,20	R\$ 38.533,34
Bocas de lobo	un	9	R\$ 170,00	R\$ 1.530,00
Meio fio de concreto simples	mt	740	R\$ 7,50	R\$ 5.550,00
Sinalização Horizontal e vertical	ml	360	R\$ 7,50	R\$ 2.700,00
SUB TOTAL				R\$ 93.079,34
Serviços de Mão de obra e de Horas máquina (Participação da Prefeitura Municipal de Caçador)		30%	Incentivo	R\$ 39.891,00
			TOTAL	R\$ 132.970,34

Dimensionamento= forro=3cm, macadame seco=12cm, base de brita graduada=8cm e capa=6,4 cm.

Custo metro quadrado = R\$ 32,45 /m<sup>2</sup>.

Custo metro linear = R\$ 129,80 /ml

O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2o, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, devendo ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados abaixo, no seguinte Banco e Conta Caução:



Banco SICOOB/SC -AGÊNCIA: 3038

Nome da Conta: PREF. MUN DE CAÇADOR / CAUÇÃO PAVIMENTAÇÃO  
RUA : FLORENCIO BUSATO

Número da Conta: 20.990-2

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

a) Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1o e 4o do artigo 69 da Lei 54/83;

b) Início das obras de pavimentação da rua;

Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3o do art. 71 da lei 54/83.

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

Os contribuintes para obterem os descontos dos artigos 76 e 77 da Lei 054/83, deverão, no prazo constante no Edital de Contribuição de Melhoria, complementar os depósitos caucionados.

Caçador (SC), Dezembro 2009  
LUCIR TELMO CHRIST  
Prefeito Municipal, em exercício

RELAÇÃO DOS PROPRIETARIOS COM O RESPECTIVO VALOR BASE DE PARTICIPAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA (caução)

Proprietário do Imóvel	Inscrição Imobiliária	Test.MI	Valor R\$
GILBERTO CARDOSO DO PRADO		18,50	2.401,30
ADECIR ANTONIO BELLO		14,40	1.869,10
ALORINDO DE OLIVEIRA SANTOS		14,40	1.869,10
OLMIRO GOMES DE OLIVEIRA		14,40	1.869,10
RUA LUCIANO VITORIO BIASI		14,00	1.817,20
ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO		14,40	1.869,10
ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO		14,40	1.869,10
ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO		14,40	1.869,10
GETULIO FERREIRA VARGAS		23,00	2.985,40
JOEL ANTONIO MARCHIORO		15,00	1.947,00
TEREZA ALVES F. DOS SANTOS		15,00	1.947,00
NATALICIO FERREIRA DOS SANTOS		14,00	1.817,20
JOAO GOMES		30,00	3.894,00
RUA ALDO ELOY GATERMANN		14,00	1.817,20
MARIA JUSSARA GONCALVES		30,00	3.894,00
RENATO ZANOTTI		22,50	2.920,50
JOEL VARELA		12,00	1.557,60
MARIA GORET ESPIT		12,00	1.557,60
VILMAR CHAVES		12,00	1.557,60
SILVANO ROBERTO DE MATOS		12,00	1.557,60
INES FERREIRA DE SOUZA		12,00	1.557,60
ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS		12,00	1.557,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	18,50	2.401,30
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	14,40	1.869,10
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	14,40	1.869,10
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	14,40	1.869,10
RUA LUCIANO VITORIO BIASI	14,00	1.817,20
ANTONIO PIRES DE LIMA	14,40	1.869,10
GERCY CAETANO DA SILVA	14,40	1.869,10
ARCIDIRIO SILVA MACIEL	14,40	1.869,10
ISMAEL RAIMUNDO E D. RAIMUNDO	9,50	1.233,10
OSVALDO SOARES	14,00	1.817,20
ROGERIO FERNANDES	14,00	1.817,20
RUA FORTALEZA	14,00	1.817,20
OSVALDO SAMPAIO DE MORAIS	14,00	1.817,20
LENIRA DE SOUZA FERNANDES	14,00	1.817,20
OSVALDO DE SOUZA	14,00	1.817,20
SUELI APARECIDA DE QUADROS MOURA	14,00	1.817,20
NAIR MARIA DUARTE	14,00	1.817,20
NAIR MARIA DUARTE	14,00	1.817,20
ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA	14,00	1.817,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	22,30	2.894,54
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	12,00	1.557,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	12,00	1.557,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	12,00	1.557,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	12,00	1.557,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	12,00	1.557,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	12,00	1.557,60
T O T A L	717,10	93.079,34

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO

Os proprietários de imóveis localizados na RUA FLORENCIO BUSATO, do Alto Bonito, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no item II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 04/2009, publicado em ....., no jornal "SCODAGO EDITORA JORNALISTICA LTDA" e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade corresponde a 70% (setenta por cento) do orçamento da obra:

Nome do Proprietário	CPF/CGC	Depósito/Caução	Assinatura
GILBERTO CARDOSO DO PRADO			
ADECIR ANTONIO BELLO			
ALORINDO DE OLIVEIRA SANTOS			
OLMIRO GOMES DE OLIVEIRA			
ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO			
GETULIO FERREIRA VARGAS			
JOEL ANTONIO MARCHIORO			
TEREZA ALVES F. DOS SANTOS			
NATALICIO FERREIRA DOS SANTOS			
JOAO GOMES			



MARIA JUSSARA GONÇALVES			
RENATO ZANOTTI			
JOEL VARELA			
MARIA GORET ESPIT			
VILMAR CHAVES			
SILVANO ROBERTO DE MATOS			
INES FERREIRA DE SOUZA			
ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR			
ANTONIO PIRES DE LIMA			
GERCY CAETANO DA SILVA			
ARCIDIRIO SILVA MACIEL			
ISMAEL RAIMUNDO E D. RAIMUNDO			
OSVALDO SOARES			
ROGERIO FERNANDES			
OSVALDO SAMPAIO DE MORAIS			
LENIRA DE SOUZA FERNANDES			
OSVALDO DE SOUZA			
SUELI APARECIDA DE QUADROS MOURA			
NAIR MARIA DUARTE			
ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA			

Caçador, Dezembro de 2.009.

## Campo Alegre

### Prefeitura Municipal

#### Portaria Nº 7.029

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.029 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – ALINE DAIANE LIEBL, matrícula nº 000518, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

#### Portaria Nº 7.061

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.061 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Educação Infantil – SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, matrícula nº 000069, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

#### Portaria Nº 7.062

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.062 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora – SIRLEY MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, matrícula nº 000159, referen-



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

te ao período aquisitivo de 01 de junho de 2009 á 28 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.063**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.063 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – TACIANA AMORIM CUNHA, matrícula nº 000153, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2009 á 18 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.064**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.064 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, matrícula nº 000535, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.065**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.065 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – VERONICA WOJCIECHOSKI, matrícula nº 000171, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 á 15 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

---

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.066**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.066 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – ANDRÉIA DO ROCIO MONEY, matrícula nº 000124, referente ao período aquisitivo de 17 de março de 2008 á 16 de março de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

---

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

---

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.067**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.067 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Agente Operacional I – APARECIDA FERREIRA DE ANHAIA, matrícula nº 000563, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

---

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

---

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.068**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.068 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – EDELA FUCKNER, matrícula nº 0221, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2009 á 02 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

---

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

---

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

---

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.069**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.069 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:



Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Agente Operacional I – EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, matrícula nº 000578, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.070**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.070 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – EVANILDA TOMAZ DE CARVALHO, matrícula nº 000020, referente ao período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2009 á 12 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.071**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.071 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA, matrícula nº 000260, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2008 á 05 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.072**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.072 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – IDALETE UHLIG FUCKNER, matrícula nº 343, referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2009 á 07 de junho de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina



Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.073**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.073 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, matrícula nº 000178, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2008 à 31 de março de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.074**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.074 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, matrícula nº 0190, referente ao período aquisitivo de 28 de setembro de 2009 à 27 de setembro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.075**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.075 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA IDENACI GROSSKOPF, matrícula nº 000217, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2009 à 02 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.076**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.076 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – MERCEDES DO ROCIO G. S. KOBUS, matrícula nº 000139, referente ao período aquisitivo de 15 de julho de 2009 à 14 de julho



de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.077**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.077 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – NADIR BUENO TELMA, matrícula nº 000218, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2009 á 02 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.078**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.078 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –RENILDA HRUSCHKA, matrícula nº 000390, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2009 á 11 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.079**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.079 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –RENINA G. C CRUZ DERENIEVICZ, matrícula nº 000089, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2009 á 17 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009



JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.080**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.080 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000553, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.081**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.081 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –ROSA APARECIDA BAGNHUCK FRANCO, matrícula nº 279, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2009 á 11 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de

dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.082**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.082 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista – SIDNEI DALA MEÃ, matrícula nº 000524, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.083**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.083 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – SOLANGE GARCIA, matrícula nº 000439, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.084

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.084 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA, matrícula nº 340, referente ao período aquisitivo de 10 de junho de 2009 á 09 de junho de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.085

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.085 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Agente Operacional I – ANAZILDA CORDEIRO, matrícula nº 000004, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2008 á 30 de junho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.086

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.086 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ, matrícula nº 0156, referente ao período aquisitivo de 26 de fevereiro de 2009 á 25 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino



**Portaria Nº 7.087**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.087 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I –IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, matrícula nº 000179, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2009 à 31 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.088**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.088 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –IZABEL MARQUES, matrícula nº 354, referente ao período aquisitivo de 10 de setembro de 2008 à 09 de setembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.089**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.089 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Motorista – JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 0000031, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2008 à 02 de julho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.090**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.090 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Agente Operacional I –JUÇARA MARIA PESCHEL CHRISTOFF, matrícula nº 000383, referente ao período aquisitivo de 10 de maio de 2008 à 09 de maio de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.091**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.091 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Agente Operacional I – LÚCIA SALETE KUIASKI, matrícula nº 000121, referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2009 à 14 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.092**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.092 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – MARISE DO CARMOS MACHADO HUBNER, matrícula nº 000109, referente ao período aquisitivo de 26 de janeiro de 2009 à 25 de janeiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao

período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.093**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.093 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, matrícula nº 000065, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.094**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.094 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO



**DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – ROSANGELA ODIÁ FÜCKNER, matrícula nº 000497, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.095**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.095 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –SIRLEI APARECIDA CARVALHO, matrícula nº 000403, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.096**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.096 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I –TEREZINHA WIELEVICK, matrícula nº 000072, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.097**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.097 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Educação Infantil – SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, matrícula nº 000069, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.098**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.098 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora – SIRLEY MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, matrícula nº 000159, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2009 à 28 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.099**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.099 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora

– TACIANA AMORIM CUNHA, matrícula nº 000153, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2009 à 18 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.100**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.100 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, matrícula nº 000535, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino



**Portaria Nº 7.101**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.101 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – VERONICA WOJCIECHOSKI, matrícula nº 000171, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.102**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.102 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR JURÍDICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Assessor Jurídico – PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, matrícula nº 954720, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Assessor Jurídico gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 11 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.103**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.103 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM

TERÇO DE FÉRIAS AO ADMINISTRADOR DISTRITAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Assessor Administrador Distrital – LUIZ CARLOS CHRISTOFF, matrícula nº 954724, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Administrador Distrital gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.104**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.104 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

DESIGNA O ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso I, Alínea "G", da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete – JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 00034, para responder interinamente pela Diretoria Executiva do IPRECAL, à partir de 28 de dezembro de 2009 à 11 de janeiro de 2010, por motivo da titular encontrar-se em férias.

Art.2º) O servidor não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Diretor Executivo do IPRECAL, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.



Art.3º) Esta Portaria entra em vigor a partir de 28 de dezembro de 2009.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

## Canoinhas

### Prefeitura Municipal

#### Lei Nº. 4.482

LEI Nº. 4.482 DE 22/12/2009

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - O Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2010, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I as prioridades da Administração Municipal;
- II as metas fiscais;
- III a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;
- V as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI as disposições sobre despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VIII as disposições gerais.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2010, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 à 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária de 2010 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual de 2010 à 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária

de 2010 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

#### II – DAS METAS FISCAIS

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010, são aquelas definidas através dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101 de 2000, que integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim estabelecidas:

I – Tabela 1 – Demonstrativo dos riscos fiscais e providências:

II – Tabela 2 - Demonstrativo I – Metas anuais;

III – Tabela 3 - Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

IV – Tabela 4 - Demonstrativo III – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

V – Tabela 5 - Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;

VI – Tabela 6 - Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VII – Tabela 7 - Demonstrativo VI.a – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

VIII – Tabela 8 - Demonstrativo VI.b – Projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

IX – Tabela 9 - Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;

X – Tabela 10 - Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

XI – Tabela 11 – Demonstrativo IX - Despesas da Capital - Aplicação de Recursos em Obras;

XII – Tabela 12 – Demonstrativo X – Metas e Prioridades da Administração Pública;

XIII – Tabela 13 – Demonstrativo XI – Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIV – Tabela 14 – Demonstrativo XII - Discriminação das Receitas;

XV – Tabela 15 – Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XVI – Tabela 16 – Demonstrativo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Pública para o exercício de 2010, terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2010 e na sua execução.

#### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;



III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importante, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de fonte de recurso, em consonância com a Portaria MOG nº42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

VI – Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Demonstrativo Despesas por Órgão, Unidades e Categoria Econômica;

XI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da Lei Complementar nº 101/2000).

§ 1º - O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I – Projeto de Lei do Orçamento;

II – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada de 2004 até 2007 e estimada de 2008 até 2009;

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada de 2004 até 2007 e estimada de 2008 até 2009;

IV – Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida realizada de 2004 até 2007 e estimada de 2008 até 2009;

V – Evolução da Dívida Fundada realizada dos anos 2004 até 2007 e estimada de 2008 até 2009;

VI – Evolução do Estoque da Dívida Ativa realizada de 2004 até 2007 e estimada de 2008 até 2009.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º - O Orçamento para o exercício de 2010 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos.(ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

§ 1º – Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 10 - As previsões de receita para o exercício de 2010, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Por Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o Exercício Financeiro de 2009 a reestimativa do suprimimento da receita da unidade Câmara de Vereadores, observando o limite do Art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme

critérios estabelecidos abaixo: (Art. 9º, e II do § 1º do Art. 31 da Lei Complementar 101/2000)

- I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;
- II – redução de despesas com manutenção;
- III – eliminação de despesas com horas extras;
- IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 12 – A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2010, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2009. (Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000)

Art. 13 – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2010 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III “b” da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único – Para efeito desta lei, entende-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2010/2013 ou em lei que autorize sua inclusão. (Art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art. 15 – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras. (Art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 16 – Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (Art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único – Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 18 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei Complementar 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da Lei Complementar 101/2000)

Art. 20 – As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na lei orçamentária ou em créditos adicionais. (Art. 62, I da Lei Complementar 101/2000)

Art. 21 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 22 – A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único - Fica autorizado o Executivo Municipal a remanejar por Lei específica, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações das Modalidades de Aplicação que o compõem.

Art. 23 – Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010, constantes nos anexos desta Lei e suas alterações posteriores.

Parágrafo único – a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. (Art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000)

Art. 24 - O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 1º – a renúncia de receita estimada para o exercício de 2010, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

§ 2º – através de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, as entidades declaradas de utilidade pública municipal poderão ser isentadas de taxas de alvará e de fiscalização, e do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 - A lei Orçamentária para 2010 garantirá recursos para pagamento de despesas decorrentes de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 26 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2010.

Art. 27 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária ou em suas alterações e autorizadas por lei específica.

Art. 28 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 – O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF)

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 30 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2009, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 31 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da Lei Complementar 101/2000).

Art. 32 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
- III – eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública.
- IV – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 33 – Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de CANOINHAS ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único – para terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art. 34 – A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (Art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 36 - A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 1(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2007, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 37 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 – O Executivo Municipal enviará o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2010 à Câmara Municipal de Vereadores até o prazo estabelecido no inciso I do artigo 122 da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2009.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 39 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 40 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 43 – A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no artigo 17 desta Lei.

Art. 44 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45 – Revogam-se as disposições em contrário.



Canoinhas, 22 de dezembro de 2009.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22/12/2009.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Lei Nº. 4.467**

LEI Nº. 4.467 DE 16/11/2009

“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2010-2013, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal e do § 2º do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Canoinhas.

§ 1º Constituem anexos a esta Lei:

- I – Previsão de receita para o quadriênio 2010 – 2013;
- II – Planilhas de despesas por programas e ações;
- III – Demonstrativo da consolidação das despesas por programas;
- IV – Compatibilizações das fontes com as destinações dos recursos;
- V – Demonstrativos das metas físicas e fiscais por ações;
- VI – Planejamento das despesas;
- VII – Sugestões apontadas nas audiências públicas;
- VIII – Evolução das receitas;
- IX – Evolução das despesas por grupo de natureza.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Canoinhas, referente ao período 2010 a 2013, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA para cada qual dos exercícios.  
Parágrafo único - Os valores orçados nesta lei abrange a totalidade dos orçamentos do município.

Art. 3º - A estimativa da receita e a fixação das despesas para o quadriênio 2010/2013 estão expressas em valores correntes, considerando a especificidade de crescimento das receitas e as metas de inflação estabelecidas pela União.

Art. 4º - As planilhas de despesas que compõem o Plano Plurianual, estão estruturadas em programas, objetivos, justificativas, diretrizes, ações, produtos, unidades de medidas, metas, valores e fontes de recursos.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, considera-se:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Justificativa, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;
- VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa; e
- VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - A inclusão, exclusão ou alteração de programas e ações constantes desta Lei, serão propostas pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2010.

Canoinhas/SC, 16 de novembro de 2009.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16/11/2009.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Lei Nº. 4.483**

LEI Nº. 4.483 DE 22/12/2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

#### **I – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Canoinhas, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita em R\$ 61.486.437,56 (Sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$ 61.486.437,56 (Sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

#### **II – DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL (PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E CÂMARA DE VEREADORES)**

Art. 2º- O orçamento do Município de Canoinhas (Prefeitura, Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2010, estima a Receita em R\$ R\$ 61.486.437,56 (Sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 2.640.000,00 (Dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 58.846.437,56 (Cinquenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Estima as transferências financeiras da Prefeitura Municipal ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA PM



DE CANOINHAS, ao FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, à FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS e à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES em R\$ 11.220.660,00 (Onze milhões, duzentos e vinte mil, seiscentos e sessenta reais)

§ 1º - A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	58.401.437,56
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	3.085.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	61.486.437,56

§ 2º - A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Cód	ORGÃO	VALOR R\$
01.00	Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas	2.640.000,00
02.00	Gabinete do Prefeito	1.340.000,00
03.00	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	6.904.480,00
05.00	Secretaria Municipal de Educação	19.144.360,00
07.00	Secret. Mun. de Des. Social e Família	2.390.000,00
08.00	Secretaria Municipal de Des Econômico	490.000,00
09.00	Secretaria Municipal de Des. Rural	946.500,00
10.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	275.000,00
11.00	Secretaria Mun. de Planj. E Orçamento	830.000,00
12.00	Secretaria Municipal de Obras e Des. Urb.	11.303.150,00
13.00	Reserva de Contingência	40.000,00
18.00	Fundo Municipal de Assistência Social	1.241.109,84
17.00	Fundo Municipal de Saúde	12.125.837,72
16.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	35.000,00
15.00	Funrebompm de Canoinhas	236.000,00
20.00	Fundo de Desenvolvimento Rural	502.000,00
14.00	Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas	670.000,00
19.00	Fundação Cultural de Canoinhas	373.000,00
TOTAL		61.486.437,56
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	11.220.660,00
TOTAL		11.220.660,00

#### II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	2.640.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	6.254.480,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	236.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.376.109,84
10	SAÚDE	12.125.837,72
12	EDUCAÇÃO	19.204.360,00
13	CULTURA	373.000,00
15	URBANISMO	7.048.000,00
16	HABITAÇÃO	290.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	275.000,00
20	AGRICULTURA	1.388.500,00

23	COMERCIO E SERVIÇOS	490.000,00
25	ENERGIA	2.002.000,00
26	TRANSPORTES	2.253.150,00
27	DESPORTO E LAZER	670.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	2.820.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00
TOTAL		61.486.437,56
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	11.220.660,00
TOTAL		11.220.660,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
31	AÇÃO LEGISLATIVA	2.640.000,00
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	830.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.340.480,00
181	POLICIAMENTO	281.800,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	35.000,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.041.109,84
301	ATENÇÃO BÁSICA	4.573.064,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.627.550,00
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.485.020,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	221.203,72
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	519.000,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	14.704.110,00
363	ENSINO PROFISSIONAL	60.000,00
364	ENSINO SUPERIOR	50.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	4.390.250,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	373.000,00
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.218.000,00
452	SERVIÇOS URBANOS	1.150.000,00
482	HABITAÇÃO URBANA	290.000,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	275.000,00
606	EXTENSÃO RURAL	1.388.500,00
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	440.000,00
695	TURISMO	50.000,00
752	ENERGIA ELÉTRICA	2.002.500,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.971.350,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	670.000,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.100.000,00
845	TRANSFERÊNCIAS	500.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	220.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00
TOTAL		61.486.937,56
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	11.220.660,00
TOTAL		11.220.660,00

#### IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

CÓDIGO	PROGRAMAS	VALOR (R\$)
0000	Operações Especiais	2.820.000,00
0001	Processo Legislativo	2.640.000,00



0002	Organização e Modernização Administrativa	1.340.000,00
0003	Modernização da Administração Geral	4.084.480,00
0015	Economia Melhor	490.000,00
0017	Educação Eficiente	795.000,00
0020	Assistência Social Gerencial	1.700.000,00
0021	Meio Ambiente e População Consciente	275.000,00
0022	Planejamento Eficiente	830.000,00
0023	Agricultura Eficaz	465.000,00
0025	Administração de Obras e Serviços Públicos	2.680.000,00
0027	Assistência à Saúde em Geral	495.000,00
0028	Assistência ao Menor	35.000,00
0029	Cidade Segura	236.000,00
0030	Melhoria nas Atividades Esportivas	670.000,00
0031	Cultura ao Alcance de Todos	373.000,00
0101	Educação de Qualidade para Todos	18.349.360,00
0102	Desenvolvimento Social e da Família	690.000,00
0106	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	481.500,00
0108	Ações de Infra-estrutura e Serviços Públicos	8.623.150,00
0112	Saúde de Qualidade aos Canoinhenses	11.630.837,72
0118	Propriedades Porteira Adentro	301.000,00
0120	Desenvolvimento Social e da Família - FMAS	1.241.109,84
0122	Prog Municipal de Incentivo à Fruticultura	100.500,00
0130	Programa de Incentivo à Pecuária	100.500,00
9999	Reserva de Contingência	40.000,00
TOTAL		61.486.437,56
Transferências Financeiras concedidas aos Fundos, Fundação e à Câmara de Vereadores.		11.220.660,00
TOTAL		11.220.660,00

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		53.237.985,56
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.814.880,00
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	21.423.105,56
Despesas de Capital		8.208.452,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	7.008.452,00
4.5.00.00.00.00.00.00	Inversões Financeiras	100.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida	1.100.000,00
Reserva de Contingência		40.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	40.000,00
TOTAL		61.486.437,56

Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores		11.220.660,00
TOTAL		11.220.660,00

## III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Art.3º - O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 54.884.150,00 (Cinquenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores em R\$ 11.220.660,00

(Onze milhões, duzentos e vinte mil, seiscentos e sessenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 43.663.490,00 (Quarenta e três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	51.844.150,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	3.040.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	54.884.150,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
04	ADMINISTRAÇÃO	6.254.480,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.100.000,00
12	EDUCAÇÃO	19.204.360,00
15	URBANISMO	7.048.000,00
16	HABITAÇÃO	290.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	275.000,00
20	AGRICULTURA	886.500,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	490.000,00
25	ENERGIA	2.002.000,00
26	TRANSPORTES	2.253.150,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	2.820.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00
TOTAL		43.663.490,00
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		11.220.660,00
TOTAL		11.220.660,00

## II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		37.007.610,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	21.810.280,00
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	14.197.330,00
Despesas de Capital		6.615.880,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	5.515.880,00
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização de Dívida	1.100.000,00
Reserva de Contingência		40.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	40.000,00
TOTAL		43.663.490,00

Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		11.220.660,00
TOTAL GERAL		11.220.660,00

## IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Art. 4º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 991.109,84 (Novecentos e noventa e um mil, cento e nove



reais e oitenta e quatro centavos), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) e fixa as despesas em R\$ 1.241.109,84 (Um milhão, duzentos e quarenta e um mil, cento e nove reais e oitenta e quatro centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	991.109,84
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	991.109,84

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.241.109,84
TOTAL		1.241.109,84

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		1.119.437,84
3.3.00.00..00.0000.00	Outras Despesas Correntes	1.119.437,84
Despesas de Capital		121.672,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	121.672,00
TOTAL		1.241.109,84

#### V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Art. 5º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 5.207.177,72 (Cinco milhões, duzentos e sete mil, cento e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 6.918.660,00 (Seis milhões, novecentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 12.125.837,72 (Doze milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	5.177.177,72
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	30.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	5.207.177,72

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
10	SAÚDE	12.125.837,72
TOTAL		12.125.837,72

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		11.547.537,72
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.689.600,00
3.3.00.00..00.0000.00	Outras Despesas Correntes	4.857.937,72
Despesas de Capital		578.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	578.300,00
TOTAL		12.125.837,72

#### VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS

Art. 6º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	13.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	13.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000,00
TOTAL		35.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		31.000,00
3.3.00.00..00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	31.000,00
Despesas de Capital		4.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	4.000,00
TOTAL		35.000,00

#### VII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS – FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Art. 7º - O Orçamento da entidade Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 236.000,00 (Duzentos e trinta e seis mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	146.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	146.000,00



§ 2º - A Despesa da entidade do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
06	SEGURANÇA PÚBLICA	236.000,00
TOTAL		236.000,00

#### II- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		94.400,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	94.400,00
Despesas de Capital		141.600,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	141.600,00
TOTAL		236.000,00

#### VIII - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS

Art. 8º - O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 20.000,00 (Vinte mil e reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 670.000,00 (Seiscentos e setenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	5.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	15.000,00
3. RECEITA TOTAL.....	20.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
27	DESPORTO E LASER	670.000,00
TOTAL		670.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		314.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	164.000,00
Despesas de Capital		356.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	256.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	Inversões Financeiras	100.000,00
TOTAL		670.000,00

#### IX - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

Art. 9º - O Orçamento da entidade Fundação Cultural de Canoinhas para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 373.000,00 (Trezentos e setenta e três mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	23.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	23.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
13	CULTURA	373.000,00
TOTAL		373.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		357.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	165.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	192.000,00
Despesas de Capital		16.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	16.000,00
TOTAL		373.000,00

#### X - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 10º - Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 202.000,00 (Duzentos e dois mil reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 502.000,00 (Quinhentos e dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	202.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	0,00
3. RECEITA TOTAL.....	202.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
20	AGRICULTURA	502.000,00
TOTAL		502.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes		437.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	437.000,00
Despesas de Capital		65.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	65.000,00
TOTAL		502.000,00



**XI - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Art. 11º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 0,00 (Zero reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 2.640.000,00 (Dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.640.000,00 (Dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	2.640.000,00
2. TOTAL.....	2.640.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	2.640.000,00
TOTAL		2.640.000,00

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

Despesas Correntes		2.330.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal Ativo e Encargos Sociais	1.848.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal Inativo	152.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	330.000,00
Despesas de Capital		310.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	310.000,00
TOTAL		2.640.000,00

Art. 12º - Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
R\$ 1,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		40.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	40.000,00
EVENTOS		
Descrição		Valor
Arrecadação de tributos menor do que a prevista no orçamento		20.000,00
Ocorrência de epidemias, enchentes, estiagem e outras situações de calamidade pública.		20.000,00
TOTAL		40.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 20/12/2010 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, descritos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados através de Lei de iniciativa

do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 13º - A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001, suas alterações e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC.

§ 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Lei específica, dotações, de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou Operações Especiais, salvo se o remanejamento se der entre despesas de custeio, os quais poderão ser efetivados através de Decreto.

§ 2º - Durante a execução orçamentária de 2010, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2010.

Art. 14º - Poderá o Poder Executivo, mediante lei específica, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais nas respectivas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;

V - convênios não previstos no orçamento geral da prefeitura.

Art. 15º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 16º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu Excesso, mediante lei específica, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 17º - Durante o exercício de 2010 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 18º - Comprovado motivadamente o interesse público municipal, através de lei específica autorizativa, mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 19º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar



convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 20º – Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão e/ou correção salarial.

Parágrafo Único – As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no “caput” deste artigo.

Art 21º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante lei específica, a firmar convênios com entidades nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Esportiva, Cultural, Associativista e outras que desenvolvam ações de interesse do município.

Art. 22º – Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reabrir no exercício de 2010 os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2009.

Art.23º – Até 30 de março de 2010, deverá o Poder Executivo Municipal encaminhar ao Poder Legislativo Projeto de Lei visando promover alterações na Lei Orçamentária Anual, adequando-a a receita realizada no exercício de 2009, inclusive quanto à dotação consignada para o Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único – Se for o caso, no mesmo prazo consignado no caput deste artigo, deverá ser realizado mediante projeto de lei específico, as alterações necessárias no Plano Plurianual 2010-2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010.

Art.24º – A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 22 de dezembro de 2009.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22/12/2009.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Contrato de Rateio CIGA nº 96/2009**

CONTRATO DE RATEIO CIGA Nº 96/2009

Pelo presente instrumento de contrato de programa que celebram entre si o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, e o Município de Canoinhas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.384/0001-80, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, 10, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Leoberto Weinert.

Das disposições gerais

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 4387, de 26/12/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 01/2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do objeto

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a

entrega de recursos pelo Município de Canoinhas ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 01/2009.

Do rateio

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 700,00 (Setecentos Reais).

Clausula quinta – Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Clausula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 4483 de 22/12/2009 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.788,00

3.3.71.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.192,00

4.4.71.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 420,00

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Da prestação de contas

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2010.

Do foro

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES  
Prefeito de Monte Carlo  
Presidente do CIGA

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito de Canoinhas



# Catanduvás

## Prefeitura Municipal

### Lei 2.237

LEI Nº 2.237/09 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso de suas atribuições Legais, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Catanduvás, SC, para o exercício de 2010, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - As metas fiscais;
- II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010-2013;
- III - A estrutura dos orçamentos;
- IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - As disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - As disposições gerais.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são identificadas no ANEXO I e II, integrantes desta lei, e que conterà ainda:

I – Anexo 1.3 - Demonstrativo da Memória de Calculo das Metas Fiscais da Receita;

II – Anexo-VI – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas para 2010;

III – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Calculo das Metas Fiscais de Despesa;

IV – Anexo I – Metas Fiscais;

V – Anexo I.1 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

VI – Anexo I.2 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

VII – Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

VIII – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Contínuo;

IX – Anexo 1.6 – Demonstrativo da Memória de Calculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

X – Anexo 1.7 – Demonstrativo da Memória de Calculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

XI – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

XII – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII – Anexo 1.5 – Demonstrativo da Memória de Calculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XIV – Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

XV – Anexo V – Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio;

XVI – Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos;

XVII – Anexo I.1 – Memória e Metodologia de Calculo das Principais Fontes de Receitas;

#### III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2010.

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o art. 2º desta lei. II e VI desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e fiscais estabelecidas nesta lei e identificadas no ANEXO II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário a manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos,



Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o art. 167, inciso VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único - Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS, Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, Fundo Municipal de Saúde - FMS, e Fundo de Reequipamento do Bombeiro FUNREBOM, integrarão o orçamento da Prefeitura, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas como código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo-Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no art.14 da LRF (art.5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (art.5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Fiscal (Art.165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art.5º, I, da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para o exercício de 2010 (art.5º, III da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (art.44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2010 (art.4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2010. (art.8º e 50, inciso I da LRF).

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste art., fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto nas Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitido o remanejamento por lei específica, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art.22, parágrafo único, inciso I da Lei nº 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2008, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu percentual de Comprometimento;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/12/2008;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “OO” – Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,12% (zero virgula doze por cento) da Receita Corrente Líquida Prevista.

**V – DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.**

Art. 10 - Os orçamentos para o exercício de 2010 e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 11 – Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art.7º, X desta lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegadas a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 12 – Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 13 – Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no art. anterior quanto aos estudos e as estimativas, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observados a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 – A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aquelas constantes do ANEXO III desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 – Os orçamentos para o exercício de 2010 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, no limites previstos no art. 9º, desta Lei.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto nas Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro de 2010, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante prévia autorização legislativa por lei específica para abertura de Créditos Adicionais Suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual - PPA.

Art. 19 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio do fluxo de caixa.

Art. 20 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010, com dotações vinculadas e destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos art.s 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 21 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2010, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, demonstrado no ANEXO I.11 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, integrante desta lei.

Art. 22 – A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas, beneficiará preferencialmente aquelas de caráter educativo, esportivo, assistencial, de saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal somente poderão se utilizar do numerário para despesas de custeio e desde que apresentem contrapartida no valor mínimo de 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, sob pena de ficar obrigada à devolução do valor repassado e não ser mais beneficiada por repasses no exercício financeiro.

Art. 23 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são considerados despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do art. 24 da Lei 8.666/93 atualizada.

Art. 24 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferência voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único – As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídos do relatório sobre Projetos em Execução e a Executar de que trata o art. 3º da IN TCE Nº 02/2001, estão demonstrados no Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2010 desta lei.

Art. 25 – Despesas de competência de outros entes da Federação poderão ser assumidas pela Administração Municipal, desde que firmado por Convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária anual, devendo, obrigatoriamente estar acompanhada da estimativa de impacto financeiro e demonstrado e devidamente justificado a necessidade, o interesse público e capacidade orçamentária e financeira do Município, sem comprometimento de obras ou ações.

Art. 26 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços/valores correntes.

Art. 27 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser efetivada se precedido de lei específica, exceto os de Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro.

Art. 28 – Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010 e constantes desta lei.

Art. 29 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, serão desenvolvidas de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único – Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 30 – Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 – A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 32 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 33 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta lei.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa específica, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou majorar a remuneração dos seus servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 35 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extraordinárias pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso estas ultrapassem os limites estabelecidos da Lei Complementar nº 101/2000:

- I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras;
- III – Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.



Art. 37 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários da Administração Municipal de Catanduvas ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa.

Art. 38 – O Executivo Municipal poderá colocar a disposição com ônus para o município servidores do Quadro Geral a outros órgãos da administração pública direta ou indireta, ou a entidades sem fins lucrativos ou beneficentes conforme relação abaixo:

I – Tribunal de Justiça, para serviços desenvolvidos na Comarca de Catanduvas;

II – Justiça Eleitoral, para serviços desenvolvidos na 18ª Zona Eleitoral;

III – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Catanduvas;

IV – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduvas; e

V – Corpo de Bombeiros – FUNREBOM – de Catanduvas.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 39 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois últimos subseqüentes.

Art. 40 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa em valor equivalente.

#### IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2009.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste art..

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, mediante apuração de responsabilidades e, em caso de responsabilidade de agente administrativo, a cobrança do valor dos juros e multas do responsável.

Art. 44 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por lei específica.

Art. 45 – O Executivo Municipal, poderá assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício financeiro de 2010.

Art. 46 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Catanduvas, SC, 02 de Dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINE ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 02/12/2009.

#### **Decreto 1.638**

DECRETO Nº 1.638, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009

"ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita Municipal de Catanduvas, SC, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 da Lei Municipal nº 2.186/2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), objetivando assegurar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);

CONSIDERANDO que a meta bimestral de arrecadação prevista até o 5º bimestre de 2009 não foi alcançada, pois foi prevista a meta de R\$ 11.428.354,22 e o resultado foi de R\$ 11.029.587,82, o que representou 96,51% da meta prevista, devendo o Poder Executivo promover limitação de empenho e movimentação financeira, consoante dispõe o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica limitado empenho nas rubricas orçamentárias especificadas nas Notas de Bloqueio orçamentário anexas, parte integrante do presente decreto, no valor total de R\$ 398.766,40.

Parágrafo único. No caso do restabelecimento da receita, prevista no anexo de Metas Fiscais de Arrecadação, de forma que, quando da verificação do comportamento das metas bimestrais, estas passem a apresentar valor excedente à defasagem em relação às dotações objeto de limitação, poderão, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, serem recompostas de forma proporcional às deduções ora efetivadas neste ato.

Art. 2º. A implementação do disposto neste Decreto, inclusive quanto aos controles necessários, caberá de forma conjunta às Secretarias de Planejamento e de Administração e Finanças.



Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1.620/2009.

Catanduvas, SC, em 24 de novembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretario de Administração e Finanças.

Registrado e publicado nesta data.

### Decreto 1.642

DECRETO Nº 1.642/09 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.187/2008 de 17 de Dezembro de 2008, e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 91.980,30 (Noventa e um mil novecentos e oitenta reais e trinta centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
	2010	Valorização do Ensino do Magistério - FUNDEB		
12	19	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos FUNDEB	R\$	24.000,00

	2012	Manutenção do Ensino Regular		
15	01	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Transf. Imposto Educ	R\$	7.000,00

	2016	Programa Salário Educação		
17	22/49	OUT. DESPESAS CORRENTES – Conv. Salário Educação	R\$	21.382,69

	2060	Manutenção Transporte Escolar		
72	24/67	OUT. DESPESAS CORRENTES – Conv. Transp. Escolar	R\$	6.997,61

	1013	Construção de Creche e Ampliação de Escolas		
18	19	DESPESAS DE CAPITAL – Recursos FUNDEB	R\$	32.000,00

UNID. ORÇ.	0404	DIVISÃO DE ESPORTE		
	812	DESPORTO COMUNITÁRIO		
	2022	Apoio ao Esporte Amador		
30	00	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios	R\$	600,00

Art. 2º - Os valores mencionados no Artigo primeiro, são oriundos de Recursos do FUNDEB, Convênio Salário Educação, Convênio Transporte Escolar e Recursos Próprios, já assegurado seu ingres-

so no fluxo de caixa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 03 de Dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 03/12/2009.

### Decreto Nº 1.645

DECRETO Nº 1.645/09 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.239/09 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	1101	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
02	00	DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios	R\$	20.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	1101	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
01	00	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios	R\$	7.000,00
02	24/04	DESPESAS DE CAPITAL – Recursos do PAC	R\$	13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 16 de Dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 16/12/2009.



## Aviso de licitação - processo licitatório nº 0086/2009 - edital de pregão presencial: nº 0031/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2009

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0031/2009

Objeto: Aquisição de caminhão de fabricação nacional, 6x2, zero quilômetro, e tanque com capacidade para dezoito mil (18.000) litros, construído com chapa de aço carbono, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infra Estrutura por meio de Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvás e a Secretaria de Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joaçaba. Abertura das Propostas às 09:00 horas do dia 07 de janeiro de 2010.

Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás, SC, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvás, SC, 23 de dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

## Coronel Martins

### Prefeitura Municipal

### Decreto Nº. 162

DECRETO Nº. 162, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009  
PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 001, de 02/01/2009, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, resolve:

#### PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato dos servidores públicos municipais abaixo relacionados para continuarem a exercer os seus devidos cargos conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esportes, Transportes, Obras e Serviços Públicos, Saúde e Bem Estar Social e Agricultura e Meio Ambiente até 31 de Dezembro de 2010, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Rogério Previatti	Instrutor de Violão	20:00 horas semanais
Adriana S. M. Buratto	Professora Educ. Infantil	20:00 horas semanais
Claudia H. Conte	Professora de Filosofia	10:00 horas semanais
Vanderlei B. Batti	Professor de Informática	20:00 horas semanais
Raquel A. Souza	Professora Líng. Portuguesa	20:00 horas semanais

Gilberto P. Martins	Professor Educ. Física	40:00 horas semanais
Lucila B. Caracek	Professora EJA	20:00 horas semanais
Ana P. Guimarães	Professora PETI	20:00 horas semanais
Edite de O. Dias	Prof. Ens. Fundamental	20:00 horas semanais
Sandra R. Previatti	Professora PETI	20:00 horas semanais
Marcelli P. de Freitas	Prof. Ens. Fundamental	20:00 horas semanais
Elisangela Turmina Biazin	Prof. de Ciências	20:00 horas semanais
Julcemir Trevisol	Motorista	40:00 horas semanais
Denilson da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	40:00 horas semanais
Joel Mariano da Costa	Auxiliar de Serviços Gerais	40:00 horas semanais
Everton L. Cizinande	Auxiliar de Serviços Gerais	40:00 horas semanais
Josimar Becker	Auxiliar de Serviços Gerais	40:00 horas semanais
Josemar Guimarães	Pedreiro	40:00 horas semanais
Eriberto Calza	Operador de Máquinas II	40:00 horas semanais
Katia Cilene Gonsalves da Silva	Técnica em Enfermagem	40:00 horas semanais
Rafaela Niszcak dos Santos	Farmacêutica	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 15 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Decreto Nº. 163

DECRETO Nº. 163, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.4 do Edital de Teste Seletivo nº. 004, de 06/02/2009, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, resolve:

#### PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato dos servidores públicos municipais abaixo relacionados para continuarem a exercer os seus devidos cargos conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esportes, Transportes, Obras e Serviços Públicos, até 31 de Dezembro de 2010, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:



NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Gilmar Belatto	Motorista	40:00 horas semanais
Jonar D. Maraschin	Motorista	40:00 horas semanais
Idivar Dalla Costa	Op. De Máquinas II	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 15 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 111

PORTARIA Nº. 111, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 15 (quinze) dias, com gozo a partir do dia 21 de dezembro de 2009 a 04 de janeiro de 2010.

Nome	Cargo	Referências
João Toldo	Operador de Maquinas II	07/2006 à 2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 16 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 112

PORTARIA Nº. 112 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias o Servidor abaixo relacionado, no período e

referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2010 à 02/02/2010.

Nome	Cargo	Referência
Edi Marcos Smaniotto	Chefe Div. de Compras Lic. e Patrimônio	02/01/2009 à 01/10/2010

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 16 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 113

PORTARIA Nº. 113 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 20/01/2010 à 18/02/2010.

Nome	Cargo	Referência
Salete Biazin Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	20/09/2008 à 19/09/2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 16 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 114

PORTARIA Nº. 114 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2010 à



02/02/2010.

Nome	Cargo	Referência
Lídia de Barba	Técnica de Enfermagem	01/08/2009 à 31/07/2010

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.  
LUCAS CUCHI  
Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 115

PORTARIA Nº. 115, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 22/12/2009 à 05/01/2010

Nome	Cargo	Referência
Geldecir Mariane	Motorista	06/02/09 à 05/02/2010

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.  
LUCAS CUCHI  
Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 116

PORTARIA Nº. 116, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

#### CONCEDER:

Art. 1º FÉRIAS aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 04/01/2010 à 18/01/2010.

Nome	Cargo	Referência
Daniel Souza Dutra	Odontologo	16/03/2009 à 15/03/2010
Cristiane Rosiak	Auxiliar Administrativo	12/07/2008 à 11/07/2009
Joel de Jesus dos Santos	Motorista	03/04/2008 à 02/04/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 18 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.  
LUCAS CUCHI  
Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 117

PORTARIA Nº. 117 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15(quinze) dias no período de 11/01/2010 à 25/01/2010.

Nome	Cargo	Referência
Dinaura Dal'Acqua	Assistente Social	13/7/2008 à 12/07/2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.  
LUCAS CUCHI  
Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 118

PORTARIA Nº. 118, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.  
REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

#### REQUISITAR:

Art. 1º O retorno ao serviço do Servidor, Sr. Adelar José Pinheiro, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a partir do dia 18 de dezembro de 2009, em virtude da falta de profissional na área, junto a Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos.



Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 119

PORTARIA Nº. 119, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 10 (dez) dias no período de 04/01/2010 à 13/01/2010.

Nome	Cargo	Referência
Neimar Cassol	Agente Administrativo	01/07/2008 à 30/06/2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento, Planej. e Finanças

### Portaria Nº. 120

PORTARIA Nº. 120 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30(trinta) dias no período de 04/01/2010 à 02/02/2010.

Nome	Cargo	Referência
Edenilce Pgnoncelli Chittó	Telefonista	01/11/2008 à 31/10/2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Portaria Nº. 121

PORTARIA Nº. 121, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Premio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 10 (dez) dias no período de 03/02/2010 à 12/02/2010

Nome	Cargo	Referência
Edenilce Pgnoncelli Chittó	Telefonista	09/2006 a 2009

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de dezembro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

### Anexo TC-07/94 - dados e texto do primeiro termo aditivo nº. 033/2009 De contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 033/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2009. NÚMERO CONTRATO: 050/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/03/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 050, de 02 de março de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 050/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SETIMA – DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 31 de dezembro de 2010.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.171.710/0001-23

CONTRATADO: CLAUDIR DE SOUZA TRANSPORTES SP ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

**Anexo TC-07/94 - dados e texto do primeiro termo aditivo nº. 034/2009 De contrato**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 034/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 107/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 107, de 01 de setembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 107/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SETIMA – DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 31 de dezembro de 2010.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.171.710/0001-23

CONTRATADO: CLAUDIR DE SOUZA TRANSPORTES SP ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

**Anexo TC-07/94 - dados e texto do primeiro termo aditivo nº. 035/2009 De contrato**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 035/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2009. NÚMERO CONTRATO: 052/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/03/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 052, de 02 de março de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 052/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SETIMA – DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 31 de dezembro de 2010.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.171.710/0001-23

CONTRATADO: AS & Z. TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

**Anexo TC-07/94 - dados e texto do primeiro termo aditivo nº. 036/2009 De contrato**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 036/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2009. NÚMERO CONTRATO: 074/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato nº. 074, de 24 de março de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 074/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

O prazo para execução do objeto do presente contrato será contado da data de sua assinatura até a data de 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado por livre acordo entre as partes”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.177.544/0001-35

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO REDE DE EDUCAÇÃO, GENERO, AGROECOLOGIA, TRABALHO, GERAÇÃO DE RENDA E CIDADANIA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

**Anexo TC-07/94 - dados e texto do terceiro termo aditivo nº. 037/2009 De contrato**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 037/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2007. NÚMERO CONTRATO: 030/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/02/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quarta do Contrato nº. 030, de 02 de fevereiro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quarta do Contrato 030/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01 de Janeiro de 2010 até 31 de Dezembro de 2010, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.052.191/0001-62

CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA EPAGRI

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.



**Anexo TC-07/94 - dados e texto do primeiro termo aditivo nº 038/2009 de contrato de repasse**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 038/2009 DE CONTRATO DE REPASSE

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 0276098-92/2008

**DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo alterar o item/subitem nº.16 da Clausula Décima Sexta do Contrato de Repasse nº. 0276098-92/2008, de 26/12/2008 realizado segundo os termos do programa PRONAT do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que passa a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Décima Sexta do Contrato 0276098-92/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA.**

A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura encerrando-se no dia 26/12/2010, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas as demais alíneas Cláusulas do referido Contrato.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

**TIPO PESSOA(1/2):** 2 CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04

**CONTRATADO:** CAIXA

**DATA VENCIMENTO CONTRATO:** 26/12/2010.

## Corupá

### Prefeitura Municipal

**Portaria 336/09**

PORTARIA Nº 336/09

EXONERA A PEDIDO, O SR. VALDECIR DE AVILA, DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. VALDECIR DE AVILA, do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, admitido sob Concurso Público 001/2008, nomeado através da Portaria nº 390/08, de 01 de abril de 2008.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 06 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 337/09**

PORTARIA Nº 337/09

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PARA SERVIDORA SRA. MÔNICA VON TÖNEMANN GESSNER

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 1193/99 de 05 de março de 1999,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, para a Servidora Sra. MÔNICA VON TÖNEMANN GESSNER, no período de 20 de julho a 18 de agosto de 2009.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 20 de julho de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 338/09**

PORTARIA Nº 338/09

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PARA SERVIDORA SRA. IRENE LUDWINSKY HAUFFE

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 1193/99 de 05 de março de 1999,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, para a Servidora Sra. IRENE LUDWINSKY HAUFFE, no período de 01 a 30 de agosto de 2009.



Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 01 de agosto de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de outubro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 339/09**

PORTARIA Nº 339/09

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PARA SERVIDORA SRA. EVELY MOREIRA WOGINSKI

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 1193/99 de 05 de março de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, para a Servidora Sra. EVELY MOREIRA WOGINSKI, no período de 01 a 30 de setembro de 2009.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de outubro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 340/09**

PORTARIA Nº 340/09

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PARA SERVIDOR SR. RENATO QUOST

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 1193/99 de 05 de março de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, para o Servidor Sr. RENATO QUOST, no período de 18 de março a 15 de junho de 2009.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 18 de março de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de outubro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 341/09**

PORTARIA Nº 341/09

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PARA SERVIDORA SRA. MARGARET FRANKOWIAK BURGER

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 1193/99 de 05 de março de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, para a Servidora Sra. MARGARET FRANKOWIAK BURGER, no período de 11

de maio a 10 de junho de 2009.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 11 de maio de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de outubro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 342/09**

PORTARIA Nº 342/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções e, combinado com o Art. 53 Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o engenheiro Juliano Pedro Scandolara, Crea/SC Nº 51858-1 e a assistente social Elizete Cardoso Cress/SC Nº 2858, como responsáveis pela fiscalização do projeto Reação Habitacional do município de Corupá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 14 de outubro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 343/09**

PORTARIA Nº 343/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções e, combinado com o Art. 53 Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Alceu Gilmar Moretti como Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família.

Art. 2º - Nomear o Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família, representado por:

- Emanuelle Françoise Blunk: Operador Master, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Silvana Wille Klettenberg: Sisvan, representando a Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social
- Silvana Fernandes: representando a Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 14 de outubro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 344/09**

PORTARIA Nº 344/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO DO CONSELHO DA CIDADE, com representantes do Governo Municipal e Organizações Não-Governamentais.

**I- Representantes do Governo**

- Lorian Rogério Costa: Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Dairton Giraldo: Chefe da Divisão de Planejamento
- Maria Aparecida Rosa: Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
- Jean Diel: Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- Daniele Hanemann: Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
- Antonio Vicente Tureck: Representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
- Fernando Gean Lunelli: Representante da Secretaria de Administração e Finanças
- Margot Hauße: Representante da Câmara de Vereadores
- Janaína Paterno Gonçalves: Representante da Gerei
- George Livramento, Representante da Epagri

**II- Representantes das Organizações Não-Governamentais - ONGs**

- Dário Streit: Representante da Aciac (Associação Comercial e Agropecuária de Corupá)
- Alexandre Rafael Marcante: Representante da Associação de Preservação e Ecoturismo Rota das Cachoeiras
- Tadeu Ruthes: Representante da Associação Corupaense de Artesões
- Padre Eloi Comper: Representante dos coordenadores das comunidades da Igreja Católica
- Lauro Krüger: Representante dos presidentes das comunidades da Paróquia Evangélica
- Evandro Hennig: Representante da Caixa Econômica Federal
- Ivo Sell: Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Adolar Benhke: Representante da Associação dos Bananicultores de Corupá (Asbanco)
- Jorge Harry Harzer: Representante da Universidade Regional de Jaraguá do Sul (Unerj)
- Rosana Silva dos Reis Thiesen: Representante da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (Amvali)
- Gonter Bartel: Representante da Faculdade Metropolitana de Guarimirim (Fameg)

Art. 2º – Esta Comissão terá caráter cívico, gratuito e considerado serviço público relevante, pelo período de 02 (dois) anos, admitida recondução, encerrando concomitantemente com o término do mandato do Prefeito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 8 de setembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 15 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 345/09**

PORTARIA Nº 345/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções e, combinado com o Art. 53 Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º - Nomear a Comissão de Avaliação Sócio-Econômica, para análise das características do imóvel e sua utilização, representado por:

- Emelly Priscilla Fontana: Assistente Social
- Silvana Wille Klettenberg: Assistente Administrativa
- Danieli Hannemann Berger: Chefe da Divisão Médica-Odontológico

•

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 346/09**

PORTARIA Nº 346/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções e, combinado com o Art. 53 Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º - Nomear a Comissão de Avaliação de Imóveis para efeito de Programa de Pavimentação, incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, representado por:

- Ronaldo Krüger
- Paulo César Ruthes
- Daniela Tironi

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 347/09**

PORTARIA Nº 347/09

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PARA SERVIDORA SRA. MARÍLIA LUIZA CARVALHO KANZLER MOREIRA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 1193/99 de 05 de março de 1999,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, para a Servidora Sra. MARÍLIA LUIZA CARVALHO KANZLER MOREIRA, no período de 1º a 30 de novembro de 2009.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 07 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 348/09**

PORTARIA Nº 348/09

AUTORIZA A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,



**RESOLVE:**

Art. 1º)- Fica reintegrado por força de decisão judicial trabalhista nos autos do Processo RT 01447-2007-046-12-00-2, o Servidor Municipal Sr. RUBENS GONÇALVES MARTINS, aprovado no Concurso Público nº 001/03, para o cargo de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, junto à lotação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º)- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º)- Pela presente fica revogada a Portaria nº 210/07, de 19 de junho de 2007.

Art. 4º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 4 de novembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 349/09**

PORTARIA Nº 349/09

EXONERA A PEDIDO, O SR. JAIME SERRANO TORRES, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. JAIME SERRANO TORRES, do cargo de Professor ACT, nomeado através da Portaria nº 173/09, de 10 de março de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de outubro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 9 de novembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 350/09**

PORTARIA Nº 350/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA D, conforme segue abaixo,

ADRIANE MELLINTZ CORREA DE MELO

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 143/06 de 1º de março de 2006.

Corupá, 10 de novembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 351/09**

PORTARIA Nº 351/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA D, conforme segue abaixo,

ANA LÚCIA DA SILVA SIQUEIRA

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 174/04 de 1º de abril de 2004.

Corupá, 10 de novembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 352/09**

PORTARIA Nº 352/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL I REFERÊNCIA I, conforme segue abaixo,

INGRID GOBI

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 124/06 de 23 de março de 2006.

Corupá, 10 de novembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 353/09**

PORTARIA Nº 353/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na ta-



bela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA K, conforme segue abaixo,

LANE ANNEGRET KROBOT WEIDNER

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação , com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 114/04 de 16 de fevereiro de 2004.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 354/09**

PORTARIA Nº 354/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

RESOLVE:

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA D, conforme segue abaixo,

LILIAN P. TAMANINI KRUGER

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação , com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 142/06 de 23 de março de 2006.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 355/09**

PORTARIA Nº 355/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

RESOLVE:

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA N, conforme segue abaixo,

CLARICE JUDACEFSKY

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação , com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 563/06 de 1º de setembro de 2006.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 356/09**

PORTARIA Nº 356/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

RESOLVE:

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL II, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

CAROLINA NEVES DE SOUZA

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 357/09**

PORTARIA Nº 357/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

RESOLVE:

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL IV, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

EDUARDO RAMSAUER

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 358/09**

PORTARIA Nº 358/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

RESOLVE:

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

JOSIANE NUNES DA SILVA

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 359/09**

PORTARIA N° 359/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL II, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

RUBIAN HAFEMANN MORETTI

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 360/09**

PORTARIA N° 360/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

TEREZINHA BERENICE DA SILVA

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 361/09**

PORTARIA N° 361/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL III, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

CRISTIANE ERDMANN

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 362/09**

PORTARIA N° 362/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1193/99 de 05/03/99 e Decreto n.º 019/99 de 14/04/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Que promove através do Progresso Funcional, os membros do Magistério relacionados e da outras providências na tabela de vencimentos dos profissionais em educação no ANEXO IV DO NÍVEL II, REFERÊNCIA A, conforme segue abaixo,

VIVIANE CRISTINE DE SOUZA MACIEL

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de outubro de 2009, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 10 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 364/09**

PORTARIA N° 364/09

AUTORIZA A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Fica reintegrado por força de decisão judicial trabalhista nos autos do Processo RT 01449-2007-046-12-00-1, o Servidor Municipal Sr. ANTÔNIO CARLOS GRAMM, aprovado no Concurso Público nº 001/03, para o cargo de Carpinteiro, com carga horária de 44 horas semanais, junto à lotação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º)- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º)- Pela presente fica revogada a Portaria nº 182/04, de 5 de abril de 2004.

Art. 4º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Corupá, 17 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 365/09**

PORTARIA Nº 365/09  
EXONERA A PEDIDO, A SRA. VIVIANE APARECIDA DOS SANTOS TORRES, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. VIVIANE APARECIDA DOS SANTOS TORRES, do cargo de professor ACT, nomeada através da Portaria nº 164/09, de 12 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de novembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 19 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 366/09**

PORTARIA Nº 366/09  
QUE DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VINCULADO A SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu Art. 66, item VII e Lei Municipal n.º 977/94 de 22 de dezembro de 1994, e Lei Municipal n.º 1384/01 de 26/06/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com o Art. 3º, inciso I e II e parágrafos 1º à 4º da Lei Municipal n.º 977/94, e alínea "e" do item II do Art. 1º da Lei n.º 1384/01, que ficará constituída da seguinte forma:

**REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL**

Titular: ELIZETE CARDOSO – Divisão do Bem Estar Social  
Suplente: Bernadete Correa Hillbrecht

Titular: SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES – Divisão de Bem Estar Social,  
Suplente: Adalberto Maia

Titular: ADILCE PASQUALINA PACHECO – Conselheiro Tutelar  
Suplente: Janaína Paterno Gonçalves

Titular: DANIELI HANEMANN BERNER, Secretária de Saúde  
Suplente: Emely Priscilla Fontana

Titular: SANDRO ROGÉRIO GLATZ – Secretária de Administração  
Suplente: Heins Gerhard Kopsch

Titular: MARISA KÜHL JUDACHEWSKI – Secretária de Educação  
Suplente: Joney Cícero Morozini;

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

Titular: KAMILLE RAINIAK - Representante do Corpo Voluntário de Bombeiros de Corupá  
Suplente: Claudio Sidnei Siqueira

Titular: HELGA BERNER - Representante da IECPEC (Instituição Educacional, Cultural e Assistencial de Corupá)  
Suplente: Hanelore Hermann

Titular: GRACELITA MARION SUESENBACH – Representante do Lions Clube,  
Suplente: Esther Viebrantz Zancanella

Titular: DÁRIO STREIT – Representante do Rotary Clube  
Suplente: Jorge Luiz Rosa

Titular: MARLI KLITZKE – Representante da Ação Social  
Suplente: Teresa Blunk

Titular: VIVIANE SCHULTZ OLIVEIRA – Associação das Senhoras Rotarianas  
Suplente – Kátia Mari Schunke

Art. 2º)- De acordo com a previsão legal o exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se serviço público relevante.

Art. 3º)- O Conselho Municipal de Assistência Social, utilizará recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, com o objetivo de atender aos encargos decorrentes da ação do Município no campo da Assistência Social.

Art. 4º)- Pela presente fica revogada a Portaria nº 224/09 de 22 de abril de 2009.

Art. 5º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 367/09**

PORTARIA Nº 367/09  
LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Designar a Servidora Senhora STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA DE LIMA, para proceder as autenticações de livros de escrituração mercantil e fiscal junto à Associação Empresarial de Corupá, no mesmo município.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 24 de novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 369/09**

PORTARIA Nº 36909  
EXONERA A PEDIDO, O SR. ADRIANO RODRIGUES BASTOS, DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR



LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. ADRIANO RODRIGUES BASTOS, do cargo de Conselheiro Tutelar, nomeado através da Portaria nº 287/09, de 05 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de novembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 30 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 370/09**

PORTARIA Nº 370/09

EXONERA A PEDIDO, A SRA. VERIDIANA SIMETTE, DO CARGO DE PSICÓLOGO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. VERIDIANA SIMETTE, do cargo de Psicólogo, admitida sob Concurso Público 001/2007, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 281/07, de 24 de setembro de 2007.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de novembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 30 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 371/09**

PORTARIA Nº 371/09

NOMEIA A SRA. FABIOLA APARECIDA JANSEN, CONSELHEIRA TUTELAR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, item VII, e combinado com a Lei Municipal nº 1612/2005 de 20 de setembro de 2005 e nº 1712/2006, de 21 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art.1º) – Fica a Senhora FABIOLA APARECIDA JANSEN, nomeada para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com a carga horária remunerada de 20 (vinte) horas semanais, Nível 17.

Art.2º) – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 1º de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 372/09**

PORTARIA Nº 372/09

EXONERA A PEDIDO, A SRA. REGIANE TOWE HANNEMANN, DO CARGO DE PSICOPEDAGOGA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. REGIANE TOWE HANNEMANN, do cargo de Psicopedagogo, admitida sob Concurso Público 001/2003, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 075/04, de 16 de fevereiro de 2004.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 2 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 373/09**

PORTARIA Nº 373/09

EXONERA A PEDIDO, O SR. ADELSON BOHN LIMBERGER, DO CARGO DE MOTORISTA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. ADELSON BOHN LIMBERGER, do cargo de Motorista, admitido sob Concurso Público 001/2008, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 470/08, de 19 de maio de 2008.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 3 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 374/09**

PORTARIA Nº 374/09

DEMITE A SRA. ANDRESSA KRÜGER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. ANDRESSA KRÜGER do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 123/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 375/09**

PORTARIA Nº 375/09

DEMITE O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei



Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 125/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 376/09**

PORTARIA Nº 376/09

DEMITE A SRA. BRUNA WERLANG, DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. BRUNA WERLANG, do cargo de Assistente Administrativo, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 170/09 de 02 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 377/09**

PORTARIA Nº 377/09

DEMITE O SR. CLAUDIMIR BUTTNER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. CLAUDIMIR BUTTNER do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 225/09 de 01 de abril de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 378/09**

PORTARIA Nº 378/09

DEMITE A SRA. CLEA APARECIDA DE RAMOS MARQUARDT, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. CLEA APARECIDA DE RAMOS MAR-

QUARDT, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 126/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 379/09**

PORTARIA Nº 379/09

DEMITE O SR. DANIEL KUSTER JUNIOR, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. DANIEL KUSTER JUNIOR do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 127/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 380/09**

PORTARIA Nº 380/09

DEMITE A SRA. DANIELA GEHLEN DAROS, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. DANIELA GEHLEN DAROS, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 157/09 de 10 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 381/09**

PORTARIA Nº 381/09

DEMITE A SRA. DEISE DA SILVA RIVELLES, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. DEISE DA SILVA RIVELLES, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 82/09 de 05 de fevereiro de 2009.



Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 382/09**

PORTARIA Nº 382/09

DEMITE A SRA. DREYSE ELISABETH SCHUTZE BERNARDI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. DREYSE ELISABETH SCHUTZE BERNARDI, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 129/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 383/09**

PORTARIA Nº 383/09

DEMITE A SRA. EDITE PIONTKEWICZ, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. EDITE PIONTKEWICZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 161/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 384/09**

PORTARIA Nº 384/09

DEMITE O SR. EDSON SCHIMANSKI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. EDSON SCHIMANSKI, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 158/09 de 10 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 385/09**

PORTARIA Nº 385/09

DEMITE A SRA. ELIANE ROSENDO PADILHA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. ELIANE ROSENDO PADILHA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 278/09 de 09 de julho de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 386/09**

PORTARIA Nº 386/09

DEMITE O SR. ELIEL MANASSES DA ROCHA, DO CARGO DE INSTRUTOR DE MÚSICA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. ELIEL MANASSES DA ROCHA, do cargo de Instrutor de Música, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 131/09 de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 387/09**

PORTARIA Nº 387/09

DEMITE A SRA. ELISA TAVARES DOS SANTOS, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. ELISA TAVARES DOS SANTOS, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 132/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 388/09**

PORTARIA Nº 388/09

DEMITE O SR. ELVIS JESSE SCHIOCHET, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. ELVIS JESSE SCHIOCHET, do cargo de Instrutor de Música, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 134/09 de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 389/09**

PORTARIA Nº 389/09

DEMITE O SR. ELVIS JESSE SCHIOCHET, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. EMERSON CHERUBIN, do cargo de Professor Act, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 264/09 de 01 de junho de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 390/09**

PORTARIA Nº 390/09

DEMITE O SR. ENO PONATH, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. ENO PONATH, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 300/09 de 07 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 391/09**

PORTARIA Nº 391/09

DEMITE A SRA. FERNANDA KEISER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. FERNANDA KEISER, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 232/09 de 04 de maio de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 392/09**

PORTARIA Nº 392/09

DEMITE A SRA. HAVILLA PRISCILA DA CRUZ MORAIS, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. HAVILLA PRISCILA DA CRUZ MORAIS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 281/09 de 14 de julho de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 393/09**

PORTARIA Nº 393/09

DEMITE A SRA. ICRAIR PEREIRA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. ICRAIR PEREIRA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 169/09 de 02 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 394/09**

PORTARIA Nº 394/09

DEMITE A SRA. IRACEMA KRISANSKI PEGGAU, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. IRACEMA KRISANSKI PEGGAU, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 175/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 395/09**

PORTARIA Nº 395/09

DEMITE O SR. JAIME ODORIZZI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. JAIME ODORIZZI, do cargo de Professor Act, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 138/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 396/09**

PORTARIA Nº 396/09

DEMITE A SRA. JANETE KUSKOSKI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JANETE KUSKOSKI, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 159/09 de 10 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 397/09**

PORTARIA Nº 397/09

DEMITE A SRA. JÉSSICA JOANA PEREIRA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JÉSSICA JOANA PEREIRA, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 308/09 de 08 de setembro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 398/09**

PORTARIA Nº 398/09

DEMITE A SRA. JULIANA JUDACHEWSKY, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JULIANA JUDACHEWSKY, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 136/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 399/09**

PORTARIA Nº 399/09

DEMITE A SRA. JULIANA VOIT, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JULIANA VOIT, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 291/09 de 03 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 400/09**

PORTARIA Nº 400/09

DEMITE A SRA. JULIANE SAYURI UMETSU, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JULIANE SAYURI UMETSU, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 137/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



**Portaria 401/09**

PORTARIA Nº 401/09

DEMITE O SR. JULIO ISMAEL SCHÜTZE, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. JULIO ISMAEL SCHÜTZE, do cargo de Professor Act, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 193/09 de 12 de março de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 402/09**

PORTARIA Nº 402/09

DEMITE A SRA. JULLY ELIZABETH ANDREGHETONI PRAWUTZKI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JULLY ELIZABETH ANDREGHETONI PRAWUTZKI, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 139/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 403/09**

PORTARIA Nº 403/09

DEMITE A SRA. JUSSUELEN PATRICIO ILIBIO, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. JUSSUELEN PATRICIO ILIBIO, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 176/09 de 16 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 404/09**

PORTARIA Nº 404/09

DEMITE O SR. LEANDRO GAMBETA, DO CARGO DE INSTRUTOR

**DE KARATÊ**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. LEANDRO GAMBETA, do cargo de Instrutor de Karatê, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 140/09 de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 405/09**

PORTARIA Nº 405/09

DEMITE A SRA. LIDIA ROSA VEECK, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. LIDIA ROSA VEECK, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 143/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 406/09**

PORTARIA Nº 406/09

DEMITE A SRA. LISANDRA PAULA WICZIOK, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. LISANDRA PAULA WICZIOK, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 142/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 407/09**

PORTARIA Nº 407/09

DEMITE A SRA. LUCIANE PRYJMAK DA COSTA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,



**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. LUCIANE PRYJMAK DA COSTA do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 222/09 de 16 de abril de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 408/09**

PORTARIA Nº 408/09

DEMITE O SR. LUIZ EUGENIO ANDERLE, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. LUIZ EUGENIO ANDERLE, do cargo de Professor Act, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 141/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 409/09**

PORTARIA Nº 409/09

DEMITE A SRA. LUIZA JANTSCH, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. LUIZA JANTSCH, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 303/09 de 24 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 410/09**

PORTARIA Nº 410/09

DEMITE A SRA. MARIA IZABEL AMARAL BARCIA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MARIA IZABEL AMARAL BARCIA, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 290/09 de 03 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 411/09**

PORTARIA Nº 411/09

DEMITE A SRA. MARISA CERCAL PETRY, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MARISA CERCAL PETRY, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 149/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 412/09**

PORTARIA Nº 412/09

DEMITE A SRA. MARIZE FRITSCH MOKWA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MARIZE FRITSCH MOKWA, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 177/09 de 13 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 413/09**

PORTARIA Nº 413/09

DEMITE A SRA. MERILIN ALINE RAASCH, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MERILIN ALINE RAASCH, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 146/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 414/09**

PORTARIA Nº 414/09

DEMITE A SRA. MICHELI ADRIANE MELCHIORETTI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MICHELI ADRIANE MELCHIORETTI, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 289/09 de 03 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 415/09**

PORTARIA Nº 415/09

DEMITE A SRA. MIRIAM COSTA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MIRIAM COSTA do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 147/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 416/09**

PORTARIA Nº 416/09

DEMITE A SRA. MUNYKE KERLLYN STELTER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. MUNYKE KERLLYN STELTER, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 163/09 de 09 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 417/09**

PORTARIA Nº 417/09

DEMITE A SRA. NATALIA OLSEN, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. NATALIA OLSEN, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 293/09 de 10 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 418/09**

PORTARIA Nº 418/09

DEMITE A SRA. NILENA JACKLIN DOS SANTOS, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. NILENA JACKLIN DOS SANTOS, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 150/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 419/09**

PORTARIA Nº 419/09

DEMITE A SRA. PATRICIA MARIA WODZINSKY, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. PATRICIA MARIA WODZINSKY, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 199/09 de 18 de março de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 420/09**

PORTARIA Nº 420/09

DEMITE A SRA. RAQUEL PEDROTTI FIAMONCINI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT



LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. RAQUEL PEDROTTI FIAMONCINI, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 154/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 421/09**

PORTARIA Nº 421/09

DEMITE O SR. RUBENS JUNIOR HEINRICH, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. RUBENS JUNIOR HEINRICH, do cargo de Professor Act, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 226/09 de 17 de abril de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 422/09**

PORTARIA Nº 422/09

DEMITE O SR. SAMUEL GESSNER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitido, o Sr. SAMUEL GESSNER, do cargo de Professor Act, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 153/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 423/09**

PORTARIA Nº 423/09

DEMITE A SRA. SIDNEIA DA COSTA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. SIDNEIA DA COSTA, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 172/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 424/09**

PORTARIA Nº 424/09

DEMITE A SRA. SIMONE GAUDETTE, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. SIMONE GAUDETTE, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 152/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 425/09**

PORTARIA Nº 425/09

DEMITE A SRA. TAYNÁ LARISSA EGGERT, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. TAYNA LARISSA EGGERT, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 155/09 de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 426/09**

PORTARIA Nº 426/09

DEMITE A SRA. VANESSA APARECIDA BELETI DE LIMA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica demitida, a Sra. VANESSA APARECIDA BELETI DE LIMA, do cargo de Professor Act, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 171/09 de 05 de fevereiro



de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Portaria 427/09

PORTARIA Nº 427/09

EXONERA A PEDIDO, O SR. CELIO JOÃO BARBOSA, DO CARGO DE PROFESSOR II, DE INGLÊS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. CELIO JOÃO BARBOSA, do cargo de Professor II, de Inglês, admitido sob Concurso Público 001/2008, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 417/08, de 15 de abril de 2008.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 29 de dezembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Erval Velho

### Prefeitura Municipal

### Decreto 1373/2009

DECRETO 1373, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO N. 005/2009, DE QUE TRATA O EDITAL N. 005, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 005, de 20 de novembro de 2009, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 005/2009, originado pelo Edital n. 005, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo:

Nº Insc	Nome Candidato	Cargo
001	Ducinei Cardoso De Aguiar	Agente De Serviços Gerais II
002	Precila Lourdes Alexandre	Agente De Serviços Gerais II
003	Inocide Marinho De Melo	Agente De Serviços Gerais I
004	Daniela Terezinha De Mattos	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
005	Simara Pedroso	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
006	Claudia Monica Formighieri	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.

007	Giceli De Fatima Borin	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
008	Elissonia Sutil Mazetto	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
009	Rosangela Ferreira Mendes	Agente De Serviços Gerais II
010	Charlene Aparecida Mazzarollo	Prof. Series Iniciais E Educ. Infantil
011	Ivanilde Aparecida Dos Santos Rosalen	Agente De Serviços Gerais II
012	Vania Recalcatti Piovesan	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
013	Rosely Pinto Padilha	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
014	Ronaldo Dalla Costa	Professor Informática
015	Tamara Rizzotto	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
016	Dionilde Sutil Mocelin	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
017	Dionilce Antunes De Oliveira	Agente De Serviços Gerais II
018	Josiane Regina Habech	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
019	Marcia Carabolante Cofferi	Agente De Serviços Gerais II
020	Susana Thibes Bertelli	Agente De Serviços Gerais II
021	Anelize Ciarnoski	Professor De Educação Física
022	Janaina Vettori	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
023	Eliete Terezinha De Oliveira Hugen	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
024	Eliane Gonçalves Lamperti	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
025	Wilmar Bazzi	Agente De Serviços Gerais I
026	Adriana Iona Aparecida Cordeiro	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
027	Ivete De Fatima Danielli	Professor De Informática
028	Scheila Bulla	Professor De Educação Física
029	Valeria Vieira Schreider Rissotto	Motorista
030	Marli Ferreira Da Silva	Agente De Serviços Gerais II
031	Vander Cleison Serena	Motorista
032	Lurdes Rodrigues Dos Santos	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
033	Ivonete Marcon De Lima	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
034	Jose Dorini Sobrinho	Operador De Máquinas
035	Viviane Carina Nardi	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
036	Susane Fatima Antunes	Agente De Serviços Gerais II
037	Luiz Alexandre Vieira	Agente Serviços Externos
038	Flavia Aparecida Girardi	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
039	José Ademir Antunes	Agente De Serviços Gerais I
040	Osmar José Storti	Agente De Serviços Gerais I
041	Maria Eloiza Teodoro	Agente De Serviços Gerais II
042	Guilherme Vettori	Professor Educação Física
043	Laura Taiza Vettori	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
044	Edson Fernando Moretti	Professor Educação Física
045	Ilicir José Sernajotto	Motorista
046	Paula Recalcatti Palavro	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.



047	Sergio Ramos	Motorista
048	Adenor Bussolaro	Motorista
049	Soeli Aparecida Da Costa De Oliveira	Agente De Serviços Gerais II
050	Marta Ana Schimdt	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
051	Francieli Carabolante	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
052	Ana Maria Rodrigues Paiano	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
053	Jaime De Souza	Motorista
054	Elide Pires Ferreira	Agente de Serviços Gerais II
055	Patricia Cristina Provensi	Professor De Artes
056	Ivonete De Aparecida Ferreira	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
057	Eleandro Luiz Almeida	Operador De Máquinas
058	Dani Felipe De Souza Pinto	Professor De Informática
059	Ildomar Jorge Da Silva Mota	Agente De Serviços Gerais I
060	Edson Nunes De Aguiar	Motorista
061	Rafaela Dartora Dos Santos	Prof. Series Iniciais Ens. Fund. e Educ. Infantil.
062	Jucemar Camilo Tesser	Motorista
063	Mavi Cristine Fontana Da Silva	Agente De Serviços Gerais II
064	Luiz Henrique Da Silva	Professor De Informática
065	Antonio Roberval Da Silva	Motorista
066	Fernando Carabolante	Motorista
067	Jovelino Batista Dos Santos	Agente De Serviços Gerais I
068	Janaina Fatima Moreira	Agente De Serviços Gerais II

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 22 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 22 de dezembro de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 1374/2009

DECRETO N. 1374, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

Determina a abertura de Processo Seletivo interno no quadro do Magistério Público Municipal, designa Comissão de Avaliação e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o art. 28, da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e

Considerando a necessidade de profissionais para suprir a demanda presente na Rede Municipal de ensino e tendo em vista o objetivo de não efetivar novos profissionais dado a sazonalidade da demanda;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado a abertura de Processo Seletivo Interno para ampliação temporária da carga horária dos professores da Rede Municipal enquanto perdurar a necessidade.

Art. 2º. O Referido Processo seletivo será realizado de acordo com

o edital para esta finalidade e a avaliação será feita pela comissão abaixo designada para este fim, composta pelos seguintes membros:

1 – Ivone Kerschbaumer Denti – Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto;

2 – Odila Pratto Recalcatti - Diretora da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo;

3 – Walter Kleber Kucher Júnior – Secretário Municipal de Administração e Finanças;

4 – Susana Ap. Pratto Giacomelli – Auxiliar Técnico Contabilidade.

Art.3º. Este decreto n. 1374, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 22 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 22 de dezembro de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 1375/2009

DECRETO 1375, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1172, de 29 de dezembro de 2008, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho – Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV. 2.045 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E CONTRIBUIÇÕES

15 - 339000.00.00.0014 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2 .000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2008 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 22 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria 2259/2009

PORTARIA 2259, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro à 31 de janeiro de 2010, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	
Angelita dos P. Boeira Girardi	Técnico em Tesouraria	02/02/2008 A	01/02/2009
Cristiane Bordin Camaroto	Agente Administrativo	03/06/2008 A	02/06/2009
Deonilde Lúcia Tonial	Educador	14/04/2008 A	13/04/2009
Franciela Rita Davoglio	Agente Administrativo	05/05/2008 A	04/05/2009
Ivonez M. Sutil Demori	Técnico em Enfermagem	02/05/2008 A	01/05/2009
Josi Chiamulera	Agente Comunitário de Saúde	14/06/2008 A	13/06/2009
Leonir Marcon	Operador de Máquinas	13/10/2008 A	12/10/2009
Márcia R. Ferrari Fracaro	Agente Comunitário de Saúde	11/07/2008 A	10/07/2009
Maria Zaira Antunes dos Santos	Agente de Serviços Gerais	01/05/2008 A	30/04/2009
Marília Mônica Marin	Agente Comunitário de Saúde	14/03/2008 A	13/03/2009
Neide M. Oliveira Almeida	Agente Comunitário de Saúde	01/08/2008 A	31/07/2009
Silvano Rodrigo Pratto	Motorista	03/11/2008 A	02/11/2009
Wilmar Wilson Wiltgen	Médico - PSF	16/01/2008 A	15/01/2009

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2010

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 23 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.  
WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 2260/2009**

PORTARIA 2260, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro à 31 de janeiro de 2010, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	
Acyr da Silva	Agente de Esportes	03/06/2008 A	02/06/2009
Adriana Aparecida Maciel	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Celso Antonio Girardi	Motorista	05/12/2008 A	04/12/2009

Claudete O. da Silva Piovesan	Professor	18/07/2008 A	17/07/2009
Diego Tortelli	Motorista	12/02/2008 A	11/02/2009
Dione Luzia Brito Souza	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Eliane Pinto Lisot	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Francine Assmann	Téc. Atividades Administrativas	02/01/2009 A	01/01/2010
Giuliana Ganzer	Assessor Téc. Pedagógico	02/01/2009 A	01/01/2010
Jackson Luiz Nunes	Agente de Esportes	03/06/2008 A	02/06/2009
Loreli Pinto Giacomini	Professor	24/12/2008 A	23/12/2009
Márcia Carabulante Coffferri	Agente de Serviços Gerais	02/04/2008 A	01/04/2009
Marcilei F. da Silva Vettori	Agente de Serviços Gerais	02/01/2009 A	01/01/2010
Norma Bernart	Professor	01/08/2008 A	31/07/2009
Norma de Giacometti de Almeida	Professor	12/01/2008 A	11/01/2009
Odila Pratto Recalcatti	Diretor de Escolas	07/02/2008 A	07/12/2009
Patrícia de Sordi	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Rúbia Bof	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Simone Simioni	Assessor Téc. Pedagógico	02/01/2009 A	01/01/2010
Sonia Regina Silva	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Tânia M. Antunes Alberti	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Vera M. Cezar Borin	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010
Vilma Pires Fontana	Professor	02/01/2009 A	01/01/2010

Art.2º. Esta Portaria n.2260 entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 23 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.  
WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 2261/2009**

PORTARIA 2261, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a servidora abaixo relacionada pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro à 31 de janeiro de 2010, sendo que será antecipado o período de gozo da mesma para coincidir com as Férias Escolares, em decorrência de interesse da Administração Pública, sem prejuízo pecuniário a servidora:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	
Jane de Lurdes Fracaro	Agente de Serviços Gerais	07/01/2009 à	06/01/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 23 de dezembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR  
Secretário de Administração e Finanças.

### Extrato de Edital de Pregão 031/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 058/2009

Edital de Pregão nº 031/2009

Objeto: Aquisição de combustíveis para a Prefeitura Municipal. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 15h00min do dia 13/01/2010. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal

### Extrato de Edital de Pregão 032/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 059/2009

Edital de Pregão nº 032/2009

Objeto: Aquisição de combustíveis para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "propostas comercial" e de "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 13/01/2010. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal

## Forquilha

**Prefeitura Municipal**

### Portaria Nº. 380

PORTARIA Nº. 380, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.  
NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das

vagas de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Religioso, Professor de Artes e Agente de Serviços Gerais,

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009,

### RESOLVE:

Art 1º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de:

I – AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, classificados, respectivamente, de 1º a 38º lugar.

1º	ELINEIDE SALETE COLOMBO DALMOLIM
2º	ELAINE GOULART DE JESUS FERRARI
3º	SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOUTO
4º	HILDA JUNKES KALFELD
5º	MARILEIA RONCHI
6º	GIANE DE OLIVEIRA CARVALHO
7º	EMANUELLE CRUZ ALVES
8º	ELISANDRA PREIS
9º	AMANDA DA SILVEIRA TEIXEIRA
10º	CARLA DAIENE RIBEIRO MACEDO
11º	KELLY KARITIANA MORO SCUSSEL
12º	LILIAN PEREIRA DOMINGOS DUARTE
13º	ALESSANDRA ARAUJO MARTINS ALVES
14º	MICHELE MACHADO DA ROSA
15º	RAQUEL FONTANA DELFINO
16º	ROSA MARIA CRISPIM DA CUNHA
17º	ROSANA DE SOUZA COLOMBO
18º	KARINA MARTINS FORTUNA
19º	CLAUDIA FRANCIELLI CORREA
20º	MARILENE MARTINS DE SOUZA BECKER
21º	CRISTIANI LUCIA DANIEL
22º	VANESSA BAZILIO RAPHAEL
23º	FABIANE VENSON
24º	ALEXANDRA SERAFIM DE SOUZA
25º	JULIANA SCHAUCOSKI SERAFIM
26º	ANA PAULA CATALDO AIRES
27º	EDJANE HEERDT FELISBERTO
28º	ELIS DENISE DA SILVA LEANDRO
29º	LEONILDA APARECIDA BRAVO
30º	SAMELA MACHADO FRANCISCO
31º	KATIUCIA DE OLIVEIRA
32º	GABRIELA DE BONA NIEHUES
33º	MARISTELA PEDRO INACIO



34º	PATRICIA FRANCISCA MARTINS
35º	PRISCILA SERAFIM LAURENTINO SERAFIM
36º	ANA LUCIA DA SILVA
37º	MARILIA AMANDIO GAVA
38º	SONIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS

II – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, classificados, respectivamente, de 1º e 25º lugar.

1º	DARLENE GONÇALVES DA SILVA
2º	GISLAINE BRESSAN PEREIRA HONORATO
3º	SILVIA FELTRIN CORREA
4º	ALEXSANDRA LUIZ BERETTA
5º	SHEILA ADRIANE JUNGLAUS DE JESUS
6º	PATRICIA DAL PONT MANDELLI DE ANDRADE
7º	MICHELA ESMERO MARTINHAGO
8º	ANDREA SANTOS ARMINDO DAGOSTIN
9º	CLEDINÉIA CHINAIDER SAVI
10º	ROSANGELA CARDOSO BONETTI
11º	ROSELI EUGENIO LOPES
12º	ELISANGELA DE MEDEIROS DOS SANTOS
13º	CRISTIANE ALAMINI ZANETTE FERNANDES
14º	DAIANA CANDIDO DA SILVEIRA MINATTO
15º	IODETE SARTOR FABRIS
16º	PATRICIA VIEIRA MONTINI DALLA LANA
17º	MARIA ISABEL FERNANDES
18º	ELIZETE NUNES DA ROSA
19º	PATRICIA REINERT SIQUEIRA
20º	ROSILEIA DE CARVALHO VACA
21º	VIVIANE MAFIOLETTI
22º	JANAINA PREIS DA SILVA MOTTA
23º	ROSANGELA FERNANDES CABRAL RODRIGUES
24º	LUCIANE IGNACIA
25º	MARIA APARECIDA ARAUJO CESARIO

III – PROFESSOR DE ARTES, classificados, respectivamente, de 1º a 4º lugar.

1º	JOSIANE BOSA DUARTE
2º	CAROLINE BOEING NUERNBERG
3º	DAIANE FERREIRA PEREIRA
4º	ESTER DAGOSTIN

IV – PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO, classificado em 1º lugar.

1º	ROSILENE VIANA
----	----------------

III – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, classificados, respectivamente, de 1º a 11º lugar e o classificado em 66º lugar, conforme

item 2.3 do Edital de Concurso Público 001/2009, portadora de necessidades especiais:

1º	GRAZIELA FELTRIN DA SILVEIRA MROTZKOSKI
2º	ELIZABETE FIRMINO DA SILVA RODRIGUES
3º	VANESSA ROCHA DA COSTA
4º	MARTA ELISABETE CHAVES
5º	ROSILEY DE SOUZA MOTTA FIGUEREDO
6º	MARIA LEONIR SPILERE MINATTO
7º	ERICA HENRIQUE RODRIGUES
8º	ANDREIA GOMES
9º	RENATA VIANA VITALI
10º	CLAUDIA BERNARDO DE SOUZA
11º	ROSIANI TAVARES DE LIMA
66º	FATIMA PEREIRA DELFINO PATRICIO – Portador de Necessidades Especiais

Art. 2º Os nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomarem posse.

§ 1º Os nomeados terão que se apresentar a Junta Médica do Município no período de 11/01/2010 a 22/01/2010 com todos os exames dispostos no anexo único desta portaria já realizados. É de responsabilidade do nomeado o agendamento da consulta.

§ 2º A escolha das vagas será realizada no dia 25/01/2010, às 13 horas, na Secretaria Municipal de Educação, sendo que somente poderão participar da escolha das vagas os nomeados que tiverem entregue toda documentação necessária para a posse, na Gerência de Pessoas do Município.

§ 3º Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 23 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 23 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 380, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

#### ANEXO ÚNICO

#### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO DE CARGO EFETIVO

1- Atestado Médico de Saúde física e mental de capacidade laboral, emitido pela Junta Médica do Oficial do Município de Forquilha. (Veja abaixo a relação de exames médicos necessários para a Posse).

2- 2 (duas) Fotografias 3X4 recentes;

3- Carteira Profissional;

4- Fotocópia da Carteira de Identidade;

5- Fotocópia do CPF;

6- Fotocópia do Título de Eleitor;



- 7- Fotocópia do comprovante de voto das eleições de 2008 , ou cópia da justificativa de ausência, ou certidão expedida pela Justiça Eleitoral de estar quite com suas obrigações eleitorais;  
 8- Fotocópia do PIS;  
 9- Fotocópia da Certidão de Casamento;  
 10- Fotocópia da Certidão de Nascimento;  
 11- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos;  
 12- Fotocópia do Certificado de Dispensa de Incorporação, para menor de 45 anos, ou do Certificado de alistamento militar se não completado o prazo para prestação de serviço militar;  
 13- Fotocópia do Certificado de Escolaridade exigido para o cargo;  
 14- Fotocópia da Carteira de Motorista (para os cargos onde esta for necessário);  
 15- Fotocópia do comprovante de registro no órgão fiscalizador da profissão (para os cargos onde esta for necessário);  
 16- Fotocópia do Comprovante de residência;  
 17- Conta Bancária no Banco BRADESCO;  
 18- Declaração de inexistência ou acumulação ilícita de cargos;  
 19- Declaração de Bens.  
 20- Telefone para contato

#### EXAMES MÉDICOS NECESSÁRIOS PARA A POSSE

- Hemograma;
- Glicemia;
- Sorologia para lues;
- Parcial de urina;
- Raio X do Tórax e da Coluna Lombo-Sacra e Bacia;
- ECG – eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
- Audiometria;
- Laringoscopia indireta;
- Outros exames requisitados a critério da Junta Médica.

#### Portaria Nº. 381

PORTARIA Nº. 381, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.  
 NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Médico Plantonista e Farmacêutico,

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art 1º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de:

I – MÉDICO PLANTONISTA, classificados, respectivamente, de 1º a 3º lugar.

1º	JULIANE NUNES VIANNA
2º	JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO
3º	LUCAS ANTONIO GUSATO

I – FARMACÊUTICO, classificado em 1º lugar.

1º	JULIANE NUNES VIANNA
----	----------------------

Art. 2º Os nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo único. Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 23 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 23 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

## Garopaba

### Prefeitura Municipal

#### Lei N.º 1.374/2009

LEI N.º 1.374, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1. Fica instituído o Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal, classificados na forma desta Lei.

Art. 2. Integram este Plano de Carreira do Magistério Público Municipal os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Art. 3. O regime jurídico único do Pessoal do Magistério Público Municipal é o estatutário.

#### CAPÍTULO II

##### DOS CONCEITOS

Art. 4. Para efeito da aplicação desta lei:

I – PLANO DE CARREIRA é o conjunto de diretrizes e normas que estabeleçam a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do magistério.

II – CARREIRA é o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

III – CARGO é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional do magistério, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

IV – CATEGORIA FUNCIONAL é o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.



V – PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO é o conjunto de professores e especialistas em assuntos educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério.

VI – PROFESSOR é o profissional do magistério que exerce atividades docentes nas áreas de educação infantil, ensino fundamental, educação especial e de jovens e adultos.

VII – ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS é o profissional do Magistério que desempenha atividades de administração, supervisão, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico.

VIII – VENCIMENTO é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

IX – REMUNERAÇÃO é o vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

X – GRUPO OCUPACIONAL é o conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

XI – NÍVEL é a graduação vertical ascendente, da progressão funcional, segundo a formação escolar.

XII – REFERÊNCIA é a graduação horizontal ascendente, de progressão funcional existente em cada nível.

XIII – PROGRESSO FUNCIONAL é a ascensão do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

XIV – ENQUADRAMENTO é o posicionamento do profissional do Magistério, nível e referência, levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.

XV – QUADRO DE PESSOAL é o conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado dos profissionais do magistério.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 5. Este Plano de Carreira é constituído de:

I – Normas de Ingresso;

II – Normas Progressão Funcional;

III – Disposições de Valorização dos Profissionais.

IV – Da valorização dos profissionais em educação.

#### SEÇÃO I

##### DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 6. O Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal compõe-se:

I - De Cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior – DASMA.

II - Dos Cargos Efetivos de:

a) Professor; e,

b) Especialista em Assuntos Educacionais.

Art. 7. São Grupos Ocupacionais de Profissionais do Magistério:

I – O Docente, formado pelos cargo de professor que estão inerentes as atividades de magistério, nos diversos níveis.

II – O de Especialista em Assuntos Educacionais, formado pelos cargos inerentes às atividades de nível superior, que exercem as funções de administração, planejamento, supervisão escolar e orientação educacional.

Art. 8. Os cargos efetivos que compõem os grupos Docente – DOC e o de Especialista em Assuntos Educacionais – ESP, distribuem-se pelas categorias funcionais, amplitudes de referências e níveis de vencimento especificados nos Anexos I, V e VI, partes integrantes desta lei.

Art. 9. Os cargos de provimento efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais têm as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante dos Anexos II e III, integrantes desta Lei.

Art. 10. Os cargos em Comissão, do grupo Direção e Assessoramento Superior – DASMA -, do Quadro de Pessoal do Magistério, regidos pelo critério de confiança, a que são inerentes as atividades de planejamento, controle e direção, além de coordenação, são de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo, especificados no Anexo IV, integrante desta Lei.

Parágrafo Único. Ao professor ocupante de cargo efetivo, se designado para cargo em comissão, é facultado optar pelo vencimento do cargo efetivo, sendo concedida a vantagem prevista na Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 11. Ficam criados os cargos efetivos, nas quantidades e vencimento constantes do Anexo III, integrante desta Lei.

#### SEÇÃO II

##### DO INGRESSO

Art. 12. A investidura na Carreira do Magistério far-se-á mediante aprovação prévia em Concurso Público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração (artigo 37, item II da Constituição Federal e consoante ao Anexo IV da presente Lei).

§ 1º. Comprovada a existência de vagas nas unidades escolares e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concurso anterior, o Sistema Municipal de Ensino realizará Concurso Público de provas e títulos, para preenchimento das mesmas.

§ 2. O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado no período determinado de três anos, ocorrerá entre a posse e a confirmação no cargo.

Art. 13. A nomeação do servidor ocorrerá na referência e nível iniciais estabelecidos para o cargo, atendendo os requisitos previstos nesta Lei.

§ 1. A experiência docente mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções de Magistério, que não a de docência, será de 2 (dois) anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado.

§ 2. O Município colaborará para que, no prazo de cinco anos, seja universalizada a observância das exigências mínimas de formação para os docentes, já em exercício na carreira do Magistério Público Municipal.

#### SEÇÃO III

##### DA TABELA DE VENCIMENTO

Art. 14. A tabela de vencimento é composta por níveis verticais e referências horizontais por nível.

§ 1. A tabela de vencimento obedecerá a um crescimento linear na progressão horizontal, por referência e na progressão vertical de um nível para outro.

§ 2. Quando da progressão vertical, o servidor será enquadrado na referência de igual valor ou imediatamente superior a em que

se encontrava, no nível anterior.

Art. 15. A tabela de vencimento dos profissionais em educação está definida no Anexo VI.

Art. 16. O piso vencimento do pessoal do magistério público municipal, ativo e inativo, é de R\$ 526,87 (quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos), com habilitação em curso de Magistério – a Nível de Ensino Médio, na modalidade Normal -, com atuação de 20 (vinte) horas semanais de efetivo trabalho em sala de aula, ressalvados os 20% (vinte por cento) de hora atividade, de acordo com o artigo 30 desta Lei e o § 4º do artigo 2º da Lei Federal n.º 11.738/08.

#### SUBSEÇÃO I

#### DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 17. O servidor ocupante do cargo de professor, em efetivo exercício em sala de aula, fará jus à gratificação de incentivo à regência de classe no valor de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 18. Não serão incorporadas quaisquer gratificações por funções dentro ou fora do sistema de ensino aos vencimentos e proventos de aposentadoria, exceto as adquiridas pela Progressão Funcional.

#### SEÇÃO IV

#### DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 19. A progressão funcional ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório nos níveis e referências do respectivo cargo, de acordo com o preenchimento dos requisitos necessários, conforme Anexos III, V e VI da seguinte forma:

I – Por nova titulação ou habilitação, na progressão funcional vertical, correspondente a determinado nível;

II – Na progressão funcional horizontal, correspondente à determinada referência, mediante:

a) Frequência com o aproveitamento exigido a cursos de aperfeiçoamento ou capacitação; e,  
Mediante avaliação de Desempenho.

Parágrafo Único. A progressão por avaliação de desempenho ocorrerá de forma alternada com a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, ocorrendo uma delas a cada 02 (dois) anos, sendo a primeira por curso de aperfeiçoamento e capacitação, após o estágio probatório.

#### SUBSEÇÃO I

#### DA PROGRESSÃO POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 20. A avaliação deve medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

I - Qualidade do trabalho;

II - Produtividade no trabalho;

III - Iniciativa

IV - Presteza;

V - Aproveitamento em programas de capacitação;

VI - Assiduidade;

VII - Pontualidade;

VIII - Administração do tempo;

IX - Uso Adequado dos equipamentos de serviço;

X - Avaliação de conhecimentos específicos.

Parágrafo Único. Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do servidor.

Art. 21. A avaliação de desempenho será cumulativa e realizada anualmente, através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo anterior.

Parágrafo Único. Cabe à Secretaria Municipal da Educação, através de Comissão Especial de Avaliação ou a quem for determinada, a avaliação do servidor, com ciência e pronunciamento do mesmo.

Art. 22. O profissional do Magistério que não alcançar, na avaliação, os requisitos mínimos para conseguir a promoção, deverá participar de todas as orientações pedagógicas e cursos de capacitação específicos para a melhoria do desempenho, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo dos dias letivos dos alunos.

Parágrafo Único. Não logrando êxito na avaliação, o servidor perderá a promoção a que teria direito.

Art. 23. Perde a progressão funcional por desempenho, o Profissional do Magistério sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo que:

I – Somar duas penalidades de advertência por escrito;

II – Sofrer pena de suspensão disciplinar;

III – Completar três faltas injustificadas ao serviço;

IV – Somar cinco chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata.

Art. 24. A progressão por desempenho será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, no que se fizer necessário.

#### SUBSEÇÃO II

#### DA PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

Art. 25. A progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação – Progressão Horizontal – que se dará através de comprovante de participação em cursos na área de atuação, sendo que cada 80 (oitenta) horas de curso dará direito à nova referência.

§1. O requerimento da promoção por curso de aperfeiçoamento/capacitação deverá ser apresentado até o dia 20 de dezembro do ano em que o servidor tiver direito a requerê-la e a sua concessão será feita no mês de fevereiro subsequente.

§2. Terão validade os cursos de aperfeiçoamento/capacitação realizados na área de atuação do profissional do Magistério, registrados no órgão competente e concluídos após a efetivação do profissional no Sistema Municipal de Ensino.

§3. Para a primeira progressão por curso de aperfeiçoamento/capacitação, a ser realizada 3 (três) anos após a investidura no cargo, será permitida a utilização de 80 (oitenta) horas de cursos/capacitação realizados antes do ingresso, devidamente registrados nos órgãos competentes e na área de atuação.

§ 4. Os profissionais em Educação que já tiverem cumprido o Estágio probatório terão direito, a 1 Progressão por curso de aper-



feioamento/capacitação, após 24 (vinte e quatro) meses da publicação desta lei, quando poderão utilizar certificados de cursos com data retroativa de 02 (dois) anos.

§ 5. É permitido o somatório de horas/cursos com, no mínimo, 20 (vinte) horas de duração.

### SUBSEÇÃO III

#### DA PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO

Art. 26. Os servidores do Grupo Ocupacional do Magistério poderão progredir na carreira mediante apresentação de nova habilitação na área de atuação.

Parágrafo Único. É vedada a progressão por Nova Titulação ou Habilitação – Progressão Vertical – sem a ascensão cronológica de níveis.

Art. 27. A progressão por nova titulação será feita nos mesmos moldes do § 1º do artigo 25 desta Lei.

Parágrafo Único. Os profissionais em Educação que já tiverem cumprido o Estágio probatório terão direito, a 1 Progressão por nova titulação ou habilitação, após 24 (vinte e quatro) meses da publicação desta lei.

### SEÇÃO V

#### DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Art. 28. O Sistema Municipal de Ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei n 9.394/96, não medirá esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, e especialistas em assuntos educacionais incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Parágrafo Único. A implementação dos programas de que trata o caput deste artigo tomará em consideração:

I – A prioridade em áreas curriculares carentes de professores;

II – A situação funcional dos professores, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido no Sistema;

III – A utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação à distância.

### CAPÍTULO IV

#### DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 29. A jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas semanais, das quais 20% (vinte por cento) serão destinadas a atividades de planejamento e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola.

Parágrafo Único. O edital convocatório para preenchimento de cargos no Sistema Municipal de Ensino explicitará a carga horária e a disciplina e/ou módulo das vagas postas em Concurso Público de provas e títulos ou Processo Seletivo para admissão e caráter temporário.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 30. Ficam excluídos desta Lei quaisquer benefícios que impliquem afastamento da Escola, tais como faltas abonadas, licença prêmio e demais licenças não previstas na Constituição Federal, bem como cedência para outras funções fora do Sistema Municipal de Ensino, exceto com ônus para o destino.

Art. 31. Aos docentes abrangidos por esta lei e que se encontram no quadro efetivo municipal ficam assegurados 30 (trinta) dias de férias anuais, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, a serem usufruídas no recesso escolar.

Art. 32. São vantagens financeiras as regulamentadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como a previdência.

Art. 33. Os Profissionais do Magistério terão lotação no Órgão Central e exercício nos locais para onde forem designados pela Chefia imediata, observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 34. Os profissionais em educação, que detenham habilitação exigida, serão enquadrados, por ato do chefe do Poder Executivo, nos respectivos cargos, em nível e referência constante dos Anexos III, V e VI, com vencimento igual ou em referência imediatamente superior ao vencimento atual.

§1. O requerimento de enquadramento para os profissionais admitidos por concurso público até o ano de 1999, deverá ser apresentado até o dia 30 de abril de 2010, sendo o enquadramento realizado até 30 de junho de 2010, e sua efetiva concessão feita no mês de julho do mesmo ano.

§2. O requerimento de enquadramento para os profissionais admitidos por concurso público após o ano de 2000, deverá ser apresentado até o dia 31 de outubro de 2010, sendo o enquadramento realizado até 31 de dezembro de 2010, e sua efetiva concessão feita no mês de janeiro do ano de 2011.

§3. O requerimento de enquadramento para os profissionais admitidos por concurso público após o ano de 2009, deverá ser apresentado 30 dias após o fim do estágio probatório, sendo o enquadramento realizado 120 dias após a data de requerimento, e sua efetiva concessão feita no mês subsequente.

§4. Os requerimentos apresentados fora dos prazos estipulados no presente artigo, automaticamente, passaram a próxima data de enquadramento.

§5. O professor que, no prazo de cinco anos, não possuir habilitação para adaptar-se aos critérios estabelecidos por esta Lei, será enquadrado em Cargo Isolado, com denominação de Professor com Formação apenas em Magistério, extinto, quando vagar, assegurado o direito, se buscar habilitação, nos termos desta Lei.

Art. 35. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos administrativos regulamentares e complementares necessários à plena execução desta Lei.

Art. 36. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 37. Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2010.

Art. 38. As disposições da Lei Municipal n.º 655, de 24.08.99, referentes ao Magistério serão adequadas as disposições da presente Lei por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 39. Fica revogada a Lei Municipal n.º 422, de 22.03.93, e demais disposições em contrário.



Garopaba, 21 de Dezembro de 2009.

**ILDO DA SILVA LOBO FILHO**  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2009, de acordo com a  
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**LÉIA CRISTINA A. VIEIRA**  
Secretária de Administração em Exercício

#### ANEXO I

##### GRUPOS OCUPACIONAIS

Grupo I – Docente – DOC.

Professor.

Grupo II – Especialista em Assuntos Educacionais – ESP.

Pedagogo

#### ANEXO II

##### DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL : DOCENTE

CARGO: PROFESSOR

##### DESCRIÇÃO DETALHADA

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

##### DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CARGO: PEDAGOGO

##### DESCRIÇÃO DETALHADA

- Coordenar e supervisionar estudos sobre a organização e funcionamento do sistema educacional, bem como sobre os métodos e

técnicas neles empregados, em harmonia com a legislação, diretrizes e políticas estabelecidas;

- Programar, orientar e revisar os temas a serem estudados para o aperfeiçoamento do sistema educacional vigente;
- Coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas a recrutamento e seleção de pessoal;
- Participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;
- Planejar e elaborar diretrizes, orientações pedagógicas, documentos, execução e avaliação das metas educacionais;
- Emitir parecer em assuntos de sua especialidade e/ou competência;
- Realizar palestras, seminários e conferências de interesse educacional;
- Fornecer dados estatísticos e relatórios de suas atividades;
- Auxiliar as autoridades de nível superior no âmbito de sua competência;
- Supervisionar e coordenar pesquisas de natureza técnico-pedagógico;
- Zelar pelo cumprimento das leis e normas de ensino, bem como pelo aperfeiçoamento e correção dos aspectos didáticos e pedagógicos;
- Estudar, planejar, criar e desenvolver instrumentos necessários a avaliação do sistema educacional;
- Planejar, coordenar, supervisionar as atividades de valorização e capacitação dos recursos humanos;
- Programar e coordenar a elaboração do orçamento, bem como estudar, desenvolver técnicas relacionadas com o planejamento;
- Estudar, planejar, organizar e levantar as necessidades de informatização de serviços estatísticos educacionais;
- Prestar assessoria e consultoria técnica em assuntos técnicos pedagógicos, administrativos e educacionais;
- Planejar, programar e coordenar atividades relacionadas com a organização de métodos racionais e simplificados de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

#### ANEXO III

##### QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

##### GRUPO I – DOCENTE

Cargo	N.º de Cargos	Nível	
Professor	2500	I	Habilitação obtida em curso de nível médio, na área do magistério, na modalidade Normal.
		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, e curso de pós-graduação – especialização, na área de atuação e formação.
		IV	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação e curso de pós-graduação – mestrado, na área de atuação e formação.
		V	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação e curso de pós-graduação – doutorado, na área de atuação e formação.



## GRUPO II

## ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Cargo	N.º de Cargos	Nível	
Pedagogo	10	II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de Pedagogia.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de Pedagogia e curso de pós-graduação – especialização, na área de atuação e formação.
		IV	Habilitação obtida em curso de nível superior, de Pedagogia e curso de pós-graduação – mestrado, na área de atuação e formação.
		V	Habilitação obtida em curso de nível superior, de Pedagogia e curso de pós-graduação – doutorado, na área de atuação e formação.

## ANEXO IV

## NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR – MAGISTÉRIO

CARGA HORÁRIA – 40 HORAS SEMANAIS

Quantidade	Denominação	Nível	Vencimento
17	DIRETOR DE ESCOLA	DASMA – 01	R\$ 1.300,00
10	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	DASMA – 02	R\$ 1.000,00

## ANEXO V

## GRUPO – CATEGORIA FUNCIONAL E AMPLITUDE DE REFERÊNCIA

Grupo	Categorial Funcional	Amplitude de Referência
I	Professor	01 a 11
	Nível I	
	Nível I	
	Nível II	
	Nível III	
	Nível IV	
	Nível V	
II	Especialistas em Assuntos Educacionais	01 a 11
	Níveis II, III, IV e V	
	Pedagogo	

## ANEXO VI

Jornada de 20 (vinte) horas Semanais – Jornada maior ou menor implica diferença para mais ou para menos.

Nível/ Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I	526,87	537,41	548,16	559,12	570,30	581,71	593,34	605,21	617,31	629,66	642,25
Nível II	612,30	624,55	637,04	649,78	662,77	676,03	689,55	703,34	717,41	731,76	746,39
Nível III	661,28	674,51	688,00	701,76	715,79	730,11	744,71	759,60	774,79	790,29	806,10
Nível IV	714,18	728,46	743,03	757,89	773,05	788,51	804,28	820,37	836,78	853,51	870,58
Nível V	771,32	786,75	802,48	818,53	834,90	851,60	868,63	886,00	903,72	921,80	940,23

**Decreto N.º 160/2009**

DECRETO N.º 160, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 56.726,38 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.274 de 04/12/2008 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 56.726,38 (cinquenta e seis mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	41.726,38
12361281.012 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas	27.519,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	27.519,00
10306282.017 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar	12,66
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas	12,66
12361282.018 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	13.400,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	4.400,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	9.000,00
12361282.019 - Manutenção do Transporte Escolar	194,72
3.3.90.0.1.15.000052 - Aplicações Diretas	194,72
12365282.023 - Manutenção do Ensino Infantil	600,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	600,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15.000,00
10301252.045 - Func. E Manutenção do Setor Saúde	15.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 56.726,38 (cinquenta e seis mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos), correrão por conta do Excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2009, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária de Administração em Exercício



**Portaria n.º 659/2009**

PORTARIA N.º 659, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARLISE GOULART DE OLIVEIRA, CPF n.º 019.838.299-51, aprovada e classificada como 1ª colocada, no Concurso Público 0001/2009, homologado em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura da servidora no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se e comunique-se

**Herval D'Oeste****Prefeitura Municipal****Lei nº 2.765/2009**

LEI Nº 2765/2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 91.820,00

NELSON GUINDANI, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com o superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 91.820,00 (Noventa e um mil, oitocentos e vinte reais), conforme discriminação abaixo com recursos da Alienação de Bens para uso exclusivo com Obrigações Patronais:

0200	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
0201	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

0201.041220002-2002	Manutenção, Encargos e Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			
31900000	0192	06	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 1.400,00

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E EFINANÇAS			
0401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
0401.041220004-2004	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Administração			
31900000	0192	13	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 7.780,00

0500	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO			
0501	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Planejamento			
0501.041210009-2009	Manutenção, Encargos e Atividades da Secretaria de Planejamento e Coordenação			
31900000	0192	25	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 4.000,00

0600	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
0601.123650011-2013	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Educação Infantil			
31900000	0192	32	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 28.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2016 m	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Ensino Fundamental			
31900000	0192	37	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 22.700,00
0603	DEPARTAMENTO DE CULTURA			
0603.133920016-2020	Resgate e Preservação da Cultura Local			
31900000	0192	47	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 2.420,00
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
0604.278120017-2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes			
31900000	0192	48	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 3.000,00

0700	SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
0701	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO			
0701.113330019-2023	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico			
31900000	0192	60	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 2.000,00

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS			
0801.267820021-2026	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Obras			
31900000	0192	72	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 13.000,00
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS			
0802.154520025-2028	Manutenção e Expansão da Coleta de Lixo e Limpeza			
31900000	0192	80	Pessoal E Encargos Sociais	R\$ 3.520,00



0900	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
0901	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
0901.201220028-2030	Manutenção Encargos e Atividades do Departamento de Cultura				
31900000	0192	87	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	4.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste, SC, 23 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### Lei nº 2.766/2009

LEI Nº. 2.766/2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIXAR COMO DATA BASE O MÊS DE JANEIRO DE CADA EXERCÍCIO, CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTABELECE PISO SALARIAL MÍNIMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer como data base para negociação de revisão anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, o mês de janeiro de cada exercício, a proceder a revisão anual aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas com paridade, bem como, às funções de confiança, às funções gratificadas e ao auxílio pecuniário educacional.

Art. 2º. O valor do piso salarial mínimo para funcionários do Município ao qual estão inseridos os funcionários enquadrados no Nível 1 – "A", passa a ser de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), a ser pago a partir de janeiro de 2.010.

Art. 3º. O percentual de recomposição para os demais funcionários não contemplados na categoria constante do artigo 2º, será de 4.16% (quatro vírgula dezesseis por cento), correspondente ao INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses, cujo percentual incidirá sobre os vencimentos a partir de janeiro de 2010.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2010.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 23 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Lei nº 2.767/2009

LEI Nº 2767/2009

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETIVAR A REVISÃO ANUAL SOBRE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO MUNICIPAL, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E VEREADORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC)"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar a revisão anual, reajustando em 4,16% (quatro vírgula dezesseis por cento) os subsídios dos Agentes Políticos Municipais, a partir do mês de janeiro de 2010, sendo que este índice deve ser aplicado sobre os subsídios do mês de dezembro de 2009.

Parágrafo único - Os subsídios mensais do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Secretários Municipais, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Vereadores são revisados para os seguintes valores:

Prefeito Municipal – R\$ 10.381,21 (Dez Mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos);

Vice-Prefeito Municipal – R\$ 5.190,56 (Cinco mil, cento e noventa reais e cinquenta e seis centavos);

Secretário Municipal – R\$ 4.387,81 (Quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oitenta e um centavos);

Presidente da Câmara de Vereadores – R\$ 3.575,86 (Três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos);

Vereador - R\$ 2.423,56 (Dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º - Os encargos decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2010.

Art. 3º- Esta LEI entrará em vigor da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 23 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### Decreto nº 2.749/2009

Decreto nº 2749/2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 91.820,00

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com o superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 91.820,00 (Noventa e um mil, oitocentos e vinte reais reais), conforme discriminação abaixo com recursos da Alienação de Bens para uso exclusivo com Obrigações Patronais:

0200	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO				
0201	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO				
0201.041220002-2002	Manutenção, Encargos e Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito				
31900000	0192	06	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	1.400,00

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
0401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
0401.041220004-2004	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Administração				



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

31900000	0192	13	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	7.780,00
----------	------	----	----------------------------	-----	----------

0500	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO				
0501	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Planejamento				
0501.041210009-2009	Manutenção, Encargos e Atividades da Secretaria de Planejamento e Coordenação				
31900000	0192	25	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	4.000,00

0600	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.123650011-2013	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Educação Infantil				
31900000	0192	32	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	28.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
0602.123610012-2016	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Ensino Fundamental				
31900000	0192	37	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	22.700,00
0603	DEPARTAMENTO DE CULTURA				
0603.133920016-2020	Resgate e Preservação da Cultura Local				
31900000	0192	47	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	2.420,00
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES				
0604.278120017-2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes				
31900000	0192	48	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	3.000,00

0700	SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
0701	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO				
0701.113330019-2023	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico				
31900000	0192	60	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	2.000,00

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS				
0801.267820021-2026	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Obras				
31900000	0192	72	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	13.000,00
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS				
0802.154520025-2028	Manutenção e Expansão da Coleta de Lixo e Limpeza				
31900000	0192	80	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	3.520,00

0900	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
0901	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
0901.201220028-2030	Manutenção Encargos e Atividades do Departamento de Cultura				
31900000	0192	87	Pessoal E Encargos Sociais	R\$	4.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 23 de dezembro de 2009.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

### Decreto nº 2.750/2009

DECRETO Nº 2.750/2009.

CRIA O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público do Município de Herval d' Oeste (SC) sob o nº 0006, conforme Anexo I.

Art. 2º. O Programa de que trata o artigo 1º deste Decreto tem por objetivo prover o pagamento da contribuição relativa a formação do patrimônio do servidor público.

Art. 3º. Os recursos financeiros destinados à implantação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público do Município de Herval d' Oeste (SC), correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do Município, Função Programática: 04.0402.11.331.0006.2007 – Contribuição para formação do PASEP.

Art. 4º. O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público do Município de Herval d' Oeste será Coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único. O Secretário de Administração e Finanças do município adotará as medidas complementares necessárias ao desenvolvimento do Programa ora instituído.

Art. 5º. Este programa será acompanhado e avaliado pelo Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do município, no final de cada exercício através do Anexo - Das Metas Físicas constantes da Lei nº 2.734/2009 do PPA – Plano Plurianual 2010/2013.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 23 de dezembro de 2009.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### ANEXO I

#### PROGRAMA 0006

#### PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

I - Projeto/Atividade: 2007  
Contribuição para Formação do Pasep.

#### II – Justificativa

O Município é obrigado pela Legislação Federal a recolher 1% das receitas ao PASEP.

#### III – Objetivo Geral

Prover o pagamento da contribuição relativa a formação do patrimônio do servidor público.

#### IV – Metodologia

##### 4.1. Detalhamento das ações

##### 4.1.1. Manutenção, encargos e atividades de Apoio



Administrativo.

#### 4.2. Recursos Humanos

Estrutura existente na Secretaria de Administração e Finanças do Município.

#### 4.3. Recursos Materiais

4.3.1. material de expediente;

4.3.2. equipamento e material permanente (de uso técnico-administrativo).

#### V – Metas Quantitativas

As metas quantitativas deste Programa são:

5.1. atingir 100% do número de servidores do quadro de pessoal do Município de Herval d'Oeste.

#### VI – Avaliação

Este programa será acompanhado e avaliado pelo Poder Executivo através da Secretaria de Administração e Finanças, no final de cada exercício através do Anexo - Das Metas Físicas constantes da Lei nº 2.734/2009 do PPA – Plano Plurianual 2010/2013 – Programa 0006 – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público do Município de Herval d' Oeste.

### Dispensa de Licitação nº 0035/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 00130/2009  
Dispensa de Licitação nº 0035/2009

Unidades Gestoras:

Fundo Municipal de Habitação

Objeto: Contratação de mão de obra de empresa especializada para a execução de duas unidades habitacionais através de financiamento pela COHAB no município de Herval d'Oeste (SC) sem fornecimento de material, conforme memoriais descritivos, planilhas de orçamento cronograma físico financeiro e projetos.

Fornecedor: Construcórdia Construções Ltda.

Valor: R\$ 6.274,10

Fundamentação legal: Lei nº 8.666/93 atualizada, Art. 24, inciso I. Herval d'Oeste (SC), 23 de dezembro de 2009.

RICARDO JOSÉ NODARI

Gestor do Fundo

### Pregão Presencial nº 0049/2009

Processo Licitatório nº 0129/2009

Pregão Presencial nº 0049/2009

Unidade Gestora:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste .

Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustível para utilização nos veículos, máquinas e caminhões da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval d'Oeste durante o exercício 2010

Data: 13/01/2010

Hora: 14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

A íntegra do edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste ao custo de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos ) ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br). Informações: Setor de Compras e Licitações : (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste (SC), 23 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### Retificação nº 01 ao edital de processo seletivo Nº 005/2009/SMECE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2009/SMECE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO do Edital de Processo Seletivo nº 005/2009/SMECE, nos termos que seguem:

Onde SE LÊ:

ANEXO I

DAS VAGAS E HABILITAÇÕES

Identificação Do Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação Mínima
Agente Atendente Ginásio de Esportes e locais de pratica de desporto e lazer.	Cadastro de reserva	20 horas semanais	R\$ 450,00	Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Obs: Aos ocupantes do cargo acima descrito, competirão as atividades constantes da Lei Complementar Municipal nº. 192/2005.

LEIA-SE

DAS VAGAS E HABILITAÇÕES

Identificação do Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação Mínima
Agente de Serviços Gerais	Cadastro de reserva	40 horas semanais	R\$ 465,13 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e treze centavos)	Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Obs: Aos ocupantes do cargo acima descrito, competirão as atividades constantes da Lei Complementar Municipal nº. 192/2005. Este agente atenderá nos ginásios de esporte e locais de prática desportiva, nos períodos matutino/vespertino/noturno.

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2009

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Imbituba**

**Prefeitura Municipal**

### Lei nº 3600

LEI Nº 3.600, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA GRATIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a gratificação dos Conselheiros Tutelares estabelecida pela Lei nº 1.945, de 05 de outubro de 1999, que passa a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2010, com o valor de R\$ 1.150,00(um mil cento e cinquenta reais).

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado,



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

anualmente, a conceder gratificação aos Conselheiros Tutelares, a título de gratificação natalina no valor de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) a cada membro.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nºs 2.735, de 11 de outubro de 2005, 3.269, de 27 de dezembro de 2007 e 3.424, de 23 de dezembro de 2008.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3601

LEI Nº 3.601, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2008 firmado entre o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Saúde e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imbituba.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Saúde autorizado a firmar o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2008, estabelecido entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 83.291.807/0001-58, no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município para o exercício de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3602

LEI Nº 3.602, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Atletica Cultural Juventus e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I – Associação Atletica Cultural Juventus, inscrita no CNPJ sob o nº 02.530.182/0001-38, a importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o “caput” observará a situação financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção da atividade da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3603

LEI Nº 3.603, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre Termo de Contrato de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Imbituba para manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações supervenientes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O objeto do Contrato visa o desenvolvimento de ações de manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR pelo INCRA – SC, para o Município de Imbituba - SC, onde fará parte integrante deste instrumento.

Art. 3º Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do contrato, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca .

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3604

LEI Nº 3.604, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Colônia de Pescadores Z-13 para manutenção da "Creche Ângela Amin" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Colônia de Pescadores Z-13, objetivando a manutenção material e pedagógica da "Creche Ângela Amin".

Art. 2º Para atender o art. 1º será repassado, mensalmente, o valor de até R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), conforme Plano de Aplicação previamente apresentado junto à Secretaria Municipal de Educação, que o analisará e autorizará a sua execução e respectivo pagamento.

Parágrafo único. O repasse mensal de que trata o caput observará a situação financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 3º Fica a Colônia de Pescadores Z-13 obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse bem como das prestações de conta.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 3.037, de 08 de fevereiro de 2007, e demais disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3605

LEI Nº 3.605, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação a firmar Convênio com a Associação Casa Familiar do Mar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Associação Casa Familiar do Mar – Vilson Pedro Kleinubing, pessoa jurídica de direito privativo, inscrita no CNPJ sob n.º 03.931.352/0001-59, e com sede administrativa a Rua Custódia Bessa, 66, Bairro Magalhães, Laguna – SC, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei n.º 843/02, de 09 de abril de 2002.

Art. 2º O Convênio que trata o Artigo 1º, objetiva o repasse de recursos financeiros para atender jovens, visando suprir suas necessidades, e para fins específicos de manutenção, coordenação e desenvolvimento de tudo quanto diz respeito à escolarização e qualificação na área de estudos oceanográficos (pesca, extração, cultivos aquícola, navegação, turismo, gastronomia da pesca, etc).

Art. 3º Dentre outras constarão do instrumento de contrato as seguintes obrigações:

I – DO MUNICÍPIO:

- a) repassar mensalmente, os recursos de acordo com o estabelecido em Contrato;
- b) exercer a fiscalização na observância da aplicação dos recursos;
- c) exigir a prestação de contas dos recursos repassados;
- d) comprometer-se com o transporte dos jovens matriculados, até a unidade educacional e vice-versa, de acordo com o calendário da Instituição Educacional;

II – DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL:

- a) prestar contas dos recursos repassados pelo Município, semestralmente ou sempre que solicitado;
- b) executar integralmente as atividades de Educação e Qualificação, promovendo acesso a todas as pessoas que solicitarem seus préstimos;
- c) adoção da pedagogia da alternância;
- d) liberação de vagas;
- e) encaminhar relatório semestral à Secretaria Municipal de Educação referente aos alunos, suas atividades e aplicação no ensino/aprendizagem.
- f) fornecer aos jovens matriculados uniforme padrão utilizado pela instituição.

III – DO ALUNO:

- a) apresentar-se no período de férias à Prefeitura Municipal de Imbituba para prestar estágio gratuito, de pelo menos 01 (um) mês, na área de desenvolvimento do curso.

Art. 4º O repasse financeiro do Município à Associação Casa Familiar do Mar será de R\$ 287,50 (duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), mensais por aluno matriculado.

Art. 5º Serão matriculados no máximo de até 10 (dez) alunos por ano, sendo possível a inclusão de novos alunos no caso de desistência e/ou na conclusão do curso.

Parágrafo único. Os alunos serão selecionados pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com Regulamento a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.



Art. 6º O Convênio será renovado, anualmente pelo prazo necessário à conclusão do curso, pelos alunos.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 2.867, de 29 de março de 2006.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3606

LEI Nº 3.606, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina para repasse mensal de recursos financeiros para investimento no policiamento ostensivo, motorizado, no Município de Imbituba.

Parágrafo único. O valor do repasse de que trata o caput será correspondente de até 3.000 (três mil) litros de combustível, da espécie gasolina, calculado sobre o preço unitário do litro deste combustível, tomado por referência o valor unitário do litro do referido combustível contratado pela Administração Municipal em processo licitatório vigente.

Art. 2º A conveniente fica obrigada a prestar contas dos recursos repassados pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas implica na rescisão do convênio e em responsabilização do representante legal da conveniente que deverá ressarcir os cofres públicos dos valores repassados.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este fim.

Art. 4º O Termo de Convênio a ser firmado disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, prestação de contas e demais imposições legais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3607

LEI Nº 3.607, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Declara de Utilidade Pública a APP Escola Reunida Ugero Pittigliani.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a APP Escola Reunida Ugero Pittigliani, inscrita no CNPJ sob o nº 79.679.965/0001-02, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À entidade, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3608

LEI Nº 3.608, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dá nova redação ao Artigo 5º da Lei nº 3.480/09 que Institui o "Programa Aprendiz no Legislativo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do Artigo 5º da Lei 3.480, de 16 de abril de 2009, que passa a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 5º O estagiário estudante de nível superior receberá, a título de bolsa estágio, a importância de R\$ 221,63 (duzentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos) e o estudante de nível médio a importância R\$ 164,92 (cento e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos) pela jornada semanal de 20 (vinte) horas. ".

Art. 2º Fica o Presidente da Câmara autorizado a regulamentar a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3609

LEI Nº 3.609, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para novo item orçamentário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0063-2.071		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL		250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Obras Viárias Urbanas		
26.782.0006-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL		250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei nº 3610

LEI Nº 3.610, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba, Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba, Fundo Municipal de Prevenção de Drogas de Imbituba, Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 992.000,00 (novecentos e noventa e dois mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0062-2.069		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0059)	Aplicações Diretas	100.000,00
Apoio Administrativo ao Ensino Infantil		
12.365.0063-2.044		
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0068)	Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0112 (0069)	Trasn. Inst. Priv. Sem fins Lucrativos	31.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Manutenção da S.M.O.S.P.		
04.122.0012-2.008		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0074)	Aplicações Diretas	130.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
Apoio Administrativo da Agricultura		
20.122.0014-2.010		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0007)	Aplicações Diretas	13.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO		
Modernização Administrativa da SEDTUR		
04.122.0045-2.030		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0020)	Aplicações Diretas	13.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Manutenção da Procuradoria Jurídica		
02.061.0027-2.020		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0061)	Aplicações Diretas	45.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Apoio Administrativo a SEFAZ		
04.122.0030-2.023		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0051)	Aplicações Diretas	60.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Assistência Social		
14.422.0039-2.027		
3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0028)	Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA		
Apoio Administrativo do Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0071-2.051		
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0001)	Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0003)	Aplicações Diretas	100.000,00
SOMA		992.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da Anulação Parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
26.782.0006-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	274.500,00
GABINETE DO PREFEITO		
Manutenção do Gabinete do Prefeito		
04.122.0002-2.002		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0044)	Aplicações Diretas	10.000,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
Saúde no Prato – Aluno Saudável			
12.306.0062-2.043			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0053)	Aplicações Diretas	15.000,00	
Apoio Administrativo ao Ensino Infantil			
12.365.0063-2.044			
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0067)	Aplicações Diretas	70.000,00	
Diversificação de Oportunidades			
12.366.0064-2.045			
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0071)	Aplicações Diretas	29.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00.0112 (0072)	Transf. Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0073)	Aplicações Diretas	11.000,00	
Departamento de Esportes			
Manutenção do Departamento de Esportes			
04.122.0047-2.095			
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0092)	Aplicações Diretas	40.000,00	
JEIMB			
27.812.0054-2.098			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0095)	Aplicações Diretas	14.000,00	
Departamento de Cultura			
Mobilizar e Organizar Oficinas			
13.392.0057-1.062			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0099)	Aplicações Diretas	38.000,00	
Manutenção do Departamento de Cultura			
13.392.0085-2.096			
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0106)	Aplicações Diretas	50.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA			
Implantação do Horto Familiar			
20.601.0015-2.011			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0010)	Aplicações Diretas	18.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ECONÔMICO			
Imbituba Terra do Milagre			
23.695.0041-1.015			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0021)	Aplicações Diretas	12.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL			
Consciência Verde			
18.541.0070-1.027			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0035)	Aplicações Diretas	25.000,00	
Crescimento Urbano e Sustentável			
15.451.0067-2.048			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0033)	Aplicações Diretas	51.000,00	
CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO			
Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento			
04.122.0031-2.092			
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0109)	Aplicações Diretas	60.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0110)	Aplicações Diretas	7.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0111)	Aplicações Diretas	7.000,00	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE			
Manutenção da SDR/NORTE			
04.122.0024-2.093			

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0113)	Aplicações Diretas	15.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Referência ao Atendimento a Criança e ao Adolescente			
08.243.0032-2.025			
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001)	Aplicações Diretas	75.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0002)	Aplicações Diretas	22.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS			
Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros			
06.182.0023-1.029			
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Implantação do Espaço Cidadão			
14.422.0037-1.013			
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0023)	Aplicações Diretas	9.000,00	
ESIJ – Programa de Integração Infante/Juvenil			
08.244.033-2.073			
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0017)	Aplicações Diretas	6.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018)	Aplicações Diretas	3.500,00	
Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Assistência Social			
14.422.0039-2.027			
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0030)	Aplicações Diretas	10.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO			
Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento			
17.512.0067-2.080			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	11.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA			
Construção de Abrigos e Passarelas			
15.451.0004-1.003			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	10.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DROGAS DE IMBITUBA			
Manutenção do FUNPRED			
08.243.0032-2.083			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	3.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	10.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA			
Viver Bem			
16.482.0069-1.021			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	26.000,00	
SOMA		992.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**Lei nº 3611**

LEI Nº 3.611, DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Saúde no Prato – Aluno Saudável		
12.365.0062-2.143		
3.3.90.00.00.00.00.0080 (0085)	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Obras Viárias Urbanas		
26.782.0006-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	20.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Saúde no Prato - Aluno Saudável		
08.243.0033-2.072		
3.3.90.00.00.00.00.0091 (0008)	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei nº 3.612.2009**

LEI Nº 3.612, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PPA 2010-2013, LDO 2010 E LOA 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder executivo Municipal a proceder à alteração e desmembramento para adequação a Portaria STN MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 das ações abaixo discriminadas e constantes da Lei do Plano Plurianual – PPA 2010-2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e Lei Orçamentária Anual para 2010, como segue:

AÇÃO:	2.005	Saúde no Prato – Aluno Saudável	
Desmembramento:			
ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
AÇÃO:	2.005	Saúde no Prato – Aluno Saudável - Fundamental	
12.361.0009-2.005			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	22.199,72
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	120.000,00
AÇÃO:	2.102	Saúde no Prato – Aluno Saudável - Infantil	
12.365.0009-2.102			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	820.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0372		Aplicações Diretas	142.455,28
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0373		Aplicações Diretas	85.819,93
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	133.198,29
AÇÃO:	2.103	Saúde no Prato – Aluno Saudável – Fundamental/Infantil	
12.306.0009-2.103			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	665.991,45
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0051		Aplicações Diretas	435.153,24
TOTAL			2.424.817,91
AÇÃO:	1.005	Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares	
Desmembramento:			
ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
AÇÃO:	1.005	Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares - Fundamental	
12.361.0009-1.005			
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	2.000.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0019		Aplicações Diretas	1.077.531,25
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0030		Aplicações Diretas	887.988,60
AÇÃO:	1.037	Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares - Infantil	
12.365.0009-1.037			
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	320.000,00
TOTAL			4.285.519,85
AÇÃO:	2.012	Manutenção do Transporte Escolar	
Desmembramento/Alteração:			
ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
AÇÃO:	2.012	Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental	
12.361.0009-2.012			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0052		Aplicações Diretas	220.442,68

AÇÃO:	2.104	Manutenção do Transporte Escolar - Infantil	
12.365.0009-2.104			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0374	Aplicações Diretas		17.759,77
AÇÃO:	2.105	Manutenção do Transporte Escolar - Médio	
12.362.0009-2.105			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0375	Aplicações Diretas		443,99
TOTAL			278.646,44
AÇÃO:	2.013	Manutenção do Passe Escolar	
Desmembramento/Alteração:			
ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
AÇÃO:	2.013	Manutenção do Passe Escolar - Fundamental	
12.361.0009-2.013			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0124	Aplicações Diretas		1.553.980,05
AÇÃO:	2.106	Manutenção do Passe Escolar - Médio	
12.362.0009-2.106			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0124	Aplicações Diretas		1.775.977,20
TOTAL			3.329.957,25
AÇÃO:	0.001	Encargos Especiais	
Desmembramento:			
ÓRGÃO:	13	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
UNIDADE:	13.01	Encargos Especiais	
AÇÃO:	0.001	Encargos Especiais – Dívida Interna	
28.843.0000-0.001			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas		800.000,00
4.0.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas		6.200.000,00
AÇÃO:	0.002	Encargos Especiais - Outros	
28.846.0000-0.002			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas		1.400.000,00
TOTAL			8.400.000,00
AÇÃO:	2.018	Aplicações Diretas	1.400.000,00
Alteração:			
ÓRGÃO:	36	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE	
UNIDADE:	36.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE	
AÇÃO:	2.107	Manutenção das Estradas – SDR/NORTE	
15.451.0007-2.107			
3.0.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas		300.488,00
4.0.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas		60.000,00
4.0.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas		900.000,00
ÓRGÃO:	37	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL	
UNIDADE:	37.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/SUL	
AÇÃO:	2.108	Manutenção das Estradas – SDR/SUL	

15.451.0007-2.108		
4.0.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	231.000,00
4.0.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	900.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI nº 183.2009

DECRETO PMI Nº 183, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

Cria Pregoeiro e Equipe de Apoio para julgamento do Processo de Licitação nº 1567; 154/2009 – Pregão 91/2009 e dá outras providências.

JOSÉ ROBERTO MARTINS, Prefeito Municipal de Imbituba, no uso de suas atribuições e considerando a faculdade que lhe atribui o art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações subsequentes,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Pregoeiro e Equipe de Apoio, com a exclusiva finalidade de dirigir e julgar o Pregão nº 91/2009, destinada a selecionar a melhor proposta para a Contratação de Empresa especializada para organização da XVII Festa do Camarão e XI Festa Nacional do Camarão.

Art. 2º Ficam nomeados como membros da equipe de apoio os senhores: Jaison Cardoso de Souza e Dílson Petrassen Júnior. Parágrafo único. A função de Pregoeiro, criada por este Decreto, será exercida, pela Senhora Graziela Fernandes Laureano.

Art. 3º O Pregoeiro e a equipe de apoio exercerão suas atribuições até a conclusão dos trabalhos pertinentes ao Pregão 91/2009.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI nº 184.2009

DECRETO PMI Nº 184, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.609, de 23 de dezembro de 2009,



**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para novo item orçamentário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0063-2.071		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL		250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Obras Viárias Urbanas		
26.782.0006-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL		250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI nº 185.2009**

DECRETO PMI Nº 185, de 23 de dezembro de 2009

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba, Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba, Fundo Municipal de Prevenção de Drogas de Imbituba, Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.610, de 23 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 992.000,00 (novecentos e noventa e dois mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0062-2.069		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0059)	Aplicações Diretas	100.000,00
Apoio Administrativo ao Ensino Infantil		
12.365.0063-2.044		

3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0068)	Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0112 (0069)	Trasnf. Inst. Priv. Sem fins Lucrativos	31.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Manutenção da S.M.O.S.P.		
04.122.0012-2.008		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0074)	Aplicações Diretas	130.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
Apoio Administrativo da Agricultura		
20.122.0014-2.010		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0007)	Aplicações Diretas	13.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO		
Modernização Administrativa da SEDTUR		
04.122.0045-2.030		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0020)	Aplicações Diretas	13.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Manutenção da Procuradoria Jurídica		
02.061.0027-2.020		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0061)	Aplicações Diretas	45.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Apoio Administrativo a SEFAZ		
04.122.0030-2.023		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0051)	Aplicações Diretas	60.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Assistência Social		
14.422.0039-2.027		
3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0028)	Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA		
Apoio Administrativo do Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0071-2.051		
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0001)	Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0003)	Aplicações Diretas	100.000,00
SOMA		992.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da Anulação Parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
26.782.0006-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	
GABINETE DO PREFEITO		
Manutenção do Gabinete do Prefeito		
04.122.0002-2.002		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0044)	Aplicações Diretas	10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
Saúde no Prato – Aluno Saudável		
12.306.0062-2.043		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0053)	Aplicações Diretas	15.000,00
Apoio Administrativo ao Ensino Infantil		
12.365.0063-2.044		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0067)	Aplicações Diretas	70.000,00



Diversificação de Oportunidades		
12.366.0064-2.045		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0071)	Aplicações Diretas	29.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0112 (0072)	Transf. Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0073)	Aplicações Diretas	11.000,00
Departamento de Esportes		
Manutenção do Departamento de Esportes		
04.122.0047-2.095		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0092)	Aplicações Diretas	40.000,00
JEIMB		
27.812.0054-2.098		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0095)	Aplicações Diretas	14.000,00
Departamento de Cultura		
Mobilizar e Organizar Oficinas		
13.392.0057-1.062		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0099)	Aplicações Diretas	38.000,00
Manutenção do Departamento de Cultura		
13.392.0085-2.096		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0106)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
Implantação do Horto Familiar		
20.601.0015-2.011		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0010)	Aplicações Diretas	18.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ECONÔMICO		
Imbituba Terra do Milagre		
23.695.0041-1.015		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0021)	Aplicações Diretas	12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL		
Consciência Verde		
18.541.0070-1.027		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0035)	Aplicações Diretas	25.000,00
Crescimento Urbano e Sustentável		
15.451.0067-2.048		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0033)	Aplicações Diretas	51.000,00
CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO		
Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento		
04.122.0031-2.092		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0109)	Aplicações Diretas	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0110)	Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0111)	Aplicações Diretas	7.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE		
Manutenção da SDR/NORTE		
04.122.0024-2.093		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0113)	Aplicações Diretas	15.000,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Referência ao Atendimento a Criança e ao Adolescente		
08.243.0032-2.025		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001)	Aplicações Diretas	75.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0002)	Aplicações Diretas	22.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS		
Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros		
06.182.0023-1.029		
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Implantação do Espaço Cidadão		
14.422.0037-1.013		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0023)		9.000,00
ESIIJ – Programa de Integração Infante/Juvenil		
08.244.033-2.073		
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0017)		6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018)		3.500,00
Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Assistência Social		
14.422.0039-2.027		
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0030)		10.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO		
Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento		
17.512.0067-2.080		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)		11.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Construção de Abrigos e Passarelas		
15.451.0004-1.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)		10.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DROGAS DE IMBITUBA		
Manutenção do FUNPRED		
08.243.0032-2.083		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)		3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)		10.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		
Viver Bem		
16.482.0069-1.021		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)		26.000,00
SOMA		992.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI nº 186.2009

DECRETO PMI Nº 186, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.611, de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reforço da seguinte dotação



## orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Saúde no Prato – Aluno Saudável		
12.365.0062-2.143		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0085)	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Obras Viárias Urbanas		
26.782.0006-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	20.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Saúde no Prato - Aluno Saudável		
08.243.0033-2.072		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0008)	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI nº 187.2009**

DECRETO PMI Nº 187, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre alteração do PPA 2010-2013, LDO 2010 e LOA 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.612, de 23 de dezembro de 2009.

## DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder executivo Municipal a proceder à alteração e desmembramento para adequação a Portaria STN MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 das ações abaixo discriminadas e constantes da Lei do Plano Plurianual – PPA 2010-2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e Lei Orçamentária Anual para 2010, como segue:

AÇÃO:	2.005	Saúde no Prato – Aluno Saudável	
Desmembramento:			
ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
AÇÃO:	2.005	Saúde no Prato – Aluno Saudável - Fundamental	
12.361.0009-2.005			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	22.199,72	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	120.000,00	
AÇÃO:	2.102	Saúde no Prato – Aluno Saudável - Infantil	

12.365.0009-2.102			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	820.000,00	
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0372	Aplicações Diretas	142.455,28	
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0373	Aplicações Diretas	85.819,93	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	133.198,29	

AÇÃO:	2.103	Saúde no Prato – Aluno Saudável – Fundamental/ Infantil	
-------	-------	---	--

12.306.0009-2.103			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	665.991,45	
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0051	Aplicações Diretas	435.153,24	
TOTAL		2.424.817,91	

AÇÃO:	1.005	Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares	
-------	-------	--	--

## Desmembramento:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
--------	----	---	--

UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
----------	-------	----------------------------------	--

AÇÃO:	1.005	Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares - Fundamental	
-------	-------	--	--

12.361.0009-1.005			
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	2.000.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0019	Aplicações Diretas	1.077.531,25	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0030	Aplicações Diretas	887.988,60	

AÇÃO:	1.037	Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares - Infantil	
-------	-------	---	--

12.365.0009-1.037			
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	320.000,00	
TOTAL		4.285.519,85	

AÇÃO:	2.012	Manutenção do Transporte Escolar	
-------	-------	----------------------------------	--

## Desmembramento/Alteração:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
--------	----	---	--

UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
----------	-------	----------------------------------	--

AÇÃO:	2.012	Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental	
-------	-------	--	--

12.361.0009-2.012			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001	Aplicações Diretas	40.000,00	
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0052	Aplicações Diretas	220.442,68	
AÇÃO:	2.104	Manutenção do Transporte Escolar - Infantil	

12.365.0009-2.104			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0374	Aplicações Diretas	17.759,77	
AÇÃO:	2.105	Manutenção do Transporte Escolar - Médio	

12.362.0009-2.105			
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0375	Aplicações Diretas	443,99	
TOTAL		278.646,44	

AÇÃO:	2.013	Manutenção do Passe Escolar	
-------	-------	-----------------------------	--

## Desmembramento/Alteração:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
--------	----	---	--

UNIDADE:	05.01	Secretaria Municipal de Educação	
----------	-------	----------------------------------	--



AÇÃO:	2.013	Manutenção do Passe Escolar - Fundamental		
12.361.0009-2.013				
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0124		Aplicações Diretas	1.553.980,05	
AÇÃO:	2.106	Manutenção do Passe Escolar - Médio		
12.362.0009-2.106				
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0124		Aplicações Diretas	1.775.977,20	
TOTAL			3.329.957,25	
AÇÃO:	0.001	Encargos Especiais		
Desmembramento:				
ÓRGÃO:	13	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNIDADE:	13.01	Encargos Especiais		
AÇÃO:	0.001	Encargos Especiais – Dívida Interna		
28.843.0000-0.001				
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	800.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	6.200.000,00	
AÇÃO:	0.002	Encargos Especiais - Outros		
28.846.0000-0.002				
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	1.400.000,00	
TOTAL			8.400.000,00	
AÇÃO:	2.018	Manutenção das Estradas	Aplicações Diretas	1.400.000,00
Alteração:				
ÓRGÃO:	36	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE		
UNIDADE:	36.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/NORTE		
AÇÃO:	2.107	Manutenção das Estradas – SDR/NORTE		
15.451.0007-2.107				
3.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	300.488,00	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	60.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0355		Aplicações Diretas	900.000,00	
ÓRGÃO:	37	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL		
UNIDADE:	37.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/SUL		
AÇÃO:	2.108	Manutenção das Estradas – SDR/SUL		
15.451.0007-2.108				
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0001		Aplicações Diretas	231.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00.0.1.0355		Aplicações Diretas	900.000,00	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI nº 188.2009

DECRETO PMI Nº 188, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei nº 1.649, de 29 de fevereiro de 1996;

Considerando os pareceres exarados pela Procuradoria Geral do Município e pelo CECOP – Centro de Consultoria Pública SS;

Considerando que tramita no Poder Legislativo local o Projeto de Lei nº 156, de 28 de abril de 2009, que Dispõe sobre o Serviço de Táxi no Município de Imbituba e dá outras providências.

### DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, do Senhor JEFERSON DOS SANTOS, CPF nº 741.383.838-72, para o Senhor CARLOS HENRIQUE DE SOUZA, CPF nº 073.315.209-03, referente ao Ponto de Serviço nº 05, nos termos do Processo Administrativo nº 15501/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI nº 246.2009

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 246, de 7 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 15, XIV e XXIII; o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as informações e despachos contidos no Processo Administrativo nº 13775/2009,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, descrito no croqui, anexo, à Sra. Angela Maria da Silva, inscrita no CPF sob o nº 017.733.009-03, para comercialização de frutas.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir



a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba , 7 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI nº 247.2009

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 247, de 7 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 15, XIV e XXIII; o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as informações e despachos contidos no Processo Administrativo nº 13776/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, descrito no croqui, anexo, ao Sr. Dionísio Borges, inscrito no CPF sob o nº 537.808.849-68, para comercialização de frutas.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e

intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba , 7 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI nº 248.2009

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 248, de 7 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 15, XIV e XXIII; o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as informações e despachos contidos no Processo Administrativo nº 9239/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, descrito no croqui, anexo, ao Sr. Janeo de Souza, inscrito no CPF sob o nº 021.939.059-24, para comercialização de lanches.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.



Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI nº 249.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 249, de 7 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 15, XIV e XXIII; o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as informações e despachos contidos no Processo Administrativo nº 11849/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, descrito no croqui, anexo, a Sra. Zélia Lima Chaves, inscrita no CPF sob o nº 527.566.530-04, para comercialização de lanches.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público

o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI nº 250.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 250 de 7 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre a nomeação de Supervisor para Acompanhamento do Cumprimento de prazos dos processos tributários e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e no Decreto PMI n.º 161, de 26 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gustavo Mussi Pires, brasileiro, Auditor Fiscal, matrícula n.º 4475, inscrito no CPF sob o n.º 034.891.529-21, para exercer as funções de Supervisor para Acompanhamento do Cumprimento de prazos dos processos tributários.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do parágrafo único do Art. 3º do Decreto PMI n.º 161/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 7 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI nº 251.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 251 de 7 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre a nomeação de Supervisor para Acompanhamento do Cumprimento de prazos dos processos contábeis e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e no Decreto PMI n.º 168, de 26 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Eduardo Meirelles de Paula Botelho, brasileiro, Auditor Fiscal, matrícula n.º 5129, inscrito no CPF sob o n.º 071.740.567-25, para exercer as funções de Supervisor para Acompanhamento do Cumprimento de prazos dos processos contábeis.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do parágrafo único do Art. 3º do Decreto PMI n.º 168/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 7 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI 252.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 252 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a nomeação de Supervisor do Programa de Combate ao Aedes Aegypti (Dengue) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e no Decreto PMI n.º 33, de 16 de março de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sandra Mara Leal, brasileira, visitadora sanitária, matrícula n.º 509, inscrita no CPF sob o n.º 455.215.739-68, para exercer as funções de Supervisora do Programa de Combate ao Aedes Aegypti (Dengue).

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do parágrafo único do Art. 3º do Decreto PMI n.º 33/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI nº 253.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 253 de 11 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre nomeação de Coordenadora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.597, de 10 de dezembro de 2009, na Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Sra. Ana Paula Barcelos Adão, brasileira, Assistente Social, matrícula n.º 4395, para o cargo/função de Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 10. da LC n.º 3.597/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições com contrário.

Imbituba, 11 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI nº 254.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 254 de 11 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre a nomeação de Supervisor de Serviço Postal Comunitário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto PMI n.º 0268/2006, de 02 de outubro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Sr. ROMÁRIO DA ROSA, Assistente Administrativo, matrícula n.º 1338, para exercer as funções de Supervisor de Serviço Postal Comunitário.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do parágrafo único do Art. 3º do Decreto PMI n.º 0268/2006, de 02 de outubro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI nº 255.2009**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 255, de 23 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – COMAE.



O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.117/2001, de 28 de fevereiro de 2001, e;

Considerando o pleito inserido no Processo Administrativo nº 5502, de 29 de maio de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que comporão o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, conforme segue:

- Um representante do Poder Executivo:

Titular: Marilene Floriano Pollachini

Suplente: Maria Regina de Vasconcelos Alves

- Um representante do Poder Legislativo:

Titular: Elísio Sgrott

Suplente: Chirley de Miranda

- Dois representantes dos Professores:

Titular: Vera Lúcia Ferreira do Nascimento

Suplente: Adriana Lopes Antônio

Titular: Maria Zenaide da Silva

Suplente: Rosane de Oliveira Fernandes

- Dois representantes dos Pais e Alunos:

Titular: Silvana de Sá Martins

Suplente: Ademir Geremias Cândido Filho

Titular: Tatiane Florentino Lopes Martinho

Suplente: Edna Luiz Pereira

- Um representante de outro segmento da sociedade:

Titular: Valdeci Orlando Dias

Suplente: Rosane Calônico

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria PMI N.º 136, de 29 de maio de 2009.

Imbituba, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Portaria DGP/SEAGP N.º 345

Dispõe sobre a admissão de servidor e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir ODAIR CANDIDO TOMÉ, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 020.328.829-73, aprovado no Concurso Público, Edital n.º 001/2007, para exercer o cargo/emprego público de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração proporcional consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 18 de dezembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Andreza Barcelos Carvalho

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

#### Portaria DGP/SEAGP N° 346

Dispõe sobre contratação temporária de Fiscal de Obras e Posturas, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, VALDIR FELIPE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 063.760.299-49 e RG nº 150.714/SC, para exercer o cargo/função de Fiscal de Obras e Posturas, conforme decreto PMI Nº 169, de 7 de dezembro de 2009, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 18 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Portaria DGP/SEAGP N° 347

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora JOVITA VIEIRA IGNACIO, inscrita no CPF sob o n.º 725.622.349-87, admitida em 01 de agosto de 1994, contrato nº 252, referente ao quinquênio 01.08.2004 a 31.07.2009, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
01.08.2004 a 31.07.2009	01.03.2010 a 29.04.2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria DGP/SEAGP N.º 348**

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor PAULO ROBERTO DUTRA, inscrito no CPF sob o n.º 454.753.509-49, admitido em 06 de outubro de 1998, contrato nº 449, referente ao quinquênio 06.10.1998 a 30.01.2003, remodelada por motivo de afastamento do servidor por licença sem vencimentos, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
06.10.1998 a 30.01.2003	01.02.2010 a 01.04.2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria DGP/SEAGP N.º 349**

Dispõe sobre a demissão de Servidor e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Valdelino João da Silva	Balseiro	23/12/2008	23/12/2009

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de dezembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Andreza Barcelos Carvalho

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

**Portaria DGP/SEAGP N.º 350**

Dispõe sobre demissão a pedido de servidor e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir a pedido ADELIR FORTUNATO FELISBERTO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 594.678.199-53, admitida em 06 de março de 2003, para exercer o cargo de Professor II – 20h.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de dezembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Andreza Barcelos Carvalho

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

**Portaria DGP/SEAGP N.º 351**

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ANDRÉIA PACHECO DA ROSA CANDIDO, inscrita no CPF sob o n.º 888.397.969-91, admitida em 19 de maio de 2003, contrato nº 49, referente ao quinquênio 01.06.1997 a 31.05.2002, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
01.06.1997 a 31.05.2002	02.08.2010 a 30.09.2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria DGP/SEAGP N.º 352**

Dispõe sobre a demissão de Servidor e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido através do Processo Seletivo Simplificado 01/2008, e Portaria DGP/SEAGP nº 038, de 27 de fevereiro de 2009, para



exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Ricardo Ramos Nobre	Professor II – 40h	16/02/2009	17/12/2009

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de dezembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Andreza Barcelos Carvalho

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

### Portaria DGP/SEAGP N.º 353

Dispõe sobre contratação temporária de Agente Comunitária, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, RAQUEL VIEIRA PINHO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 018.500.889-50 e RG nº 3.028.230, para exercer o cargo/função de Agente Comunitária, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria DGP/SEAGP N.º 354

Dispõe sobre contratação temporária de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, MARIA DAS GRAÇAS DIAS MELO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 888.495.039-20 e RG nº 1.184.129, para exercer o cargo/função de Auxiliar de Enfermagem, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria DGP/SEAGP N.º 355

Dispõe sobre contratação temporária de Operador de Máquina, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, LUCIANO DE ÁVILA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.540.359-04 e RG nº 2.003.768, para exercer o cargo/função de Operador de Máquina, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

## Câmara de Vereadores

### Portaria CMI nº 87/2009

PORTARIA CMI nº 087/2009

“CONCEDE FÉRIAS AO CONTADOR EVANDRO DE MEDEIROS.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Evandro de Medeiros, Contador, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2009 a 10/01/2010, a ser gozada no período de 11/01/2010 a 09/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa



**Portaria CMI nº 88/2009**

PORTARIA CMI nº 088/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO TÉCNICO LEGISLATIVO THIAGO GUIMARÃES MACHADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, férias regulamentares de 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2008 a 28/01/2009, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 13/01/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

**Portaria CMI nº 89/2009**

PORTARIA CMI nº 089/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO TÉCNICO LEGISLATIVO THIAGO GUIMARÃES MACHADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2009 a 28/01/2010, a ser gozada no período de 14/01/2010 a 02/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

**Portaria CMI nº 93/2009**

PORTARIA CMI nº 093/2009

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão na Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, na Câmara Municipal de Imbituba, o servidor:

- Evandro de Medeiros.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, nesta Casa Legislativa, os servidores:

- Andréa Machado de Souza  
- Chirley de Miranda  
- Emerson Pacheco Custódio  
- Jacira Terezinha Conci

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de dezembro de 2009.  
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 21 de dezembro de 2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA  
Secretária Administrativa

**Termo de Revogação do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 003/2009**

Pregão Presencial nº003/2009

Contratação de Empresa para prestação dos Serviços de telefonia móvel

Assunto: Decisão de Revogação do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº003/2009 - Contratação de Empresa para prestação dos Serviços de telefonia móvel – Serviço Móvel Pessoal – SMP.

Licitantes Habilitadas: Vivo S/A e Brasil Telecom S/A- OÍ

**DECISÃO DEFINITIVA**

Em 12 de dezembro de 2009, o Presidente da Câmara no uso de suas atribuições legais, Decidiu pela NÃO HOMOLOGAÇÃO do Certame, conforme razões apresentadas às fls.161/164.

No referido ato decisório, foi determinado à intimação das licitantes interessantes do teor da decisão, respeitando-se assim o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório.

As empresas foram, então, regularmente intimadas, conforme comprovantes juntados às fls.165/168.

No dia 21/12/2009, foi recebida por SEDEX, suposta Defesa Prévia – Impugnação da Decisão Provisória de Não Homologação do certame, encaminhada supostamente pela empresa BRASIL TELECOM CELULAR S/A - OI, sendo que mesma não contém quaisquer assinatura de representante da empresa ou procurador por ela constituída, sendo totalmente deserta.

Entretanto, para efeito de argumentação, passo a decidir:

**PRELIMINARMENTE  
DA DESERÇÃO**

A defesa prévia encaminhada não contém a assinatura, seja esta de representante legal da empresa interessada ou de procurador constituído.

Assim, tal omissão e falha de representação são nulidades absolutamente insanáveis, tendo em vista o prazo peremptório. Logo, PRELIMINARMENTE, julgo deserta a Defesa Prévia apresentada, por defeito insanável de representação.



Entretanto, por argumentação, passo a análise do mérito.

#### NO MÉRITO

A empresa impugnante alega que os valores da proposta estão dentro do mercado privado, sendo vantajosa, não causando qualquer prejuízo ao erário.

Sem razão, no entanto. Senão, vejamos:

De acordo com a Ata da Sessão Pública de Julgamento de Propostas do Pregão Presencial nº003/2009, constata-se que foi adjudicada pelo Pregoeiro designado, após os lances simultâneos das empresas habilitadas, a licitante BRASIL TELECOM S/A – OI, com o valor médio de custo de ligação por minuto de R\$0,24(vinte e quatro centavos) por minuto.

Entretanto, após a apresentação da proposta definitiva, no prazo de 24(vinte e quatro) horas após a realização da Sessão de Julgamento acima mencionada, verificou-se que:

Apesar do custo médio de ligação do minuto de R\$0,24 por minuto demonstrar-se vantajosa a priori, o custo da ligação de móvel para móvel de outra operadora especificado na proposta definitiva apresentada atinge o valor de R\$0,54 (cinquenta e quatro centavos) por minuto.

De acordo com pesquisa de mercado e com o estudo de tráfego realizado após a Sessão de Julgamento, a proposta vencedora demonstrou-se não vantajosa para a Câmara Municipal de Imbituba. Isto porque, de acordo com o estudo de mercado, o valor médio de custo de ligação por minuto, tanto para telefone fixo quanto para telefone móvel, independentemente da operadora, para o objeto licitado, foi orçado em R\$0,40(quarenta centavos).

Ocorre que a empresa vencedora, apesar de que na média geral atinge um custo de R\$0,24 (vinte e quatro centavos) por minuto, demonstrando-se a priori mais vantajosa, as ligações realizadas para celular de outra operadora atingiriam o valor de R\$0,54(cinquenta e quatro centavos) por minuto, ou seja, bastante superior à média do mercado.

Além disto, de acordo com o estudo de tráfego das ligações realizadas com análise das faturas de pagamento dos atuais usuários do Serviço de Telefonia Móvel desta Casa Legislativa, constatou-se que a grande maioria das ligações realizadas pelos referidos usuários são para telefone móvel de outra operadora, diferente da operadora dita como vencedora do Processo Licitatório em questão.

Logo, o custo operacional obtido, caso fosse homologada a proposta em questão, elevaria o valor total das faturas mensais, superando o atual Contrato em vigência, na qual são taxadas R\$0,40(quarenta centavos) por minuto para qualquer tipo de ligação, ou seja, para fixo ou para móvel, independente da operadora.

Assim, após a adjudicação da proposta dita como vencedora, constatou-se que após uma análise mais minuciosa dos valores de mercado e das planilhas de tráfego do atual consumo, que a mesma não seria vantajosa para contratação.

Ou seja, após fato superveniente justificável, concluiu-se que a proposta vencedora não se demonstra vantajosa, podendo causar grave prejuízo para o erário.

Insta destacar ainda que a decisão pela não homologação do resultado do julgamento da decisão encontra respaldo legal, pois havendo fato superveniente no decorrer do certame, pode a Administração revogar o resultado da licitação em defesa do interesse público.

E mais, a decisão que evita a contratação de serviço que não atende às necessidades operacionais da Administração respeita os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Neste entendimento, destaca-se ainda a Súmula 473, do STF:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

A jurisprudência do TJ/SC respalda esse entendimento:

"MANDADO DE SEGURANÇA - REVOGAÇÃO DE ITENS DE PROCESSO LICITATÓRIO EM FASE DE HOMOLOGAÇÃO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PRESIDENTE E MEMBROS DA COMISSÃO LICITATÓRIA ACOLHIDA - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - INEXISTÊNCIA - SEGURANÇA DENEGADA. Havendo fato superveniente no decorrer do certame pode a Administração revogar itens do edital em defesa do interesse público. Decisão que evita a contratação em preços exorbitantes respeita os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público. Antes da adjudicação há apenas mera expectativa de direito. Inexistindo direito líquido e certo à contratação, não há óbice à revogação da licitação ou de itens do edital. "(MS n. 2000.017245-6, da Capital, Rel. Des. João Martins, j. em 12.12.2001).

Não destoam deste, o entendimento de outras Cortes:

"Apelação cível. mandado de segurança. revogação da licitação por interesse público. adjudicação e contratação. impossibilidade.

A autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no caso, plenamente justificado em informação da Secretaria de Educação, onde foi salientado a desnecessidade do trecho licitado (art. 49 da Lei nº 8.666/93).Inexistência do direito à adjudicação do serviço licitado. Ordem denegada. Apelação desprovida." (AC n.70009902701 TJRS, Rel. Des. Marco Aurélio Heinz, j. em 24.11.2004). (grifei)

A doutrina segue a mesma linha:

"A Administração impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público. Por fim, cumpre observar que a apelante não formula qualquer assertiva referente a prejuízos concretamente ocorridos em virtude do modo como se deu a revogação do ato, restringindo-se a apenas alegar a ocorrência de nulidade por não lhe ter sido oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa. pode revogar a licitação em qualquer de suas fases, desde que o interesse público imponha essa invalidação. São as conveniências do serviço que comandam a revogação, e passam a ser a justa causa da decisão revocatória..." (Hely Lopes Meirelles, Licitação e Contrato Administrativo, 12 ed., São Paulo, Malheiros, 1999. pag. 156).

Mais:

"A revogação da licitação assenta em motivos de oportunidade e conveniência administrativa, mas nem por isso dispensa a justificação do ato revocatório. A Administração pode revogar a licitação em qualquer de suas fases, desde que o interesse público imponha essa invalidação. São as conveniências do serviço que comandam a revogação, e passam a ser a justa causa da decisão revocatória, que, por isso mesmo, deve ser motivada, sob pena de se converter em ato arbitrário do administrador público. E o arbitrário é incompatível com o Direito (Hely Lopes Meirelles, Licitação e Contrato Administrativo, 12.ed., São Paulo, Malheiros, 1999, pag. 156).

Independentemente do exposto, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que o ato administrativo de revogação, em determinadas situações, não precisa de motivação, espandendo, por qualquer ângulo, os reclames apontados:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 49, § 3º, DA LEI n. 8.666/93.

"1. A autoridade administrativa pode revogar licitação em andamento, em fase de abertura das propostas, por razões de in-

teresse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

"2. (...)

"3. Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do § 3º, do art. 49, da Lei n. 8.666/93.

"4. Ato administrativo com a característica supramencionada é de natureza discricionária quanto ao momento da abertura de procedimento licitatório.

"5. Só há aplicabilidade do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame.

"6. Mandado de segurança denegado" (STJ, MS 7017/DF; Mandado de Segurança (2000/0049234-5), de relatoria do Min. José Delgado, julgado pela Primeira Seção em 18/12/2000, publicado no DJ em 2/4/2001 pág. 248).

Vê-se, pois, que havendo fato superveniente no decorrer do certame pode a Administração revogar o Processo Licitatório em defesa do interesse público. E ainda a decisão que evita a contratação de serviço que não atende às necessidades operacionais da Administração respeita os princípios da legalidade, moralidade e interesse público.

Ante o exposto, o Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, infra-assinado, vem, no uso das atribuições legais, DECIDIR pela REVOGAÇÃO do Processo Administrativo – Pregão Presencial nº003/2009, tornando definitiva a Decisão Provisória de fls.161/164, pelos fundamentos acima aduzidos e ainda, preliminarmente, julgar a defesa prévia deserta, por ausência de representação e das formalidades da lei e no, mérito, pelos argumentos trazidos acima.

Imbituba/SC, 22 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

## Irineópolis

### Prefeitura Municipal

#### Portaria Nº. 255/2009

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, amparado disposições do Art. 2º, inciso IV § 1º, da Lei Complementar n.º 022/05 de 19/05/2005, com redação dada pela Lei Complementar n.º. 040/2008,

R E S O L V E:

PRORROGAR até a data de 20/03/2010, o Contrato de Trabalho Temporário da servidora ADRIANA KOMAN nascida em 04/09/1985, portadora do CPF n.º 045.452.029-85, RG. n.º 4.819.419, SESP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), em substituição a titular Julieta Marszaokoski Faria, em gozo de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretaria Municipal da Educação.

### Câmara de Vereadores

#### Portaria 02/2009

PORTARIA 20/2009

DISPÕE SOBRE A NOVA JORNADA SEMANAL, O HORÁRIO DE TRABALHO E O REGISTRO DE PONTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO ORLONSKI, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, alínea "d" do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO, a necessidade de adequar o horário de trabalho dos servidores para torná-lo mais conveniente e a prevalência da eficácia do serviço e o comprometimento com a instituição, e CONSIDERANDO, que o artigo 261 caput da Lei Complementar n.º 001/1997, determina que a jornada de trabalho nas repartições públicas municipais será fixado por ato do Chefe do Poder, não podendo ser superior a 44 [quarenta e quatro] horas semanais;

R E S O L V E:

I – ESTABELECER a nova jornada semanal e o horário dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores, na seguinte forma:

a] A jornada de trabalho será de 35 [trinta e cinco] horas semanais para os servidores do Quadro de Pessoal efetivo e para o Assessor Parlamentar;

b] A jornada de trabalho de 35 [trinta] horas semanais será cumprida em 07 [sete] horas diárias, sendo das 08:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas, de terça a sexta-feira, e na segunda-feira das 14:00 às 21:00 horas;

c] O Assessor Jurídico e o Assessor de Imprensa terão jornada de trabalho diferenciado, com carga horária de 14 [quatorze] horas semanais;

d] Os ocupantes dos cargos de Assessor Jurídico, Assessor Parlamentar, Assessor de Imprensa e do Quadro de Pessoal efetivo deverão comparecer a todas as sessões da câmara municipal, permanecendo até seu término, ou até as 21:00 horas;

e] Todos os servidores do Quadro de Pessoal efetivo e os ocupantes dos cargos de Assessor Jurídico, Assessor Parlamentar e Assessor de Imprensa deverão comparecer às sessões ordinárias estabelecidas no artigo 4º. do Decreto 005/2009, sob pena de aplicação das medidas legais;

II – DISCIPLINAR o registro das entradas e saídas dos servidores mediante a observação do disposto abaixo:

a] O registro de ponto dos servidores do Quadro de Pessoal efetivo e o Assessor Parlamentar, será feito através do relógio ponto;

b] Os ocupantes dos cargos de Assessor Jurídico e Assessor de Imprensa deverão registrar sua presença nos dias das sessões da Câmara, bem como nos demais dias, a fim de cumprir a sua jornada de trabalho;

c] É considerado atraso o registro efetuado após o período de tolerância [15 minutos], na primeira e/ou última hora. Sua ocorrência sem prévia justificativa por escrito implicará na aplicação das medidas legais;

d] A inexistência do registro de frequência, sem autorização por escrito, será considerada falta e implicará na aplicação das medidas legais;

e] A saída sem autorização, é considerada saída antecipada e im-



plicará na aplicação das medidas legais;

f] As saídas PARTICULARES, A SERVIÇO e ANTECIPADAS AUTORIZADAS ficam sob autorização do Presidente da Câmara, sendo obrigatório o registro do retorno das saídas particulares e a serviço. À exceção da saída a serviço, as demais estão limitadas a três utilizações mensais e o tempo disposto deverá ser compensado no mesmo mês de referência, sob pena de aplicação das medidas legais;

g] Somente por motivo de doença, comprovada mediante atestado passado por médico ou dentista, serão abonadas faltas, sendo no máximo três durante o mês. O documento comprobatório deverá ser apresentado ao Presidente da Câmara no primeiro dia útil após o afastamento, sob pena de aplicação das medidas legais;

h] A prática de ações que visem o registro do ponto de terceiros implica a adoção obrigatória, pela Câmara Municipal, das providências para apuração da infração mediante processo disciplinar envolvendo todos os implicados;

i] Os casos não previstos neste expediente serão apreciados pelo Presidente da Câmara;

III – Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2010, revogando as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete da Presidência, 23 de dezembro de 2009.

GERALDO ORLONSKI

Presidente da Câmara Municipal

## Luzerna

### Prefeitura Municipal

#### Extrato de contrato nº: pml.011.09 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.011.09 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Terceira e Oitava do Contrato pml.011.09

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EITOR HOPPEN

EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA

CONTRATADA

## Massaranduba

### Prefeitura Municipal

#### Decreto Nº. 1891

DECRETO Nº. 1891 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0701 – SERVIÇO DE CULTURA E ESPORTES

0701.013.392.1300.2031 – Parceria em Projetos Culturais

0701 – 33903000 – Material de Consumo

0701 – 1000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0700 – DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0701 – SERVIÇO DE CULTURA E ESPORTES

0701.013.392.1300.2031 – Parceria em Projetos Culturais

0701 – 319004000 – Contratações por Tempo Determinado

0701 – 1000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

0701 – 31903100 – Premiações Culturais, Art. Científicas e Esport.

0701 – 10000 – Recursos Ordinários..... R\$ 2.000,00

0701 – 33903600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

0701 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 17 de dezembro de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

#### Decreto Nº. 1892

DECRETO Nº. 1892 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009  
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0701 – SERVIÇO DE CULTURA E ESPORTES

0701.013.392.1300.2031 – Parceria em Projetos Culturais

0701 – 33903000 – Material de Consumo

0701 – 12455 – Transferências de Convênios Estado/ Outros.. R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMÔNIO

0301.004.122.4100.2086 – Reforma do Prédio da Prefeitura



0301 – 33903000 – Material de Consumo  
0301 – 12455 – Transferências de Convênios Estado/ Outros.. R\$ 10.000,00  
0301 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica  
0301 – 12455 – Transferências de Convênios Estado/ Outros... R\$ 5.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 17 de Dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto 1893**

DECRETO 1893 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1068 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001.008.244.8000.2081 – Manutenção da Assistência Social Geral  
1001 – 31901600 – Outras despesas variáveis – pessoal civil  
1001 – 10000 – Recursos Ordinários .....R\$ 500,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1001.008.244.8000.2081 – Manutenção da Assistência Social Geral  
1001 – 44905200 – Equipamentos e Material Permanente  
1001 – 10000 – Recursos Ordinários .....R\$ 500,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 18 de Dezembro de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto 1894**

DECRETO 1894 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.302.1001.2071 – Manutenção da Assistência Médica e Odontológica  
0901 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0901 – 10100 – Receitas de Impostos e Transf. Impostos/Saúde..R\$ 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), dos programa e verba abaixo discriminados:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0901.010.302.1001.2071 – Manutenção da Assistência Médica e Odontológica  
0901 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  
0901 – 10100 – Receitas de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde..R\$ 4.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 18 de Dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Decreto Nº. 1895**

DECRETO Nº. 1895 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMONIO  
0301.004.122.4100.2008 – Manutenção dos Serviços Gerais  
0301 – 33903600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0300 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMONIO  
0301.004.122.4100.2008 – Manutenção dos Serviços Gerais  
0301 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  
0301 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 21 de dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 1896**

DECRETO Nº. 1896 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0502 – SERVIÇO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
0502.026.782.2600.2052 – Conservação de Estradas Municipais  
0502 – 31900400 – Contratações por Tempo Determinado  
0502 – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0502 – SERVIÇO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
0502.026.782.2600.2052 – Conservação de Estradas Municipais  
0502 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  
0502 – 10000 – Recursos Ordinários .....R\$ 10.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 21 de dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 1897**

DECRETO Nº. 1897 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009  
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0800 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
0801 – SERVIÇO DE AGRICULTURA  
0801.020.606.2000.2044 – Assistência ao Produtor Rural  
0801 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  
0801 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0800 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
0801 – SERVIÇO DE AGRICULTURA  
0801.020.606.2000.2044 – Assistência ao Produtor Rural  
0801 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
0801 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 7.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 21 de dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 1898**

DECRETO Nº. 1898 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009  
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

1100 – FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA  
1101 – FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA  
1001.008.243.8000.2085 – Manutenção do FIA  
1001 – 33903600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física  
1001 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

1100 – FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA  
1101 – FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA  
1001.008.243.8000.2085 – Manutenção do FIA  
1001 – 44905200 – Equipamento e Material Permanente  
1001 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 21 de dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 1899**

DECRETO Nº. 1899 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009  
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.361.1200.2019 – Manutenção do Departamento de Educação  
0601 – 31901100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil  
0601 – 10100 – Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação..R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0600 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
0601 – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO  
0601.012.361.1200.2019 – Manutenção do Departamento de Educação  
0601 – 31903000 – Material de Consumo  
0601 – 10100 – Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação.. R\$ 2.000,00



Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 21 de dezembro de 2009  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Termo de Homologação**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO Nº. 87/2009  
CREDENCIAMENTO Nº. 002/2009

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento, designada através da Portaria Nº. 259/2009,

#### **HOMOLOGO:**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, a inscrição para o credenciamento do participante: 13756.1 – UNIÃO SAÚDE S/S LTDA, prestadora dos serviços na modalidade de Plano de Saúde Coletivo Empresarial, a fim de que ofereçam, no mínimo, a cobertura ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia e acomodação coletiva, com cobertura no mínimo na microrregião da AMVALI, nos termos da Lei nº. 9.656, de 03 de junho de 1998 e das regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, objeto da licitação Nº. 87/2009 – CREDENCIAMENTO Nº. 002/2009.

Massaranduba (SC), 23 de Dezembro de 2009.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

**Meleiro**

**Prefeitura Municipal**

### **Lei n.º 1398/2009.**

LEI n.º 1398/2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A IRMÃ SACRAMENTINA DE BERGAMO DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com as Irmãs Sacramentinas de Bergamo (Organização João XXIII) de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Sete de Setembro, s/n, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 16.518.821/0001-54, no valor total de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), para custear despesas de manutenção durante o exercício de 2010.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal

vigente..

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 1.º de Janeiro de 2010.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.331/2009, de 11 de março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

### **Lei n.º 1399/2009.**

LEI n.º 1399/2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Francisco Canela, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 72.277.101/0001-10, no valor de até R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) durante o exercício de 2010.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes e será utilizada para custear despesas de combustível utilizado no transporte, alimentação e profissional técnicos para os alunos excepcionais que frequentam a APAE, bem como demais despesas necessárias para a manutenção da mesma.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º, da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a colocar a disposição da APAE de Meleiro 04 (quatro) servidores públicos municipais, pertencentes ao quadro efetivo de pessoal da Prefeitura de Meleiro, sendo 01 (um) Assistente Social, 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 02 (dois) Professores.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o artigo 2.º desta Lei, ficarão as disposições da APAE de Meleiro, por tempo indeterminado e terão seus vencimentos pagos pela Prefeitura de Meleiro.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2010.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.334/2009, de 11 de março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.



**Lei n.º 1400/2009**

LEIn.º 1400/2009

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Francisco Canela, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 72.277.101/0001-10, no valor de até R\$ 7.296,00 (Sete mil, duzentos e noventa e seis reais) que tem como objetivo repassar os recursos financeiros que o Município recebe do Fundo Nacional de Assistência Social, durante o exercício de 2010, destinados para manutenção da APAE.

§ 1.º Os recursos serão repassados de forma parcelada, sendo nos mesmos valores que o Município recebe do Fundo Nacional de Assistência Social.

§ 2.º A APAE fica obrigado a prestar contas dos recursos recebidos, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o repasse.

§ 3.º O Município não poderá repassar o valor da parcela seguinte sem haver a prestação de contas da parcela anterior.

Art. 2.º As transferências de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1.º de Janeiro de 2010.

Art. 4.º Fica revogada a Lei n.º 1.333/2009, de 11 de março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

**Lei n.º 1401/2009**

LEI n.º 1401/2009

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária São Judas Tadeu de Meleiro, inscrita no CNPJ sob n.º 02.160.922/0001-91, no valor total de R\$ 124.000,00 (Cento e vinte e quatro mil reais), para custear despesas na manutenção do Pronto Socorro do Hospital durante o exercício de 2010.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Meleiro.

Art. 3.º A entidade beneficiada se sujeita à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de Janeiro de 2010.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.337/2009, de 11 de Março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

**Lei N.º 1402/2009.**

LEI N.º 1402/2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária São Judas Tadeu de Meleiro, com sede na Rua São Judas Tadeu, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 02.160.922/0001-91, no valor de até R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º As transferências de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 1.º de Janeiro de 2010.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.335/2009, de 11 de Março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

**Lei n.º 1403/2009**

LEI n.º 1403/2009

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS QUE RELACIONA

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar do Sistema Patrimonial, os bens móveis relacionados nos Anexos I, que é parte integrante desta Lei, por se tratar de bens considerados inservíveis, obsoletos, em desuso e sem valor comercial.

Art. 2º Após a promulgação desta Lei, o setor contábil processará a baixa dos bens contidos na relação anexa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

#### ANEXO I

##### Relação de Bens Patrimoniais Móveis

Nº Patrimônio	Identificação do Bem	Dt. Aquisição	Valor Contábil R\$
2005	MÁQUINAS, MOT. E APARELHOS		
0595	NEBULIZADOR NEVONI	01/08/2002	120,00
0505	NEBULEZADOR S SUPER NS	01/08/2002	70,00
5026	MICROCOMPUTADOR PENTIUM 20GB	20/08/2002	1.730,00
2095	MONITOR 15" SANSUNG	31/10/2002	442,00
2589	APARELHO ROLAMATIC DE PAREDE	08/07/2003	144,00
2869	SCANER GENIUS	15/07/2005	298,00
3443	NOBREAK 700 WA	12/03/2007	315,00
		Sub Total	3.119,00
2006	MAQUINAS DE ESCRITÓRIO		
0059	IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX 1170	05/10/1994	400,00
0141	IMPRESSORA HP DESKEJET 840 C	01/08/2002	376,00
0144	MONITOR COMPAC	29/06/2001	600,00
0145	MICROCOMPUTADOR COMPAG	29/06/2001	2.000,00
0148	IMPRESSORA EPSON FX 1170	04/03/1998	370,00
1310	MIMIOGRAFO COPIA TIC	01/08/2002	200,00
2591	IMPRESSORA HP 656	09/07/2003	354,00
2962	IMPRESSORA HP LASER JETE 1020	23/11/2005	860,00
3256	MIMIOGRAFO ALCOOL FACIT	19/04/2006	305,00
0119	MAQUINA COPIADORA XEROX X-5614	20/04/2001	4.100,00
0920	MAQUINA COPIADORA XEROX 5614	20/04/2001	4.100,00
		Sub Total	13.665,00
2007	MOBILIÁRIO EM GERAL		
0183	ESTANTE ACO C/7 PRATELEIRAS	02/05/1985	50,00
1745	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER	03/06/1986	25,00

1199	ARQUIVO ACO 4/GAVETAS	12/03/1991	150,00
1300	ARQUIVO ACO 4/ GAVETAS	03/06/1986	150,00
1641	CADEIRA FIXA ESTOFADO PRETA	01/08/2002	20,00
1713	CADEIRA MADEIRA	01/08/2002	25,00
1033	MESA DE MICRO	01/08/2002	84,00
1235	ARMARIO MADEIRA 5 PRATELEIRAS	01/08/2002	33,00
0247	BANCADA	01/08/2002	15,00
0817	BANCO MADEIRA (3,00mt)	23/09/2002	25,00
0818	BANCO MADEIRA (3,00mt)	23/09/2002	25,00
0881	TRIPLES 3 LUGARES VERMELHA	12/05/1986	103,00
0906	MESA P/MAQUINA ESCREVER	02/05/1986	25,00
1133	MESA MADEIRA OITAVADA	01/08/2002	50,00
1134	BALCAO FORMICA C/3 GAVETAS	01/08/2002	120,00
1135	MESA MADEIRA (2,50 x 1,40cm)	01/08/2002	35,00
1139	ARMARIO C/7 PORTAS 3 GAVETAS	01/08/2002	30,00
0860	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADO PRETA	05/06/1984	42,00
0870	MESA PARA MICRO	01/08/2002	95,00
0841	ESCRIVANINHA C/3 GAVETAS	01/08/2002	145,00
0844	ARMARIO C/2 GAVETAS	20/10/1985	90,00
0575	CADEIRA DE IMBUIA	12/03/1985	20,00
0581	CADEIRA DE IMBUIA	12/03/1985	20,00
0586	BALCAO C/5 PORTAS 4 GAVETAS	01/08/2002	500,00
0591	ARMARIO C/4 PORTAS	01/08/2002	600,00
0596	BALCAO MADEIRA C/4 PORTAS	12/03/1989	80,00
0597	ESTANTE C/6 PRATELEIRAS	01/08/2002	50,00
0960	CADEIRA FIXA ESTOFADO PRETA	01/08/2002	15,00
0977	MESA GINICOLOGICA	02/08/1986	70,00
0978	ESCRIVANINHA C/3 GAVETAS	01/08/2002	145,00
0996	ESCADA FERRO C/2 DEGRAUS	01/08/2002	20,00
1000	MESA GINECOLOGICA	02/08/1986	50,00
1002	ESCADA FERRO C/2 DEGRAUS	01/08/2002	20,00
0519	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0520	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0521	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0522	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0523	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0524	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0525	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0526	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0527	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0528	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0529	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0530	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0531	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0532	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0533	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0534	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0535	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0536	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0537	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0538	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0541	CADEIRA DE IMBUIA	08/05/1994	20,00
0542	CADEIRA DE IMBUIA	08/05/1994	20,00



0543	CADEIRA DE IMBUÍA	08/05/1994	20,00
0544	CADEIRA DE IMBUÍA	08/05/1994	20,00
0546	CADEIRA DE IMBUÍA	08/05/1994	20,00
0552	CADEIRA DE IMBUÍA	08/05/1994	20,00
0549	BALCAO PIA CUBA INOX	15/05/1994	150,00
0553	BANCADA	15/05/1994	20,00
0554	BANCADA	15/05/194	20,00
2724	MESA DE TENIS DE MESA	13/08/2004	371,80
		Sub Total	4.008,80
2008	INSTRUMENTOS E UTENSÍLIOS		
0593	VENTILADOR ARNO	03/06/1989	593,00
0966	VENTILADOR PAREDE JTC	01/08/2002	80,00
0569	BIOMBO	08/01/2001	25,00
2528	BALANCA INFANTIL	10/06/2003	387,00
	SUB TOTAL		1.085,00
	TOTAL GERAL		21.877,80

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### Lei n.º 1404/2009

LEI n.º 1404/2009

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CASA DE REPOUSO SANTO EXPEDITO DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Casa de Repouso Santo Expedito de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.542.990/0001-03, no valor total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante o exercício de 2010. Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 1.º de janeiro de 2010.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.332/2009, de 11 de março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Dezembro de 2009.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

### Lei n.º 1405/2009

LEI N.º 1405/2009

TRATA DA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar e comprar amigável ou judicial o seguinte bem imóvel, para fins de instalação de rótula e alargamento da Rua Luiza Napoli Canela e a Avenida Antonio Walmor Canela, conforme discriminado abaixo:

I - Um terreno rural com área de 2.150,55 m² (dois mil cento e cinquenta metros quadrados, e cinquenta e cinco centímetros quadrados), dentro de uma área maior de 67.785,00 m² (sessenta e sete mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), sito próximo a cidade de Meleiro, nesta comarca, confrontando: ao Sul: com a Estrada Meleiro-Rio Morto; Norte: com Adair Gomes, Napoleão Chiaramonte Silva e Quintino Gabriel; Leste: com Dahir Del Moro Mezari e Oeste: Tereza de Stefani Topanotti e Adair Gomes. Cadastro no INCRA: 811.025.014.982-3 E 809.055.021.733-1 e NIRF: 3042017-2 e 09217541. Matrícula: nº 22.697 no Cartório de Imóveis da Comarca de Turvo/SC, sendo duas áreas: a primeira de 1.346,73 (um mil trezentos e quarenta e seis metros quadrados e setenta e três centímetros quadrados), de propriedade de VALDOIR COSTA, e a segunda: de 803,82 (oitocentos e três metros quadrados e oitenta e dois centímetros quadrados) de propriedade de VALDIR GOULART MAIA, para fins de alargamento e construção de rótula na intersecção da Rua Luiza Napoli Canela com a Avenida Antonio Walmor Canela”.

Art. 2º O valor total a ser pago pelo Município de Meleiro para a aquisição do imóvel citado será no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), distribuído da seguinte forma: Primeiro imóvel de propriedade do Sr. Valdoir Costa no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Segundo imóvel de propriedade do Sr. Valdir Goulart Maia no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.90.00.00.00.1.00.0 – Aplicações Diretas do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Dezembro de 2009.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

### Lei n.º 1406/2009

LEI n.º 1406/2009

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE MELEIRO E REGIÃO COLMÉIA BRANCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação dos Produtores de Leite de Meleiro e Região Colméia Branca de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.638.181/0001-37, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil



reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante exercício de 2010.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1.º de Janeiro de 2010.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.348/2009, de 19 de Março de 2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 18 de Dezembro de 2009.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

#### **Portaria n.º 326/2009**

PORTARIA N.º 326/2009  
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, resolve,

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO – matrícula 19.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2009.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Dezembro de 2009.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

## Paulo Lopes

### Prefeitura Municipal

#### **3º Termo Aditivo ao Contrato 20-2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2008, de 12/03/2008 conforme Processo Licitatório 21/2008

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ nº 08.801.232/0001-50, Objeto: Prestação de serviços mensal de vigilância desarmada. Finalidade: Prorrogação do Contrato até 31/12/2010.

28 de dezembro de 2009  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### Prefeitura Municipal

#### **Lei Complementar Nº 162**

LEI COMPLEMENTAR Nº 161, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.  
ELEVA A CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe que lhe são conferidas por Lei: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica elevado, a partir de 1º de janeiro de 2010, para 17,33 % (dezessete inteiros e trinta e três décimos percentuais) a contribuição do Município para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto, criado pela Lei Complementar nº 081, de 12 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2009.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Porto Belo

## Prefeitura Municipal

### Lei nº 1.786/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.786/2009

"ALTERA A TABELA DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.635, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A tabela constante no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.635, de 9 de dezembro de 2009, passará a vigorar com os seguintes valores:

Valor da COSIP em R\$

Faixa de Consumo	Contribuintes	
	Residenciais	Não Residências
I - 0 a 50 Kwh	4,95	6,00
II - 51 a 100 Kwh	6,00	8,50
III - 101 a 200 Kwh	8,50	12,10
IV - 201 a 400 Kwh	9,70	14,50
V - 401 a 800 Kwh	12,10	17,00
VI - 801 a 1600Kwh	18,20	19,40
VII - acima de Kvh	22,00	24,20

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2009.  
ALBERT STADLER  
Prefeito

### Extrato de Contrato nº 033/2009 - FMS

Extrato de Contrato Nº 033/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009

Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado nas Autorizações de Fornecimento nº 404, 405, 406 e 407/2009.

Contratado(a): ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

O valor global: R\$ 11.182,65 (Onze mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

### Extrato do Contrato nº 034/2009 - FMS

Extrato de Contrato Nº 034/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009

Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado nas Autorizações de Fornecimento nº 408 e 409/2009.

Contratado(a): CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

O valor global: R\$ 1.894,70 (Um mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

### Extrato do Contrato nº 035/2009 - FMS

Extrato do Contrato Nº 035/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009

Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 410/2009.

Contratado(a): COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS CBM LTDA.

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

O valor global: R\$ 549,01 (Quinhentos e quarenta e nove reais e um centavo).

Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

### Extrato do Contrato nº 036/2009 - FMS

Extrato do Contrato Nº 036/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009

Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado nas Autorizações de Fornecimento nº 411 e 412/2009.

Contratado(a): COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

O valor global: R\$ 3.152,00 (Três mil cento e cinquenta e dois reais).

Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

### Extrato do Contrato nº 037/2009 - FMS

Extrato do Contrato Nº 037/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009  
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado nas Autorizações de Fornecimento nº 413, 414, 415 e 416/2009.  
Contratado(a): DIMACI MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA.  
Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.  
O valor global: R\$ 5.398,80 (Cinco mil trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).  
Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato nº 038/2009 - FMS**

Extrato do Contrato Nº 038/2009  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009  
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 394/2009.  
Contratado(a): DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.  
Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.  
O valor global: R\$ 62,40 (Sessenta e dois reais e quarenta centavos).  
Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato nº 039/2009 - FMS**

Extrato do Contrato Nº 039/2009  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009  
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado nas Autorizações de Fornecimento nº 395, 396, 397 e 398/2009.  
Contratado(a): METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  
Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.  
O valor global: R\$ 3.894,87 (Três mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos).  
Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato nº 040/2009 - FMS**

Extrato do Contrato Nº 040/2009  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009  
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado nas Autorizações de Fornecimento nº 400, 401, 402 e 403/2009.

Contratado(a): PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. - EPP.  
Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.  
O valor global: R\$ 2.237,01 (Dois mil duzentos e trinta e sete reais e um centavo).  
Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato nº 041/2009 - FMS**

Extrato do Contrato Nº 041/2009  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009  
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 393/2009.  
Contratado(a): PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.  
O valor global: R\$ 50,32 (Cinquenta reais e trinta e dois centavos).  
Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Extrato do Contrato nº 042/2009 - FMS**

Extrato do Contrato Nº 042/2009  
Estado de Santa Catarina  
Município de Porto Belo  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 033/2009  
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais odontológicos para Unidades de Saúde do Município, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 399/2009.  
Contratado(a): TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. ME.  
Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 10 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.  
O valor global: R\$ 1.869,10 (Um mil oitocentos e sessenta e nove reais e dez centavos).  
Data e assinatura do contrato: 25 de novembro de 2009.

ALBERT STADLER  
Prefeito



# Salto Veloso

## Prefeitura Municipal

### Decreto N.º 64/2009

DECRETO N. 64, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

REAJUSTA A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR N. 006/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 6º da Lei Complementar n. 06, de 31 de dezembro de 2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica aplicado o reajuste da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP), instituída pela Lei Complementar n. 06/2007, no percentual médio de 9,91% (nove inteiros e noventa e um décimos de cento), compreendendo os índices de reajuste autorizados pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), do período de janeiro de 2008 a agosto de 2009.

Art. 2º. O reajuste referido no artigo 1º deste Decreto, passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 22 de dezembro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de dezembro de 2009.

EDIVAR ANTÔNIO DONADEL

Secretário de Administração e Finanças

### Portaria N.º. DP0155/2009

PORTARIA N.º. DP0155/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

#### Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) MARIA HELENA LAZZARI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/05/2008 a 01/05/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

### Portaria N.º. DP0156/2009

PORTARIA N.º. DP0156/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

#### Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) ELI ZAMBONI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2008 a 31/05/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

### Portaria N.º. DP0157/2009

PORTARIA N.º. DP0157/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

#### Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) JOÃO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2008 a 28/02/2009, correspondente a 10 dias e período de aquisição de 01/03/2009 a 28/02/2010, correspondente a 20 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

### Portaria N.º. DP0158/2009

PORTARIA N.º. DP0158/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

#### Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) LUIZ NEZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2008 a 31/05/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Portaria N°. DP0159/2009**

PORTARIA N°. DP0159/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) JOÃO CARNEIRO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2008 a 30/06/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Portaria N°. DP0160/2009**

PORTARIA N°. DP0160/2009

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal n.º 1.025/2001 de 04/07/2001;

Resolve:

Art. 1º. Conceder a Função Gratificada – FG-1, para a servidora TANIA GIACOMIN DE BORTOLI, para responder pelos serviços da Secretaria Executiva do Município de Salto Veloso.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 1º de dezembro de 2009.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 23 de Dezembro de 2.009

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Portaria N°. DP0161/2009**

PORTARIA N°. DP0161/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 24 de Dezembro de 2009 a 22 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) AMARILDO PEDRO BISCARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/01/2009 a 31/12/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

# São Lourenço do Oeste

## Prefeitura Municipal

### Metas Bimetrais de Arrecadação 2010

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2010

#### PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	6.722.476,02	6.567.976,48	5.572.738,49	5.702.491,29	5.674.832,70	4.802.623,02	35.043.138,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.139.142,52	5.984.642,98	4.989.404,99	5.119.157,79	5.091.499,20	4.219.289,52	31.543.137,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	860.754,13	973.844,44	427.351,37	380.011,77	436.931,56	412.686,73	3.491.580,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	337.452,92	619.426,61	371.718,96	318.370,27	371.819,05	351.212,19	2.370.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	222.205,33	501.096,88	224.290,75	163.548,76	185.827,70	173.030,58	1.470.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urt	118.766,73	359.675,83	29.514,83	32.257,31	31.878,32	27.906,98	600.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - 60%	71.262,82	215.806,07	17.711,05	19.352,29	19.124,93	16.742,84	360.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - 25%	29.690,11	89.918,16	7.377,72	8.065,64	7.970,93	6.977,44	150.000,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - 15%	17.813,80	53.951,60	4.426,06	4.839,38	4.782,46	4.186,70	90.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer	28.795,14	36.621,62	45.031,01	55.588,48	64.838,36	89.125,39	320.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	28.795,14	36.621,62	45.031,01	55.588,48	64.838,36	89.125,39	320.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF Sobre os Rendimentos do Trabalho	17.277,09	21.973,15	27.018,65	33.353,05	38.902,93	53.475,13	192.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF Sobre os Rendimentos do Trabalho	7.198,77	9.155,31	11.257,74	13.897,15	16.209,65	22.281,38	80.000,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF Sobre os Rendimentos do Trabalho	4.319,28	5.493,16	6.754,62	8.338,28	9.725,78	13.368,88	48.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imo	74.643,46	104.799,43	149.744,91	75.702,97	89.111,02	55.998,21	550.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI 60%	44.786,09	62.879,70	89.846,92	45.421,78	53.466,59	33.598,92	330.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI 25%	18.660,86	26.199,84	37.436,24	18.925,74	22.277,77	13.999,55	137.500,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI 15%	11.196,51	15.719,89	22.461,75	11.355,45	13.366,66	8.399,74	82.500,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	115.247,59	118.329,73	147.428,21	154.821,51	185.991,35	178.181,61	900.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	115.247,59	118.329,73	147.428,21	154.821,51	185.991,35	178.181,61	900.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	ISS 60%	69.150,03	70.999,96	88.457,16	92.891,70	111.593,41	106.907,74	540.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	ISS 25%	28.811,30	29.581,52	36.856,92	38.705,86	46.498,44	44.545,96	225.000,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	ISS 15%	17.286,26	17.748,25	22.114,13	23.223,95	27.899,50	26.727,91	135.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	398.221,21	354.417,83	55.632,41	61.641,50	65.112,51	61.474,54	996.500,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	258.965,78	80.920,95	21.366,20	26.537,38	23.353,55	25.356,14	436.500,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	6.916,67	6.916,67	6.916,67	6.916,67	6.916,67	6.916,65	41.500,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indús	215.653,98	12.651,44	4.359,65	6.282,54	3.934,36	7.118,03	250.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	11.737,16	5.645,78	5.162,26	8.339,99	7.131,22	6.983,59	45.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Políc	24.657,97	55.707,06	4.927,62	4.998,18	5.371,30	4.337,87	100.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	139.255,43	273.496,88	34.266,21	35.104,12	41.758,96	36.118,40	560.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Tx de Cemitérios	3.319,79	5.224,22	2.673,62	3.387,08	6.781,46	8.613,83	30.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	130.923,20	260.765,17	26.632,38	27.829,79	29.722,04	24.127,42	500.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	5.012,44	7.507,49	4.960,21	3.887,25	5.255,46	3.377,15	30.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	125.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.080,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complem	125.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.080,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.325,60	137.974,40	98.229,72	97.267,10	108.442,77	94.760,41	650.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	113.325,60	137.974,40	98.229,72	97.267,10	108.442,77	94.760,41	650.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação	113.325,60	137.974,40	98.229,72	97.267,10	108.442,77	94.760,41	650.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	31.776,69	101.870,74	59.683,21	66.366,70	80.574,60	19.928,06	360.200,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	31.776,69	101.870,74	59.683,21	66.366,70	80.574,60	19.928,06	360.200,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	31.776,69	101.870,74	59.683,21	66.366,70	80.574,60	19.928,06	360.200,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos V	7.002,87	6.763,65	10.826,05	32.578,32	23.411,18	-20.382,07	60.200,00



Município: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,65	10.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	3.683,16	4.478,74	5.396,69	6.683,24	7.431,73	6.326,44	34.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	1.578,41	569,11	3.762,69	24.228,41	14.236,54	-28.375,16	16.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - Cil	74,63	49,13	0,00	0,00	76,24	0,00	200,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinc	24.773,82	95.107,09	48.857,16	33.788,38	57.163,42	40.310,13	300.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não	24.773,82	95.107,09	48.857,16	33.788,38	57.163,42	40.310,13	300.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.541.262,64	4.211.326,49	4.045.396,32	4.336.767,34	4.286.542,05	4.790.662,16	26.211.957,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT	4.541.178,40	4.130.576,51	4.001.096,37	4.254.890,67	4.166.855,37	4.730.359,68	25.824.957,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	1.997.782,67	1.697.659,79	1.644.450,30	1.613.308,74	1.545.306,01	2.329.649,49	10.828.157,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	1.370.358,77	1.306.906,24	1.374.740,76	1.280.838,78	1.216.086,18	1.958.769,27	8.507.700,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos	1.370.073,26	1.306.633,08	1.374.377,03	1.280.520,68	1.210.190,42	1.958.205,53	8.500.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota Parte do FPM 60%	822.043,98	783.979,88	824.626,24	768.312,38	726.114,24	1.174.923,28	5.100.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota Parte do FPM 25%	342.518,30	326.658,25	343.594,25	320.130,19	302.547,61	489.551,40	2.125.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota Parte do FPM 15%	205.510,98	195.994,95	206.156,54	192.078,11	181.528,57	293.730,85	1.275.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial F	285,51	273,16	363,73	318,10	5.895,76	563,74	7.700,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota Parte do ITR 60%	171,33	163,93	218,27	190,87	3.537,38	338,22	4.620,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota Parte do ITR 25%	71,36	68,27	90,92	79,52	1.473,99	140,94	1.925,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota Parte do ITR 15%	42,82	40,96	54,54	47,71	884,39	84,58	1.155,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploraçã	16.118,89	16.445,43	17.927,11	21.388,05	22.552,67	19.167,85	113.600,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recurs	336,68	580,06	509,99	738,37	683,18	751,72	3.600,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	15.782,21	15.865,37	17.417,12	20.649,68	21.869,49	18.416,13	110.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saú	544.752,15	178.248,16	123.469,37	172.405,99	168.584,05	199.397,28	1.386.857,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica B	18.818,18	16.363,64	5.727,27	24.545,45	16.363,64	8.181,82	90.000,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas -	15.440,26	15.827,56	4.732,19	21.600,00	14.400,00	7.199,99	79.200,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgên	31.763,13	53.110,89	-14.057,45	26.394,48	26.394,48	26.394,47	150.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	PAB FIXO	386.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	24.403,75	24.403,75	24.403,75	24.403,75	24.403,75	52.281,25	174.300,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Saude Bucal - SB	0,00	0,00	39.263,52	13.925,50	13.925,50	12.085,48	79.200,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Saúde da Família - SF	61.336,31	61.336,31	57.618,95	55.540,17	65.958,54	82.209,72	384.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde -	5.693,22	5.693,22	4.829,07	4.829,07	5.581,38	9.531,04	36.157,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Ações Estruturantes de Vigilância Sanitár	1.297,30	1.512,79	952,07	1.167,57	1.556,76	1.513,51	8.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Soc	11.278,93	21.469,01	23.216,64	24.762,97	19.130,47	20.141,98	120.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Edu	21.940,60	115.590,95	58.929,76	67.746,29	79.202,64	79.589,76	423.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	21.940,60	77.318,54	41.658,40	42.017,87	43.338,75	43.725,84	270.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PN	0,00	18.949,77	17.271,36	15.592,95	15.592,95	15.592,97	83.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PN	0,00	19.322,64	0,00	10.135,47	20.270,94	20.270,95	70.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financeira do ICMS - Desoneração	0,00	25.666,67	12.833,33	12.833,33	6.416,67	19.250,00	77.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	0,00	15.400,01	7.700,01	7.699,99	3.850,00	11.549,99	46.200,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	0,00	6.416,67	3.208,33	3.208,33	1.604,17	4.812,50	19.250,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	0,00	3.849,99	1.924,99	1.925,01	962,50	2.887,51	11.550,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
4.1.7.2.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.054.229,79	1.870.628,24	1.827.523,52	2.097.700,54	2.082.122,38	1.864.595,53	11.796.800,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	1.975.429,79	1.791.828,24	1.748.723,52	2.018.900,54	2.003.322,38	1.785.795,53	11.324.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.606.846,97	1.436.702,25	1.358.140,55	1.625.697,05	1.608.134,77	1.564.478,41	9.200.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	COTA PARTE ICMS - 60%	964.108,27	862.021,39	814.884,34	975.418,18	964.880,81	938.687,01	5.520.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	COTA PARTE ICMS - 25%	401.711,70	359.175,55	339.535,12	406.424,29	402.033,72	391.119,62	2.300.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	COTA PARTE ICMS - 15%	241.027,00	215.505,31	203.721,09	243.854,58	241.220,24	234.671,78	1.380.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	277.553,57	327.672,21	346.272,31	337.332,72	338.084,79	173.084,40	1.800.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	COTA PARTE IPVA - 60%	166.532,53	196.603,63	207.763,42	202.399,36	202.850,61	103.850,45	1.080.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	COTA PARTE IPVA - 25%	69.388,21	81.917,90	86.568,06	84.333,32	84.521,30	43.271,21	450.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	COTA PARTE IPVA - 15%	41.632,83	49.150,68	51.940,83	50.600,04	50.712,88	25.962,74	270.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	73.168,96	9.100,82	44.310,66	41.094,58	46.092,26	48.232,72	262.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	COTA PARTE IPI - 60%	43.901,40	5.460,54	26.586,40	24.656,72	27.655,33	28.939,61	157.200,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	COTA PARTE IPI - 25%	18.292,24	2.275,18	11.077,67	10.273,65	11.523,08	12.058,18	65.500,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	COTA PARTE IPI - 15%	10.975,32	1.365,10	6.646,59	6.164,21	6.913,85	7.234,93	39.300,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no	17.860,29	18.352,96	0,00	14.776,19	11.010,56	0,00	62.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Program	78.800,00	78.800,00	78.800,00	78.800,00	78.800,00	78.800,00	472.800,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Rec. Estado p/ Saúde - Complem	13.400,00	13.400,00	13.400,00	13.400,00	13.400,00	13.400,00	80.400,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado p/ Saúde - Complem	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado p/ Saúde - Farmácia	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	32.400,00
4.1.7.2.2.33.99.00.00.00	Demais Transf. Rec. Estado p/ Saúde	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	336.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMEN	489.165,94	562.288,48	529.122,55	543.881,39	539.426,98	536.114,66	3.200.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	489.165,94	562.288,48	529.122,55	543.881,39	539.426,98	536.114,66	3.200.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	FUNDEF - MAGISTÉRIO	484.274,34	556.665,67	523.831,37	538.442,54	534.032,62	530.753,46	3.168.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	FUNDEF - OUTRAS DESPESAS	4.891,60	5.622,81	5.291,18	5.438,85	5.394,36	5.361,20	32.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	84,24	80.749,98	44.299,95	81.876,67	119.686,68	60.302,48	387.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Ent	84,24	80.749,98	40.374,99	80.749,98	118.530,62	39.510,19	360.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas d	84,24	80.749,98	40.374,99	80.749,98	118.530,62	39.510,19	360.000,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Enti	0,00	0,00	3.924,96	1.126,69	1.156,06	20.792,29	27.000,00
4.1.7.6.3.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Municípios p/ SUS	0,00	0,00	3.924,96	1.126,69	1.156,06	20.792,29	27.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	592.023,46	559.626,91	358.744,37	238.744,88	179.008,22	-1.098.747,84	829.400,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	24.982,14	26.859,89	19.855,62	21.291,32	30.517,52	44.893,51	168.400,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	719,86	1.656,87	1.196,11	1.425,98	1.658,48	5.842,70	12.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	12,30	384,34	244,98	425,58	582,61	2.050,19	3.700,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - 60%	7,39	232,79	148,40	254,43	348,65	1.228,34	2.220,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - 25%	3,07	95,05	60,70	106,97	146,19	513,02	925,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora IPTU - 15%	1,84	56,50	35,88	64,18	87,77	308,83	555,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	161,43	351,20	446,42	293,90	347,59	1.199,46	2.800,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - 60%	97,30	211,58	268,01	176,02	208,20	718,89	1.680,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - 15%	40,18	87,41	111,57	73,59	87,07	300,18	700,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora ISS - 15%	23,95	52,21	66,84	44,29	52,32	180,39	420,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	546,13	921,33	504,71	706,50	728,28	2.593,05	6.000,00
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Contribuições	400,00	0,00	0,00				

Município: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contrib	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tribu	10.241,56	9.698,05	7.986,72	10.090,20	9.921,19	26.562,28	74.500,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.048,35	4.202,53	3.960,81	5.992,25	5.609,94	3.686,12	27.500,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Divida Ativa IPTU -	2.430,38	2.523,00	2.376,78	3.594,12	3.364,77	2.210,95	16.500,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Divida Ativa IPTU -	1.011,43	1.048,98	990,05	1.498,66	1.403,01	921,87	6.875,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Divida Ativa IPTU -	606,54	629,55	593,98	899,47	842,16	553,30	4.125,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.793,22	2.469,00	1.287,60	1.048,24	1.443,16	958,78	9.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Divida Ativa ISS - 6	1.076,26	1.481,64	772,52	628,80	865,65	575,13	5.400,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Divida Ativa ISS - 2	448,12	617,14	321,94	262,12	360,90	239,78	2.250,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Divida Ativa ISS - 1	268,84	370,22	193,14	157,32	216,61	143,87	1.350,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Trib	4.399,99	3.026,52	2.738,31	3.049,71	2.868,09	21.917,38	38.000,00
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Conti	1.177,61	2.776,18	858,64	926,22	4.171,85	1.089,50	11.000,00
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras (	1.177,61	2.776,18	858,64	926,22	4.171,85	1.089,50	11.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	12.443,11	12.728,79	9.814,15	8.848,92	14.766,00	11.399,03	70.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	12.443,11	12.728,79	9.814,15	8.848,92	14.766,00	11.399,03	70.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	15.521,88	8.645,09	5.832,27	0,76	0,00	35.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	15.521,88	8.645,09	5.832,27	0,76	0,00	30.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	15.521,88	8.645,09	5.832,27	0,76	0,00	30.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	54.044,22	43.711,22	30.159,30	34.145,03	30.294,80	128.645,43	321.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	54.044,22	43.711,22	30.159,30	34.145,03	30.294,80	128.645,43	321.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	19.946,74	18.852,05	14.723,24	18.144,12	13.334,60	9.999,25	95.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 60%	11.969,33	11.312,98	8.834,24	10.885,03	7.999,67	5.998,75	57.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 25%	4.986,10	4.712,20	3.680,65	4.536,63	3.334,17	2.500,25	23.750,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 15%	2.991,31	2.826,87	2.208,35	2.722,46	2.000,76	1.500,25	14.250,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	5.575,13	5.598,20	2.545,20	2.430,69	2.904,91	1.945,87	21.000,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Divida Ativa ISS - 60%	3.345,29	3.359,27	1.527,09	1.458,24	1.742,73	1.167,38	12.600,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Divida Ativa ISS - 25%	1.393,69	1.399,38	636,31	607,75	726,35	486,52	5.250,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Divida Ativa ISS - 15%	836,15	839,55	381,80	364,70	435,83	291,97	3.150,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	2.875,96	4.088,70	1.201,43	1.112,39	4.324,13	1.397,39	15.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	25.646,39	15.172,27	11.689,43	12.457,83	9.731,16	115.302,92	190.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	507.997,10	473.533,92	300.084,36	177.476,26	118.195,14	-1.272.286,78	305.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	507.997,10	473.533,92	300.084,36	177.476,26	118.195,14	-1.272.286,78	305.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	583.333,50	583.333,50	583.333,50	583.333,50	583.333,50	583.333,50	3.500.001,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,35	3.500.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,35	3.500.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,35	3.500.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Co	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,35	3.500.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,15	1,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,15	1,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entid	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,15	1,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Progra	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,15	1,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-655.829,66	-626.559,02	-629.383,66	-658.807,48	-640.414,25	-758.345,93	-3.969.340,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-655.829,66	-626.559,02	-629.383,66	-658.807,48	-640.414,25	-758.345,93	-3.969.340,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-655.829,66	-626.559,02	-629.383,66	-658.807,48	-640.414,25	-758.345,93	-3.969.340,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-655.829,66	-626.559,02	-629.383,66	-658.807,48	-640.414,25	-758.345,93	-3.969.340,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-274.271,33	-266.716,62	-277.698,76	-258.927,48	-243.578,05	-395.747,76	-1.716.940,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF	-274.271,33	-261.583,29	-275.132,09	-256.360,81	-242.294,72	-391.897,76	-1.701.540,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDE	-274.014,66	-261.326,62	-274.875,42	-256.104,14	-242.038,05	-391.641,11	-1.700.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDE	-256,67	-256,67	-256,67	-256,67	-256,67	-256,65	-1.540,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF	0,00	-5.133,33	-2.566,67	-2.566,67	-1.283,33	-3.850,00	-15.400,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDE	0,00	-5.133,33	-2.566,67	-2.566,67	-1.283,33	-3.850,00	-15.400,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-381.558,33	-359.842,40	-351.684,90	-399.880,00	-396.836,20	-362.598,17	-2.252.400,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução de Receita	-381.558,33	-359.842,40	-351.684,90	-399.880,00	-396.836,20	-362.598,17	-2.252.400,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDE	-319.025,65	-287.910,83	-272.167,30	-325.784,82	-321.594,61	-313.516,79	-1.840.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDE	-54.042,57	-63.967,70	-70.655,46	-65.876,27	-66.023,14	-39.434,86	-360.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDE	-8.490,11	-7.963,87	-8.862,14	-8.218,91	-9.218,45	-9.646,52	-52.400,00
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>6.066.646,36</b>	<b>5.941.417,46</b>	<b>4.943.354,83</b>	<b>5.043.683,81</b>	<b>5.034.418,45</b>	<b>4.044.277,09</b>	<b>31.073.798,00</b>

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/12/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPALROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

# São Pedro de Alcântara

## Prefeitura Municipal

### Decreto n.º 509/2009

DECRETO n.º 509/2009

Exonera WILMAR PRIM do cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar WILMAR PRIM do cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor a partir de 01/01/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### Decreto n.º 510/2009

DECRETO n.º 510/2009

Exonera VALDECIR KAMMER KUHN do Cargo em Comissão de Coordenador de Ações na Área de Desenvolvimento Agrícola.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar VALDECIR KAMMER KUHN do Cargo em Comissão de Coordenador de Ações na Área de Desenvolvimento Agrícola.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor a partir de 01/01/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### Decreto n.º 511/2009

DECRETO n.º 511/2009

Concede Licença para tratamento de Saúde ao funcionário SÍLVIO CESAR DITTER, ocupante do Cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde ao funcionário SÍLVIO CESAR DITTER, pelo período de 13/12/2009 a 03/01/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a seus efeitos a partir de 13/12/2009.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### Decreto n.º 512/2009

DECRETO n.º 512/2009

Fixa o vencimento das parcelas do IPTU e taxas do Exercício de 2010..

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere os Artigos 166 e 169 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas, referentes ao Exercício de 2010, poderão ser pagos em 04 (quatro) parcelas, com os seguintes vencimentos:

Cota Única Vencimento 18/05/2010

1ª Parcela Vencimento 18/05/2010

2ª Parcela Vencimento 18/06/2010

3ª Parcela Vencimento 18/07/2010

4ª Parcela Vencimento 18/08/2010

Parágrafo Único – O pagamento integral do imposto até a data do vencimento da primeira parcela assegurará ao contribuinte o direito de um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o respectivo montante

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Decreto n.º 513/2009

DECRETO n.º 513/2009

Fixa a data limite para pagamento da Taxa de Licença para Localização.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere o Artigo 214 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida com data limite para o pagamento da Taxa de Licença para Localização – TLL, ano 2010, o dia 01 de março de 2010.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de dezembro de 2009.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto n.º 514/2009**

DECRETO n.º 514/2009

CONCEDE PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL e INSTITUI EXPEDIENTE DE FINAL DE ANO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Nos dias 24 (vinte e quatro) e 31 (trinta e um) de dezembro do ano de dois mil e nove, será Ponto Facultativo aos Servidores Público Municipal.

Art. 2º - Nos dias 28, 29 e 30 o expediente da Prefeitura Municipal será interno, portanto não haverá atendimento ao público.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### **Decreto n.º 515/2009**

DECRETO n.º 515/2009

Exonera ANA CAROLINE DA CUNHA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ANA CAROLINE DA CUNHA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 052/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### **Decreto n.º 516/2009**

DECRETO n.º 516/2009

Exonera ANA PAULA DE SOUZA PEDRO do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ANA PAULA DE SOUZA PEDRO do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 103/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### **Decreto n.º 517/2009**

DECRETO n.º 517/2009

Exonera DANIELI ELIANE NAU do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DANIELI ELIANE NAU do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 088/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### **Decreto n.º 518/2009**

DECRETO n.º 518/2009

Exonera DENISE VENTURA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DENISE VENTURA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 062/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

### **Decreto n.º 519/2009**

DECRETO n.º 519/2009

Exonera DIONE TEREZINHA LOHN do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,



## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DIONE TEREZINHA LOHN do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 055/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto n.º 520/2009**

DECRETO n.º 520/2009

Exonera FERNANDA SILVA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar FERNANDA SILVA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 080/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto n.º 521/2009**

DECRETO n.º 521/2009

Exonera JOSIANI FRANCISCO do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JOSIANI FRANCISCO do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 047/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto n.º 522/2009**

DECRETO n.º 522/2009

Exonera KARINA SILVANO do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar KARINA SILVANO do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 091/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto n.º 523/2009**

DECRETO n.º 523/2009

Exonera LEONETE DE SOUZA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar LEONETE DE SOUZA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 064/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto n.º 524/2009**

DECRETO n.º 524/2009

Exonera MARLANA DE SOUZA LOHN do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar MARLANA DE SOUZA LOHN do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 102/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto n.º 525/2009**

DECRETO n.º 525/2009

Exonera ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1.º- Exonerar ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 054/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

**Decreto N° 526/09**

DECRETO N°526/09

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/08.

**DECRETA:**

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.12-2.035 –Func. e Manut. da Coordenadoria da Saúde R\$ 21.000,00

**ANULA:**

3.3.90.00.00.00.00.00002 – Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.90.00.00.00.00.00002 – Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de dezembro de 2009

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**Decreto N° 527/2009**

DECRETO N°527/2009

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/08.

**DECRETA:**

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

03 – SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

03.01.4.122.3.2003 – Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 3.417,00

**ANULA:**

3.1.90.00.00.00.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

4.4.90.00.00.00.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 617,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.91.00.00.00.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 3.417,00

02.01.4.122.2.2002 – Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 5.000,00

**ANULA:**

3.1.91.00.00.00.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.90.00.00.00.00.00000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**Aviso de Suspensão de Licitação**

AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PUBLICA Nº36/2009

A Presidente de Comissão de Licitação do Município de São Pedro de Alcântara/SC, Srª Luana Regina Schmitz, com base no Parecer Jurídico de nº 105/2009, vem através deste tornar-se público para conhecimentos dos interessados a SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA 36/2009 na qual a sessão de abertura seria realizada no dia 28 de dezembro de 2009 as 14:15 (quatorze horas quinze minutos) cujo objeto do Edital é A Execução de serviços rodoviários de terraplanagem, drenagem, obras de arte correntes, obras complementares, sinalização, obra de arte especial e pavimentação asfáltica da Rodovia SPA 126 estaca 43 + 0,00m a estaca 29 + 17,496 numa extensão de 4.977,50m, conforme discriminação das planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros memoriais descritivos e projeto em anexo.

A nova data e horário serão marcados em momento oportuno. E será disponibilizado no Site da Prefeitura. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário da 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 centro ou pelo telefone (48) 32770122, ramal 213.

São Pedro de Alcântara, 23 de dezembro de 2009.

LUANA REGINA SCHMITZ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**Turvo**

**Prefeitura Municipal**

**Lei Complementar 006/2009**

Lei Complementar nº 006/09, 01 de dezembro de 2009.

REGUMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL NO 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faça saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPITULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais em conformi-



dade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo Único. Para fins do disposto nesta Lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

## CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DO ALVARÁ PROVISÓRIO

Art. 2º. Fica criado o Alvará Provisório caracterizado pela concessão do alvará de funcionamento provisório, com prazo de vigência de 60 (sessenta) dias para atividades econômicas com início no Município de Turvo.

§ 1º. A solicitação do Alvará Provisório acerca de compatibilidade do local com a atividade solicitada e o deferimento do mesmo, será protocolado no Município, através do preenchimento de formulário disponibilizado na Prefeitura Municipal de Turvo, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao da solicitação.

§ 2º. No preenchimento do formulário, deverão ser informados:  
I - Documentos de constituição da empresa, devidamente registrado no órgão competente;  
II - Atividades principais e secundárias desenvolvidas, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE em vigor;  
III - Nome da pessoa jurídica ou física;  
IV - Endereço completo do estabelecimento;  
V - Inscrição Imobiliária;  
VI - Número de inscrição no CNPJ ou CPF;  
VII - Nome e qualificação do sócio ou administrador se for o caso;  
VIII - Nome do requerente;  
IX - Nome do contabilista responsável pela escrita fiscal, quando for o caso.

§ 3º. A emissão do alvará provisório fica condicionado ao pagamento da respectiva taxa de expedição de alvará, nos termos da Lei Complementar nº 002/09, de 20 de dezembro de 2004 - Código Tributário Municipal.

§ 4º. Somente será concedido alvará provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de acordo com regulamentação definida pelo Município.

§ 5º. O alvará previsto no caput deste artigo, não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

§ 6º. O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará Provisório, no resguardo do interesse público.

§ 7º. Havendo justo motivo, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho do Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º. Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará Provisório, vistoria no estabelecimento visando à expedição dos demais atos necessários à emissão do alvará definitivo, nos termos da legislação pertinente.

Art. 4º. O Alvará Provisório será declarado nulo se:

- I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;
- II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer

- forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;
- III - ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;
- IV - for expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
- V - ficar comprovada a falsidade ou inexistência de qualquer declaração ou documento.

Art. 5º. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e a terceiros os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinentes.

Art. 6º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Parágrafo Único. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos em qualquer fase do processo de abertura e fechamento de empresas, observarão a uniformidade no processo de registro e de legalização, ficando o Poder Executivo autorizado a baixar atos necessários para evitar a duplicidade de exigências e para agilizar os procedimentos de análise.

Art. 7º. Para a conversão do alvará provisório em Alvará por prazo indeterminado deverá o contribuinte, antes de expirado o prazo de validade do Alvará Provisório, apresentar na repartição competente cópias dos seguintes documentos:

- I - Documentos de constituição da empresa, devidamente registrado no órgão competente;
- II - Cartão do CNPJ;
- III - CPF dos sócios;
- IV - Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- V - Alvará da Vigilância Sanitária, quando necessário;
- VI - Licença Ambiental, quando necessário;
- VII - Habite-se.

## CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA Seção I Das Diretrizes

Art. 8º. Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Parágrafo único. Poderão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto a viabilidade da inscrição.

Art. 9º. Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresa serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Art. 10. O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

**Seção II****Da Consulta de Viabilidade e da Inscrição**

Art. 11. É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado – REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º. A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I – da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II – de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º. Os órgãos competentes disporão do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I – Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II – Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º. Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º. O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do art. 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal no 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 5º. Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal no 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º. A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 12. O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º. A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no art. 11 desta Lei.

§ 2º. A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º. O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas a primeira inscrição.

§ 4º. A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas a taxas aplicáveis as demais empresas.

Art. 13. A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte poderá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

**CAPÍTULO IV****DO REGIME TRIBUTÁRIO**

Art. 14. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviço - ISS, cingir-se-ão as disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 15. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal no 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II – na hipótese de o serviço sujeito a retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente a menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal no 123/2006, e alterações posteriores;

III – na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou a empresa de pequena porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos anexos III, IV e V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;

VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII – o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 16. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISS, de acordo com a Lei Complementar nº 002/04, de 20 de dezembro de 2004, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).



## CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 17. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo Único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade ou pendência.

Art. 18. Fica autorizado o Município de Turvo a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As microempresas e as empresas de pequeno porte que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Parágrafo Único. A baixa prevista neste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados e exigidos valores apurados em decorrência da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de irregularidades praticadas pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte, inclusive imposto, contribuições e respectivas penalidades, reputando-se solidariamente responsáveis os titulares ou sócios.

Art. 20. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido, previsto nesta Lei.

Art. 21. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir o primeiro dia útil subsequente à sua publicação. Revoga-se a Lei Complementar nº 004/08, de 14 de maio de 2008.

Turvo(SC), 01 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### Lei Complementar 007/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009. ESTABELECE A SEGURANÇA CONTRA SINISTROS EM EDIFICAÇÕES, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra incêndios, conforme as Normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O requerimento que solicite aprovação de uma obra, ou alteração, e posterior “Habite-se”, bem como os referentes à concessão de Alvará Municipal de localização ou funcionamento, que dependa da instalação desses sistemas, somente deverá ser instruído com a prova de aceitação pelo Corpo de Bombeiros Militar, sendo esta, o ATESTADO DE HABITE-SE e o ATESTADO DE VISTORIA PARA FUNCIONAMENTO, respectivamente.

Art. 2º. Fica criado o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado em Turvo, com a finalidade de prover recursos para investimento em equipamentos, cursos, treinamentos, materiais permanentes e de consumo para atividades técnicas, de expediente, periciais, busca e salvamento de pessoas e bens, serviço pré-hospitalar, proteção e combate a incêndios, alimentação, informática, aquisição de imóveis, manutenção e aquisição de viaturas, combustível, construção e ampliação de instalações, deslocamento em treinamentos, congressos e eventos de interesse da atividade, além das despesas de custeio da OBM – Organização de Bombeiro Militar, contratação de serviços e encargos, e outras afins, para manter o exercício pleno das atividades do Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único. O Fundo de Reequipamento de que trata este artigo será identificado pela sigla “FUNREBOM”.

Art. 3º. O FUNREBOM será constituído de:

- a) Taxas de Segurança Contra Incêndio; de Exames de Projetos de Segurança Contra Incêndios; de Vistoria de Sistemas de Segurança Contra Incêndios e de Serviços Gerais, arrecadadas no exercício ou oriundas de dívida ativa originárias destes tributos;
- b) Auxílios, Subvenções ou Doações Municipais, Estaduais, Federais ou Privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham ser autorizados pelo Legislativo Municipal à Organização de Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros, sediada em Turvo;
- c) Recursos decorrentes de alienação de material, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos por conta do próprio Fundo;
- d) Recursos advindos da Co-participação dos Municípios limítrofes ou não de Turvo, mas que são atendidos esporadicamente pela Guarnição, ajustadas em convênios que regulem a prestação de serviços do Corpo de Bombeiros nesses municípios;
- e) Juros Bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou aplicação do FUNREBOM;
- f) Multas, aplicadas pelo Corpo de Bombeiros, em edificações que não dispuserem ou não mantiverem em condições de uso, os sistemas de segurança contra incêndios, conforme as Normas de Segurança Contra Incêndios do Corpo de Bombeiros Militar;
- g) Recursos e equipamentos oriundos de convênios, termos de ajuste, acordos e instrumentos congêneres de qualquer natureza, firmados pela Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público e outros órgãos oficiais, destinado ao FUNREBOM;
- h) Recursos decorrentes de Multas Náuticas.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênio de repasses financeiros para o FUNREBOM, a título de subvenção, com a finalidade de garantir a prestação de serviço da OBM, sediada no Município, para o investimento em novos equipamentos, viaturas e seu custeio.

Art. 4º. Os recursos constitutivos do FUNREBOM, oriundos das taxas previstas no Artigo 3º desta Lei, serão, obrigatoriamente, depositados em Agência bancária, em conta denominada: “FUNREBOM” - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, a qual será movimentada, exclusivamente, pelo Conselho Diretor do Fundo.

§ 1º. Os recursos de que trata este artigo, que vierem a ser recolhidos na conta do erário municipal, deverão ser contabilizados até o dia 5 de cada mês pela seção de arrecadação de tributos municipais, que expedirá tão logo uma certidão dos valores



apurados ao Secretário Municipal de Administração e Finanças e ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar para ciência e controle.

§ 2º. O Secretário Municipal de Administração e Finanças deverá repassar, impreterivelmente, até o dia 10 de cada mês, os valores do FUNREBOM apurados no erário municipal, sendo expressamente vedado o acúmulo mensal de tais valores.

Art. 5º. O FUNREBOM será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros:

- a) Prefeito Municipal - Presidente;
- b) Comandante do Corpo de Bombeiros - Vice-presidente;
- c) Secretário Municipal de Administração e Finanças;
- d) Secretário Municipal de Indústria, Agroindústria, Comércio, Trabalho e Desenvolvimento Comunitário;
- e) Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- f) Vereador indicado pelo Poder Legislativo;
- g) Representante da Associação Empresarial do Vale do Araranguá - ACIVA;
- h) Representante da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL;
- i) Representante do Rotary Club;
- j) Assessor Jurídico do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. O Conselho Diretor do FUNREBOM se reunirá bimestralmente por convocação escrita, a fim de deliberar sobre assuntos inerentes ao Corpo de Bombeiros.

§ 2º. Competirá ao Comandante do Corpo de Bombeiros, a execução dos planos de aplicação do FUNREBOM, baseado nas necessidades da atividade e aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo.

Art. 6º. O FUNREBOM fica vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a qual compete os atos necessários à administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal fixará em Decreto a competência dos membros do Conselho Diretor do FUNREBOM, bem como regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º. Na constituição do FUNREBOM observar-se-á o disposto nos Artigos 71 a 74 da Lei Federal no 4.320 de 17/03/64, autorizando o Poder Executivo a proceder as alterações necessárias no PPA, LDO e LOA inserindo as receitas que formarão este Fundo e um programa e uma atividade específicos dentro do Orçamento Municipal, assim discriminado:

04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
56	(programa) Manutenção e Funcionamento do FUNREBOM
2.030	(atividade) Manutenção e Funcionamento do FUNREBOM
06	(função) Segurança Pública
182	(subfunção) Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0	(elemento de despesa material, serviços...) Aplicações Diretas
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0	(elemento de despesa de capital) Aplicações Diretas

Art. 9º. Contra a conta bancária de que trata o Art. 4º desta Lei, somente serão admitidos saques mediante cheques assinados por dois dos seguintes membros: Presidente do Conselho Diretor, Vice-Presidente ou Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 10. A arrecadação, bem como a aplicação e destinação dos

recursos do FUNREBOM, será feita prestação de contas nos prazos e na forma de Legislação vigente.

Art. 11. O total da receita atribuída ao FUNREBOM, será destinado para o pagamento de investimentos e despesas de custeio, conforme o Art. 2º desta Lei.

Art. 12. Os bens adquiridos serão destinados ao uso exclusivo da Organização de Bombeiro Militar sediada em Turvo e incorporados ao patrimônio do Município, sendo de uso exclusivo do Corpo de Bombeiros.

Art. 13. Para a realização das receitas do FUNREBOM, previstas no Artigo 3º, Letra "a" desta lei, ficam instituídas as seguintes taxas:

I - Taxa de Segurança Contra Incêndio; tendo como fato gerador a prestação efetiva ou potencial do serviço de prontidão exercido pelo Corpo de Bombeiros, sendo devida anualmente pelos titulares e/ou detentores de domínio útil edificado no perímetro do município, incluindo-se as residências unifamiliares, em função do risco a que estão sujeitas estas edificações, no valor correspondente a 0,075% da UFM, por metro quadrado de área construída em alvenaria, madeira ou mista;

II - Taxa de Exame de Projetos de Segurança Contra Incêndios; tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia do Corpo de Bombeiros e devida por ocasião do requerimento para exame de projeto preventivo, para obtenção do Atestado de Aprovação do Projeto, no valor correspondente a 0,70% da UFM, por metro quadrado de área a ser construída;

a) Quando houver solicitação para alteração de projeto ou retorno de projeto já examinado, após o segundo retorno, para obtenção do Atestado de Aprovação do Projeto, será cobrada uma taxa no valor correspondente a 0,38% da UFM, por metro quadrado de área a ser construída;

III - Taxa de Vistoria de Sistemas de Segurança Contra Incêndios; tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia do Corpo de Bombeiros e devida anualmente por estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviço e condomínios residenciais, por ocasião da realização de vistoria para obtenção do Atestado de Habite-se, Manutenção e/ou Atestado de Vistoria para Funcionamento, no valor correspondente a 1% da UFM por metro quadrado de área construída;

IV - Taxa de Serviços Gerais; tendo como fato gerador a utilização efetiva do serviço público, prestado ao particular, mediante requerimento ao Corpo de Bombeiros para prestação dos serviços constantes do "Anexo I" desta Lei.

§ 1º. As taxas mencionadas no "caput" do presente artigo, integrarão o Sistema Tributário Municipal.

§ 2º. A arrecadação da taxa prevista no inciso I será efetuada em parcela única, juntamente com a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ficando vinculada a data de vencimento da cota única ou da primeira parcela daquele imposto.

§ 3º. Ficam isentos do pagamento da taxa do inciso I os proprietários de imóveis considerados isentos do pagamento do IPTU.

§ 4º. Delega-se, desde já, a competência para arrecadação das taxas previstas nos incisos II, III e IV deste artigo, ao próprio FUNREBOM, e nos casos de execução judicial, ao Município.

§ 5º. Ficam isentos do pagamento da taxa do inciso III os autônomos e outros que não tenham espaço físico definido, bem como as edificações federais, estaduais e municipais, da administração direta e fundacional, bem como as de entidades beneficentes e/ou com fins filantrópicos, cujos proprietários formalizarem pedido através de requerimento ao Corpo de Bombeiros.

§ 6º. Para as taxas previstas no inciso III deste artigo, ficam estipulados os valores máximos e mínimos de:

I - no valor mínimo de 62% (sessenta e dois por cento) da UFM e



o valor máximo de 31 (trinta e uma) UFM para construção de uso não industrial;

II - no valor mínimo de 03 (três) UFM e o valor máximo de 46 (quarenta e seis) UFM para construções de uso industrial.

§ 7º. Para as taxas previstas neste artigo, cujo valor ultrapassar a 08 (oito) UFM, permitir-se-á um parcelamento em até 03 (três) vezes por solicitação do contribuinte.

§ 8º. No mesmo exercício fiscal não serão cobradas cumulativamente as taxas previstas no inciso III desta Lei.

Art. 14. Fica o Corpo de Bombeiros, através do Serviço de Atividades Técnicas, autorizado a executar vistorias periódicas nas edificações que trata o Art. 1º desta Lei.

Art. 15. A infringência das Normas de Segurança Contra Incêndios do Corpo de Bombeiros ou desta Lei, implicará isolada ou cumulativamente, além das responsabilidades legais específicas, nas seguintes sanções administrativas:

I - Advertência: pelo Corpo de Bombeiros;

II - Notificação: pelo Corpo de Bombeiros;

III - Multa de até 10 (dez) UFM estipulada pelo Conselho Diretor do FUNREBOM, em Ata de reunião ordinária, com base no Auto de Notificação emitido pelo Corpo de Bombeiros, cientificando o infrator através de ofício;

IV - Cancelamento do Alvará de localização, funcionamento ou habite-se: pela Prefeitura Municipal, mediante solicitação do Corpo de Bombeiros;

V - Suspensão, impedimento ou interdição da obra, estabelecimento, prédio ou locação pela Prefeitura Municipal ou Ministério Público, mediante solicitação do Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único. No Auto de Notificação, lavrado pelo Corpo de Bombeiros, constará expressamente às alterações verificadas no imóvel vistoriado e o prazo para regularização, o qual será lavrado em duas vias, sendo:

I – 1ª via para o notificado;

II – 2ª via para o Corpo de Bombeiros.

Art. 16. A falta de pagamento das Taxas previstas no artigo 13, bem como a multa prevista no artigo anterior no prazo devido, sujeitará o contribuinte, cumulativamente, as seguintes penalidades, calculadas sobre o valor inicialmente devido:

I - Juros de 2% (dois por cento), ocorrendo à imediata inscrição do débito como dívida ativa municipal;

II - Encaminhamento do Processo Administrativo ao Ministério Público (Vara da Coletividade).

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

#### ANEXO I

Retorno de vistorias, após 2ª vistoria para habite-se ou funcionamento	De edificações residenciais, (exceto unifamiliares), mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatório, garagem, depósito de inflamável, depósito de explosivos / munições e especiais.	0,25 % UFM por m2 de área construída
--	---	--------------------------------------

Corte de árvore	Em ação preventiva contra potenciais riscos ou sinistros, requeridos pelo interessado.	01 UFM / hora
Extermínio de insetos	Quando solicitado por qualquer pessoa física ou jurídica.	½ UFM / hora
Abastecimento de água	Em estabelecimentos industriais, agropecuários, ou prestações de serviço, cuja falta implique em perigo iminente à segurança, higiene ou produção.	01 UFM / abastecimento
Esgotamento	Em poços ou similares.	½ UFM / hora
Serviço de segurança preventiva	Shows, futebol, exposições, feiras, circos e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrições.	05 UFM / VTR / evento
Cursos e treinamentos	Exceto em estabelecimentos de ensino.	½ UFM / hora aula
Fornecimento	De materiais técnicos como normas técnicas e resoluções do Corpo de Bombeiros e certidões, laudos e relatórios para pessoa jurídica ou profissional autônomo.	¼ UFM / documento
Recarga	De cilindros de mergulho ou assemelhados.	½ UFM / cilindro
Testes de mangueiras	Por teste realizado em cada lance.	¼ UFM / lance
Consultas técnicas	Por consulta técnica realizada sobre projetos preventivos de segurança contra sinistros.	01 UFM / consulta
Produção ambulatorial	Produção ambulatorial, referentes aos atendimentos pré-hospitalares prestados pelo Corpo de Bombeiros.	01 UFM / atendimento
Busca Sub-aquática	De bens submersos (barcos, motores, veículos e outros bens materiais).	01 UFM / hora
Reboque de embarcações	Por ação preventiva, sem risco potencial.	01 UFM / hora

#### Lei Complementar 008/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 008/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 002/04, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. O art. 11 da Lei Complementar nº 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o Valor Venal do Imóvel - VVI.

§ 1º. O Valor Venal do Imóvel - VVI é composto pelo valor venal do terreno (Vvt) e o valor venal da construção (Vvc), sendo-lhe aplicado todos os fatores corretivos.

§ 2º. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração,



aformoseamento ou comodidade.”

Art. 2º. O art. 12 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art.12. O Valor Venal do Imóvel – VVI será determinado em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I – características do terreno:

- a) Fprof: fator de profundidade;
- b) Fsit: fator de situação na quadra;
- c) Ftop: fator de topografia;
- d) Fped: fator de pedologia;
- e) Vmq: Valor do metro quadrado do lote padrão;
- f) Atrib: área tributável;
- g) Área de localização;

II – características da construção:

- a) Fpar : fator do tipo de parede;
- b) Festr: fator do tipo de estrutura;
- c) Fest : fator do estado de conservação;
- d) Fdep : fator de depreciação;

III – características do mercado:

- a) preços correntes;
- b) custo de produção.”

Art. 3º. O art. 14 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O Mapa Genérico de Valores conterá a Planta Genérica de Valores de Terrenos, a Tabela Genérica de Valores de Construção e os Fatores de Correção de Terreno e Fatores de Correção de Construção, conforme tabelas I a X em anexo.”

Art. 4º. O art. 15 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. O valor venal do terreno (Vvt), construído ou não, resulta da multiplicação de sua área total tributável (Atrib), pelo valor do metro quadrado do lote padrão (Vmq), constante da tabela X, e pelos fatores de correção das tabelas I a V, aplicáveis conforme as circunstâncias peculiares do imóvel, de acordo com a seguinte fórmula:

§ 1º. Os elementos ou fatores de correção empregados na fórmula desse artigo são:

- Fprof: fator de profundidade;
- Fsit: fator de situação na quadra;
- Ftop: fator de topografia;
- Fped: fator de pedologia;
- Vmq: Valor do metro quadrado do lote padrão, da seção a que pertence o imóvel, Tabela X;
- Atrib: área tributável.

§ 2º. A área tributável ( ) é calculada de acordo com a tabela I.

- a) Os terrenos que tiverem área superior ao produto do dobro da testada padrão pelo dobro da profundidade máxima padrão, ou seja, possuírem área superior a 2.100,00 m<sup>2</sup>, terão os fatores de profundidade iguais a unidade, nos demais casos o fator de profundidade é calculado em conformidade com a tabela I;
- b) No cálculo do valor venal de terrenos, nos quais tenham sido edificadas unidades compostas de unidades autônomas, além dos fatores de correção aplicáveis de conformidade com as circunstâncias, utilizar-se-á como parâmetro para o cálculo a medida da fração ideal com que cada um dos condôminos participa na propriedade condominial;
- c) Nos casos que houver mais de uma edificação no lote, será definida, para efeito de definição do valor de cada uma no respectivo imóvel, a fração ideal de terreno, proporcionalmente a área construída das mesmas, considerando-se os fatores de correção aplicáveis ao terreno onde as mesmas estão construídas.

§ 3º. O valor do metro quadrado do lote padrão referido no § 1º é:

- a) o do trecho do logradouro relativo a frente efetiva da localização

do imóvel ou, havendo mais de uma, o que possuir o maior valor unitário;

- b) o do trecho do logradouro correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado;
- c) os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela X), terão seus valores unitários fixados por uma comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário;
- d) os valores unitários referentes a logradouros ou trechos de logradouros ainda não implantados - projetados simplesmente – deverão ser reduzidos em oitenta por cento.

§ 4º. O lote padrão para efeito de cálculo dos fatores de profundidade e testada possui área de 450 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com testada de 15m (quinze metros) e profundidade de 30 m (trinta metros).

- a) O fator de profundidade (Fprof) é calculado conforme condições e expressões definida na tabelas II, respectivamente;
- b) A profundidade equivalente do terreno, para efeito de aplicação do fator de profundidade, é obtida mediante a divisão da área total pela testada principal constante no cadastro imobiliário.
- c) A profundidade do lote padrão terá um intervalo onde o fator de profundidade se igualará à unidade quando a profundidade equivalente do lote avaliado estiver nele contido. A profundidade mínima do lote padrão é de 25m (vinte e cinco metros) e a profundidade máxima do lote padrão é 35m (trinta e cinco metros).

§ 5º. O fator de situação (Fsit) na quadra é definido na tabela III, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 6º. O fator de topografia (Ftop) é definido na tabela IV, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 7º. O fator de tipo de pedologia (Fped) é definido na tabela V, conforme enquadramento do lote no cadastro imobiliário.

§ 8º. Para os efeitos deste imposto considera-se imóvel sem edificação, o terreno e o solo sem benfeitoria ou edificação, assim entendido também o imóvel que contenha:

- I – construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- II – construção em andamento ou paralisada;
- III – construção interdita, condenada, em ruínas, ou em demolição.”

Art. 5º. O art. 16 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. O valor venal da construção (Vvc) resulta do produto da área construída (Ac) pelo valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (Vmqc), pelo fator do tipo de parede (Fpar), pelo fator do tipo de estrutura (Festr) e pelo fator do estado de conservação (Fest), conforme a fórmula:

$$Vvc = Ac \times Vmqc \times Fpar \times Festr \times Fest$$

§ 1º. A área construída (Ac) é a constante do cadastro imobiliário.

§ 2º. O valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (Vmqc) é obtido em função do tipo de edificação constante no cadastro imobiliário. A tabela VI define os valores unitários de referência.

§ 3º. O fator do tipo de parede (Fpar) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela VII define seus valores.

§ 4º. O fator do tipo de estrutura (Festr) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela VIII define seus valores.

§ 5º. O fator do estado de conservação (Fest) é obtido em função das informações constantes no cadastro imobiliário. A tabela IX define seus valores.”

Art. 6º. O art. 19 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 19. Os valores do metro quadrado do terreno e construção e demais fatores corretivos são os constantes nas tabelas de I à X anexa."

Art. 7º. O art. 20 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 20. O valor venal do imóvel (Vvi) construído será apurado pela soma do valor venal do terreno (Vvt), obtido na forma dos artigos anteriores, com o valor venal da construção (Vvc), conforme a fórmula abaixo:

$$Vvi = Vvt + Vvc$$

§ 1º. Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário.

§ 2º. Os percentuais para majoração ou minoração dos valores unitários de referência poderão ser gravados por lote no cadastro imobiliário, quando a constatação da distorção for específica, ou por trecho de logradouro, quando a constatação da distorção se der para todos os imóveis de um ou dos dois lados do trecho.

§ 3º. Os percentuais gravados para majoração ou minoração dos valores de referência perderão efeito quando:

- a) características dos imóveis ou dos trechos de logradouros utilizadas nos procedimentos de avaliação sofrerem alterações;
- b) forem revisados os modelos de avaliação e valores unitários de referência; e
- c) se entender que o uso dos percentuais esteja distorcendo os valores dos imóveis.

§ 4º. A gravação dos percentuais de que trata o parágrafo 2º, só poderá ser feito por funcionário(s) da Administração Municipal autorizado(s).

§ 5º. Todos os casos em que forem gravados percentuais para majoração ou minoração dos valores de referência deverão ser enviados para comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal.

§ 6º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será calculado através da multiplicação do Valor Venal do imóvel pela Alíquota Correspondente."

Art. 8º. Os incisos e o caput do art. 31 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. São isentos do pagamento do IPTU, os imóveis:

I - pertencente a particular, quando cedido gratuitamente em sua totalidade, para uso exclusivo do Município, no exercício que ocorreu a cessão;

II - pertencente a aposentado ou pensionista, que possuir um único imóvel, exclusivo para sua residência e de seus dependentes, e não possua outras fontes de rendimentos, obedecido o seguinte:

a) que tenha remuneração de até 1,5 (um salário mínimo e meio), e não tenha outra fonte de renda;

b) que não tenha filho(a) casado(a), residente no mesmo imóvel;

III - pertencente à Ex-Combatentes do Brasil, que tenha participado na 2ª Guerra Mundial, seu cônjuge enquanto pendurar a viúves e que o utiliza como residência;

IV - pertencente a Excepcional, comprovado por Junta Médica, recaindo sobre um imóvel, que utiliza como residência;

V - de propriedade de associações culturais, esportivas, beneficentes e religiosas, desde que relacionados com as finalidades essenciais das entidades;

VI - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir do respectivo ato ou da ocupação efetiva pelo poder

desapropriante;

VII - dos hospitais que tenham o caráter filantrópico, assistencial com atendimento beneficente;

VIII - dos terrenos que possuírem área de preservação permanente ou tombado por lei municipal;

IX - As áreas destinadas às culturas, tais como, parreirais e pastagens, milho, arroz terão redução de 50% (cinquenta por cento na base de cálculo).

...."

Art. 9º. Altera os §§ 1º e 2º e acrescenta § 3º ao art. 38 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. ....

§ 1º. O Valor dos Bens ou dos Direitos Transmitidos, Cedidos ou Permutados, no momento da Transmissão, da Cessão ou da Permuta - VBD será determinado:

a) no caso de imóvel urbano, pela soma do valor do terreno e da(s) edificação(ões), calculados de acordo com os procedimentos estabelecidos nos artigos 15 a 18, sendo os valores do metro quadrado do terreno e construção os constantes nas tabelas de XII e XIII, anexa;

b) no caso de imóvel rural, pela soma do valor do terreno e da(s) edificação(ões), sendo o valor do terreno obtido pela multiplicação de sua área em hectares pelo valor do hectare correspondente a zona a que pertence o imóvel constante do anexo XI e o valor da(s) edificação(ões), calculado de acordo com os procedimentos estabelecidos no artigo 16, sendo os valores do metro quadrado da construção os constantes na tabela XII, anexa;

c) pelo valor declarado pelo sujeito passivo, se este for maior;

d) pelo valor da transação quando realizado pelo Sistema Financeiro da Habitação.

§ 2º. Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário. Estes ajustes somente poderão ser realizados após parecer da comissão de avaliação nomeada pelo Poder Executivo Municipal e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário.

§ 3º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário a "Declaração para Lançamento do ITBI", cujo modelo será instituído por ato do Secretário Municipal, responsável pela área fazendária."

Art. 10. O caput e o § 2º do art. 96, os arts. 97 e 98 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96. A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento – TFL será diferenciada em função da natureza da atividade ou ato praticado, e serão calculadas de conformidade com os valores constantes neste artigo, através do rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de diligências fiscais.

....

§ 2º. O custo das atividades previstas nos incisos I a VI do parágrafo anterior será o seguinte:

Localização ou Fiscalização de Funcionamento regular de estabelecimentos de qualquer natureza:

DISCRIMINAÇÃO	UFM ao ano
a) Indústrias:	
- Beneficiamento e/ou comércio de cereais e fumo .....	08
- Fabricação de estrutura metálicas e/ou concreto, de artefatos de cimento, de concreto usinado e/ou argamassa .....	04
- Fabricação Móveis .....	03
- Outras indústrias .....	02
b) Hotéis, motéis, pensões e similares:	
- até 15 quartos ou apartamentos .....	02
- acima de 15 quartos ou apartamentos .....	03
c) Postos de serviços e abastecimento para veículos .....	05
d) Laboratórios de análises clínicas .....	03
e) Empreiteiras e incorporações .....	03
f) Estabelecimentos bancários, de créditos, financiamento e investimentos.....	10
g) Agropecuária, comércio e serviços não citados acima: ....	02

Art. 97. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento – TFL será calculada através do custo previsto no § 2º do art. 96, pela atividade principal efetivamente exercida.

Art. 98. O Custo Total - CT será o previsto no § 2º do art. 96, sendo cobrado de uma só vez para cada estabelecimento, ainda que seja de um mesmo contribuinte, cobrando-se conseqüentemente, taxa distinta para cada filial.”

Art. 11. O inciso II do art. 103 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 103. ....

....  
II - nos exercícios subseqüentes, em um só pagamento, com recolhimento até o décimo dia útil do mês de fevereiro;  
....”

Art. 12. O inciso III do art. 106 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 106. ....

....  
III – As sociedades sem fins lucrativos ou declaradas de utilidade pública municipal;  
....”

Art. 13. O inciso II do art. 117 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 117. ....

....  
II - nos exercícios subseqüentes, em um só pagamento, com recolhimento até o décimo dia útil do mês de fevereiro;  
....”

Art. 14. O inciso II do art. 130 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 130. ....

....  
II - nos exercícios subseqüentes, em um só pagamento, com recolhimento até o décimo dia útil do mês de fevereiro;  
....”

Art. 15. O inciso II do art. 142 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 142. ....

....  
II - nos exercícios subseqüentes, em um só pagamento, com recolhimento até o décimo dia útil do mês de fevereiro;  
....”

Art. 16. O inciso II do art. 154 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 154. ....

....  
II - nos exercícios subseqüentes, em um só pagamento, com recolhimento até o décimo dia útil do mês de fevereiro;  
....”

Art. 17. O inciso II do art. 177 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 177. ....

....  
II - nos exercícios subseqüentes, em um só pagamento, com recolhimento até o décimo dia útil do mês de fevereiro;  
....”

Art. 18. Altera o parágrafo único para § 1º e acrescenta § 2º ao art. 188 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004:

“Art. 188. ....

....  
§ 2º. São isentos do pagamento da Taxa de Serviço de Limpeza Pública – TSL, os proprietários de imóveis considerados isentos do pagamento do IPTU.”

Art. 19. O caput do artigo 192 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 192. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Resíduos Sólidos - TSCRRS será determinada, para cada imóvel, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica.

....”

Art. 20. O artigo 193 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Resíduos Sólidos – TSCRRS – para atender as despesas previstas no art. 192, será calculada para cada unidade imobiliária predial, de acordo com o abaixo:

I – de 01 (uma) coleta semanal no valor anual de 0,44 (zero vírgula quarenta e quatro) UFM;

II – de 02 (duas) coletas semanais no valor anual de 0,88 (zero vírgula oitenta e oito) UFM;

III – de 03 (três) coletas semanais o valor anual de 1,32 (um vírgula trinta e dois) UFM;

IV – de 04 (quatro) ou 05 (cinco) coletas semanais o valor anual de 2,20 (duas vírgula vinte) UFM;

V - de 06 (seis) passadas semanais o valor anual de 2,64 (duas vírgula sessenta e quatro) UFM.

§ 1º. Serão consideradas unidades imobiliárias, a unidade principal, não sendo considerada, as garagens, edículas vinculadas à unidade principal.

§ 2º. Fica o chefe do poder executivo autorizado a aumentar ou diminuir o número de coleta semanal de acordo com a produção dos Resíduos Sólidos gerado pela população.”

Art. 21. Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 197 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004:

“Art. 197. ....

§ 1º. O parcelamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Resíduos Sólidos – TSCRRS, obedecerá as mesmas condições do parcelamento do IPTU.

§ 2º. São isentos do pagamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Resíduos Sólidos – TSCRRS, os proprietários de imóveis considerados isentos do pagamento do IPTU.”

Art. 22. Acrescenta parágrafo único ao art. 208 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004:

"Art. 208. ....

Parágrafo único. São isentos do pagamento da Taxa de Serviço de Conservação de Ruas e Logradouros Públicos – TSCRLP, os proprietários de imóveis considerados isentos do pagamento do IPTU."

Art. 23. O art. 218 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 218. São isentos do pagamento da Taxa de Expediente – TE, os proprietários de imóveis considerados isentos do pagamento do IPTU, os atestados e certidões fornecidas a servidores municipais, bem como os requerimentos por eles apresentados, quando envolva os assuntos de interesse funcional. São isentos da taxa de cemitério os indigentes."

Art. 24. O § 1º do artigo 245 da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 245. ....

§ 1º. Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial com consumo de até 80 kw/h.

...."

Art. 25. Acrescenta art. 499-A, nas disposições finais e transitórias, capítulo I das disposições finais, da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004:

"Art. 499-A. A UFM – Unidade Fiscal Monetária do Município de Turvo, para fins de aplicação nesta Lei, é fixada em R\$ 81,10 (oitenta e um reais e dez centavos).

Parágrafo Único. O valor referido neste artigo e os demais valores monetários constantes da presente Lei, que não tem como base a UFM – Unidade Fiscal Monetária, serão atualizados, anualmente, com base no IGPM – Índice Geral de Preços Médios ou outro que vier a substituí-lo, acumulado no exercício anterior."

Art. 26. Acrescenta art. 499-B, nas disposições finais e transitórias, capítulo I das disposições finais, da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004:

"Art. 499-B. Fica autorizado o Poder Executivo a retirar da base cadastral imobiliária do Município, todos os imóveis do Distrito 04, pertencentes ao antigo distrito de Ermo."

Art. 27. Ficam revogados os incisos III a V e §§ 1º e 2º do art. 23, § 1º do art. 98, alínea "a" do inciso II do art. 103, alínea "a" do inciso II do art. 117, alínea "a" do inciso II do art. 130, alínea "a" do inciso II do art. 142, alínea "a" do inciso II do art. 154, alínea "a" do inciso II do art. 177, art. 198, arts. 502 a 504, da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 28. Os anexos I a IV da Lei Complementar no 02/04, de 20 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a redação das tabelas de I a XIII anexa.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nos 431/77, 761/89, 1050/93, 1.185/96, 1.607/03 e 1.703/05.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças – designado.

#### TABELA I

FATOR DE REDUÇÃO DE ÁREA PARA CÁLCULO DA ÁREA TRIBUTAVEL (Fa)

ÁREA DO LOTE (m²)	Fa	Área Reduzida	Área Acumulada
Até 2100	0%	2100,00	2100,00
2101	30%	2030,00	4130,00
5001	35%	3250,00	7380,00
10.001	45%	2750,00	10130,00
15.001	50%	5000,00	15130,00
25.001	55%	11250,00	26380,00
50.001	65%	17500,00	43880,00
Acima 100.000	70%		

Obs. O limite da primeira faixa corresponde ao produto do dobro da testada do lote padrão pelo dobro da profundidade máxima do lote padrão, ou seja, 2.100,00 m2.

#### TABELA II

FÓRMULAS PARA O CÁLCULO DO FATOR DE PROFUNDIDADE (Fprof)

Condição	Expressão
$s > 2100,00m^2$	$\rightarrow F_{prof} = 1$
$Mi < f < Ma$	$\rightarrow F_{prof} = 1$
$\frac{Mi}{2} \leq f \leq Mi$	$\rightarrow F_{prof} = \sqrt{\left(\frac{f}{Mi}\right)}$
$Ma \leq f \leq 2Ma$	$\rightarrow F_{prof} = \sqrt{\left(\frac{Ma}{f}\right)}$
$f < \frac{Mi}{2}$	$\rightarrow F_{prof} = 0,707$
$f > 2Ma$	$\rightarrow F_{prof} = 0,707$

onde:

$F_{prof}$	: Fator de profundidade
$Mi$	: Profundidade mínima do lote padrão (25m)
$Ma$	: Profundidade máxima do lote padrão (35m)
$f$	: Profundidade equivalente (s/t)
$s$	: Área do lote
$t$	: Testada principal do lote

#### TABELA III

FATOR DE SITUAÇÃO NA QUADRA (Fsit)

CODIGO (43)	SITUAÇÃO	Fsit
16	Meio de Quadra	1,0
24	Esquina ou + de 1 frente	1,1
32	Vila	0,8
59	Encravado	0,5



TABELA IV  
FATOR DE TOPOGRAFIA (Ftop)

CODIGO (44)	TOPOGRAFIA	Ftop
13	Plana	1,0
21	Active	0,9
30	Declive	0,8
48	Irregular	0,7

TABELA V  
FATOR DE TIPO DE PEDOLOGIA (Fped)

CODIGO (45)	PEDOLOGIA	Fped
10	Inundável	0,7
29	Firme	1,0
37	Alagado	0,6
86	Normal / Combinação dos Demais	1,0
88	Rochoso / Exploração Argila	0,6

TABELA VI  
VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO (Vmc)

CODIGO (73)	Tipo da Construção	Valores em reais p/m²
15	Casa	250,00
31	Apartamento	400,00
58	Loja	250,00
66	Galpão/Garagem	150,00
74	Telheiro	100,00
86	Fábrica	150,00
87	Especial	250,00

TABELA VII  
FATOR DO TIPO DE PAREDES (Fpar)

CODIGO (80)	Tipo da Parede	Fpar
28	Taipa	0,4
36	Alvenaria	1,0
60	Concreto	1,0
86	Madeira	0,5
10	Mista	0,7
11	Chapa/Barraco	0,3

TABELA VIII  
FATOR DO TIPO DE ESTRUTURA (Festr)

CODIGO (78)	Tipo da Estrutura	Festr
11	Alvenaria	0,9
20	Madeira	1,0
31	Metálica	1,0
46	Concreto	1,0

TABELA IX  
FATOR DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO (Fest)

CODIGO (86)	Estado de Conservação	Fest
13	Novo/ótimo	1,0
21	Bom	0,8
30	Regular	0,7
86	Mau	0,5

TABELA X  
VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE PADRÃO PARA CÁLCULO DO IPTU (Vmq)

Código da Seção	Código do Logradouro	Nome Logradouro	Número da Seção	Lado da Seção	Valores em reais p/m²
27-1200-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	1200	D	37,33
27-1200-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	1200	E	31,11
27-1500-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	1500	D	31,11
27-1500-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	1500	E	31,11
27-1900-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	1900	D	31,11
27-1900-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	1900	E	28,00
27-2200-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	2200	D	24,89
27-2200-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	2200	E	24,89
27-2500-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	2500	D	21,78
27-2500-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	2500	E	21,78
27-300-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	300	D	24,89
27-300-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	300	E	18,67
27-500-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	500	D	24,89
27-500-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	500	E	24,89
27-700-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	700	D	31,11
27-700-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	700	E	31,11
418-1000-D	418	RODOVIA SC 448	1000	D	12,44
418-1000-E	418	RODOVIA SC 448	1000	E	12,44
418-1100-D	418	RODOVIA SC 448	1100	D	12,44
418-1100-E	418	RODOVIA SC 448	1100	E	12,44
418-1200-D	418	RODOVIA SC 448	1200	D	12,44
418-1200-E	418	RODOVIA SC 448	1200	E	12,44
418-1300-D	418	RODOVIA SC 448	1300	D	12,44
418-1300-E	418	RODOVIA SC 448	1300	E	12,44
418-1700-D	418	RODOVIA SC 448	1700	D	12,44
418-1700-E	418	RODOVIA SC 448	1700	E	12,44
418-2800-D	418	RODOVIA SC 448	2800	D	9,33
418-2800-E	418	RODOVIA SC 448	2800	E	9,33
418-300-D	418	RODOVIA SC 448	300	D	18,67
418-300-E	418	RODOVIA SC 448	300	E	18,67
418-3800-D	418	RODOVIA SC 448	3800	D	6,22
418-3800-E	418	RODOVIA SC 448	3800	E	6,22
353-200-D	353	RUA ABEL NIERO	200	D	9,33
353-200-E	353	RUA ABEL NIERO	200	E	9,33
815-200-D	815	RUA ABEL OLIVO	200	D	9,33
815-200-E	815	RUA ABEL OLIVO	200	E	9,33
710-100-D	710	RUA ABRAO TRICHES	100	D	12,44
710-100-E	710	RUA ABRAO TRICHES	100	E	12,44
710-200-D	710	RUA ABRAO TRICHES	200	D	12,44
710-200-E	710	RUA ABRAO TRICHES	200	E	12,44
710-300-D	710	RUA ABRAO TRICHES	300	D	12,44
710-300-E	710	RUA ABRAO TRICHES	300	E	12,44
710-800-D	710	RUA ABRAO TRICHES	800	D	6,22
710-800-E	710	RUA ABRAO TRICHES	800	E	6,22
310-1000-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1000	D	9,33
310-1000-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1000	E	9,33

310-1100-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1100	D	6,22
310-1100-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1100	E	6,22
310-200-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	200	D	15,56
310-200-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	200	E	15,56
310-400-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	400	D	21,78
310-400-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	400	E	21,78
310-600-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	600	D	21,78
310-600-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	600	E	21,78
310-700-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	700	D	18,67
310-700-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	700	E	18,67
310-900-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	900	D	12,44
310-900-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	900	E	12,44
272-100-D	272	RUA AFONSO COLODEL	100	D	15,56
272-100-E	272	RUA AFONSO COLODEL	100	E	15,56
272-200-D	272	RUA AFONSO COLODEL	200	D	24,89
272-200-E	272	RUA AFONSO COLODEL	200	E	24,89
612-200-D	612	RUA AFONSO SCARABELOT	200	D	12,44
612-200-E	612	RUA AFONSO SCARABELOT	200	E	12,44
890-200-D	890	RUA AGENOR JOSÉ GOMES	200	D	6,22
890-200-E	890	RUA AGENOR JOSÉ GOMES	200	E	6,22
787-300-D	787	RUA ALBERTO FRASSON	300	D	9,33
787-300-E	787	RUA ALBERTO FRASSON	300	E	9,33
783-100-D	783	RUA ALBERTO MACALOSSI	100	D	9,33
783-100-E	783	RUA ALBERTO MACALOSSI	100	E	9,33
590-100-D	590	RUA ALEXANDRE NEOTTI	100	D	15,56
590-100-E	590	RUA ALEXANDRE NEOTTI	100	E	15,56
51-200-D	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	200	D	18,67
51-200-E	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	200	E	18,67
51-600-D	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	600	D	21,78

51-600-E	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	600	E	21,78
78-1000-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1000	D	6,22
78-1200-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1200	D	9,33
78-1200-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1200	E	9,33
78-1300-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1300	D	9,33
78-1300-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1300	E	9,33
78-1500-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1500	D	9,33
78-1500-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1500	E	9,33
78-1900-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1900	D	6,22
78-1900-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1900	E	6,22
78-2200-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	2200	D	15,56
78-2200-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	2200	E	15,56
78-2300-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	2300	D	15,56
78-2300-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	2300	E	15,56
78-300-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	300	D	6,22
78-500-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	500	D	6,22
78-700-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	700	D	6,22
78-800-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	800	D	6,22
280-1000-D	280	RUA ANGELO SARTOR	1000	D	6,22
280-1000-E	280	RUA ANGELO SARTOR	1000	E	6,22
280-1100-D	280	RUA ANGELO SARTOR	1100	D	6,22
280-1100-E	280	RUA ANGELO SARTOR	1100	E	6,22
280-200-D	280	RUA ANGELO SARTOR	200	D	9,33
280-200-E	280	RUA ANGELO SARTOR	200	E	9,33
280-300-D	280	RUA ANGELO SARTOR	300	D	15,56
280-300-E	280	RUA ANGELO SARTOR	300	E	15,56
280-400-D	280	RUA ANGELO SARTOR	400	D	24,89
280-400-E	280	RUA ANGELO SARTOR	400	E	24,89
280-700-D	280	RUA ANGELO SARTOR	700	D	21,78
280-700-E	280	RUA ANGELO SARTOR	700	E	21,78
280-900-D	280	RUA ANGELO SARTOR	900	D	15,56

280-900-E	280	RUA ANGELO SARTOR	900	E	15,56
124-100-D	124	RUA ANGELO TONETTO	100	D	9,33
124-100-E	124	RUA ANGELO TONETTO	100	E	9,33
124-200-D	124	RUA ANGELO TONETTO	200	D	18,67
124-200-E	124	RUA ANGELO TONETTO	200	E	18,67
124-600-D	124	RUA ANGELO TONETTO	600	D	31,11
124-600-E	124	RUA ANGELO TONETTO	600	E	31,11
124-700-D	124	RUA ANGELO TONETTO	700	D	24,89
124-700-E	124	RUA ANGELO TONETTO	700	E	24,89
574-100-D	574	RUA ANIBAL DAROS	100	D	21,78
574-100-E	574	RUA ANIBAL DAROS	100	E	21,78
132-100-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	100	D	9,33
132-100-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	100	E	9,33
132-200-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	200	D	24,89
132-200-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	200	E	24,89
132-600-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	600	D	37,33
132-600-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	600	E	37,33
132-700-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	700	D	31,11
132-700-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	700	E	31,11
132-800-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	800	D	24,89
132-800-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	800	E	24,89
132-900-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	900	D	15,56
132-900-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	900	E	15,56
14-1000-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1000	D	9,33
14-1000-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1000	E	9,33
14-1100-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1100	D	6,22
14-1100-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1100	E	6,22
14-200-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	200	D	15,56
14-200-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	200	E	15,56
14-300-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	300	D	15,56
14-300-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	300	E	15,56
14-400-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	400	D	21,78

14-400-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	400	E	21,78
14-50-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	50	D	9,33
14-50-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	50	E	9,33
14-700-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	700	D	18,67
14-700-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	700	E	18,67
14-900-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	900	D	12,44
14-900-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	900	E	12,44
891-200-D	891	RUA ANTONIO ZATTA	200	D	6,22
891-200-E	891	RUA ANTONIO ZATTA	200	E	6,22
794-1000-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1000	D	9,33
794-1000-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1000	E	9,33
794-1100-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1100	D	9,33
794-1100-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1100	E	9,33
794-1200-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1200	D	9,33
794-1200-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1200	E	9,33
794-1500-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1500	D	9,33
794-1500-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1500	E	9,33
793-100-D	793	RUA BATISTA DOS SANTOS	100	D	15,56
793-100-E	793	RUA BATISTA DOS SANTOS	100	E	15,56
140-100-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	100	D	12,44
140-100-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	100	E	12,44
140-200-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	200	D	24,89
140-200-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	200	E	24,89
140-600-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	600	D	37,33
140-600-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	600	E	37,33
140-700-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	700	D	31,11
140-700-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	700	E	31,11
140-800-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	800	D	24,89
140-800-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	800	E	24,89
140-900-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	900	D	15,56
140-900-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	900	E	15,56
795-1000-D	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1000	D	12,44

795-1000-E	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1000	E	12,44
795-1200-D	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1200	D	12,44
795-1200-E	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1200	E	12,44
205-100-D	205	RUA DAVID ZACARON	100	D	15,56
205-100-E	205	RUA DAVID ZACARON	100	E	15,56
205-200-D	205	RUA DAVID ZACARON	200	D	24,89
205-200-E	205	RUA DAVID ZACARON	200	E	24,89
205-300-D	205	RUA DAVID ZACARON	300	D	28,00
205-300-E	205	RUA DAVID ZACARON	300	E	28,00
205-400-D	205	RUA DAVID ZACARON	400	D	21,78
205-400-E	205	RUA DAVID ZACARON	400	E	21,78
205-700-D	205	RUA DAVID ZACARON	700	D	6,22
205-700-E	205	RUA DAVID ZACARON	700	E	6,22
205-900-D	205	RUA DAVID ZACARON	900	D	6,22
205-900-E	205	RUA DAVID ZACARON	900	E	6,22
159-100-D	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	100	D	18,67
159-100-E	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	100	E	18,67
159-200-D	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	200	D	24,89
159-200-E	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	200	E	24,89
159-600-D	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	600	D	37,33
159-600-E	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	600	E	37,33
800-200-E	800	RUA DOMINGOS BARDINI	200	E	6,22
800-600-E	800	RUA DOMINGOS BARDINI	600	E	6,22
800-900-E	800	RUA DOMINGOS BARDINI	900	E	6,22
361-1000-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	1000	D	9,33
361-1000-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	1000	E	9,33
361-100-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	100	D	15,56
361-100-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	100	E	15,56
361-150-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	150	D	12,44
361-150-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	150	E	12,44
361-200-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	200	D	6,22

361-200-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	200	E	6,22
361-300-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	300	D	9,33
361-300-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	300	E	9,33
361-600-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	600	D	9,33
361-600-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	600	E	9,33
361-700-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	700	D	9,33
361-700-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	700	E	9,33
620-300-D	620	RUA EDMUNDO BRETZ	300	D	6,22
620-300-E	620	RUA EDMUNDO BRETZ	300	E	6,22
108-100-D	108	RUA EMILIO NEIS	100	D	9,33
108-100-E	108	RUA EMILIO NEIS	100	E	9,33
108-200-D	108	RUA EMILIO NEIS	200	D	18,67
108-200-E	108	RUA EMILIO NEIS	200	E	18,67
108-600-D	108	RUA EMILIO NEIS	600	D	24,89
108-600-E	108	RUA EMILIO NEIS	600	E	24,89
345-100-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	100	D	15,56
345-100-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	100	E	15,56
345-400-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	400	D	15,56
345-400-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	400	E	15,56
345-500-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	500	D	15,56
345-500-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	500	E	15,56
345-600-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	600	D	9,33
345-600-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	600	E	9,33
248-200-D	248	RUA EZIO BENDO	200	D	15,56
248-200-E	248	RUA EZIO BENDO	200	E	15,56
799-200-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	200	D	9,33
799-200-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	200	E	9,33
799-300-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	300	D	24,89
799-300-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	300	E	24,89
799-600-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	600	D	9,33
799-600-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	600	E	9,33
799-900-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	900	D	6,22
799-900-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	900	E	6,22
790-200-D	790	RUA FREI GERONIMO MARIO AMIGONI	200	D	12,44

790-200-E	790	RUA FREI GERONIMO MARIO AMIGONI	200	E	12,44
43-100-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	100	D	6,22
43-100-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	100	E	6,22
43-1200-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1200	D	37,33
43-1200-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1200	E	37,33
43-1500-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1500	D	31,11
43-1500-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1500	E	31,11
43-150-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	150	D	6,22
43-150-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	150	E	6,22
43-1600-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1600	D	31,11
43-1600-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1600	E	31,11
43-200-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	200	D	15,56
43-200-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	200	E	15,56
43-300-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	300	D	24,89
43-300-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	300	E	24,89
43-500-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	500	D	24,89
43-500-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	500	E	24,89
43-700-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	700	D	31,11
43-700-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	700	E	31,11
604-100-D	604	RUA FREI ROMEU	100	D	15,56
604-100-E	604	RUA FREI ROMEU	100	E	15,56
788-200-D	788	RUA HERCILIO ROSSO	200	D	9,33
788-200-E	788	RUA HERCILIO ROSSO	200	E	9,33
729-100-D	729	RUA IDALINO BOZA	100	D	12,44
729-100-E	729	RUA IDALINO BOZA	100	E	12,44
434-100-D	434	RUA JOÃO MAGAGNIN	100	D	9,33
434-100-E	434	RUA JOÃO MAGAGNIN	100	E	9,33
469-100-D	469	RUA JOÃO MANOEL FIGUEREDO	100	D	12,44
469-100-E	469	RUA JOÃO MANOEL FIGUEREDO	100	E	12,44
230-100-D	230	RUA JORGE LACERDA	100	D	6,22
230-100-E	230	RUA JORGE LACERDA	100	E	6,22
230-1200-D	230	RUA JORGE LACERDA	1200	D	18,67
230-1200-E	230	RUA JORGE LACERDA	1200	E	18,67
230-1500-D	230	RUA JORGE LACERDA	1500	D	21,78
230-1500-E	230	RUA JORGE LACERDA	1500	E	21,78
230-1900-D	230	RUA JORGE LACERDA	1900	D	21,78

230-1900-E	230	RUA JORGE LACERDA	1900	E	21,78
230-2200-D	230	RUA JORGE LACERDA	2200	D	21,78
230-2200-E	230	RUA JORGE LACERDA	2200	E	21,78
230-2500-D	230	RUA JORGE LACERDA	2500	D	18,67
230-2500-E	230	RUA JORGE LACERDA	2500	E	18,67
230-300-D	230	RUA JORGE LACERDA	300	D	9,33
230-300-E	230	RUA JORGE LACERDA	300	E	9,33
230-500-D	230	RUA JORGE LACERDA	500	D	12,44
230-500-E	230	RUA JORGE LACERDA	500	E	12,44
230-700-D	230	RUA JORGE LACERDA	700	D	12,44
230-700-E	230	RUA JORGE LACERDA	700	E	12,44
230-800-D	230	RUA JORGE LACERDA	800	D	18,67
230-800-E	230	RUA JORGE LACERDA	800	E	18,67
191-1000-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1000	D	6,22
191-1000-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1000	E	6,22
191-100-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	100	D	12,44
191-100-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	100	E	12,44
191-1100-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1100	D	6,22
191-1100-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1100	E	6,22
191-1200-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1200	D	6,22
191-1200-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1200	E	6,22
191-1300-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1300	D	6,22
191-1300-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1300	E	6,22
191-200-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	200	D	24,89
191-200-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	200	E	24,89
191-300-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	300	D	31,11
191-300-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	300	E	31,11
191-350-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	350	D	21,78
191-350-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	350	E	21,78
191-600-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	600	D	12,44
191-600-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	600	E	12,44
191-700-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	700	D	15,56
191-700-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	700	E	15,56
191-900-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	900	D	9,33
191-900-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	900	E	9,33
802-100-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	100	D	12,44

802-100-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	100	E	12,44
802-1100-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1100	D	9,33
802-1100-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1100	E	9,33
802-1500-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1500	D	9,33
802-1500-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1500	E	9,33
802-200-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	200	D	12,44
802-200-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	200	E	12,44
802-2500-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	2500	D	6,22
802-2500-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	2500	E	6,22
802-400-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	400	D	12,44
802-400-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	400	E	12,44
802-800-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	800	D	9,33
802-800-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	800	E	9,33
175-100-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	100	D	18,67
175-100-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	100	E	18,67
175-200-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	200	D	24,89
175-200-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	200	E	24,89
175-50-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	50	D	9,33
175-50-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	50	E	9,33
175-600-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	600	D	37,33
175-600-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	600	E	37,33
175-700-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	700	D	24,89
175-700-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	700	E	24,89
175-900-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	900	D	15,56
175-900-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	900	E	15,56
116-100-D	116	RUA LIBERATO SIMON	100	D	9,33
116-100-E	116	RUA LIBERATO SIMON	100	E	9,33
116-1100-D	116	RUA LIBERATO SIMON	1100	D	9,33
116-1100-E	116	RUA LIBERATO SIMON	1100	E	9,33
116-200-D	116	RUA LIBERATO SIMON	200	D	18,67
116-200-E	116	RUA LIBERATO SIMON	200	E	18,67
116-600-D	116	RUA LIBERATO SIMON	600	D	31,11
116-600-E	116	RUA LIBERATO SIMON	600	E	31,11
116-700-D	116	RUA LIBERATO SIMON	700	D	24,89
116-700-E	116	RUA LIBERATO SIMON	700	E	24,89
116-900-D	116	RUA LIBERATO SIMON	900	D	9,33

116-900-E	116	RUA LIBERATO SIMON	900	E	9,33
183-1000-D	183	RUA LIBERO BARDINI	1000	D	9,33
183-1000-E	183	RUA LIBERO BARDINI	1000	E	9,33
183-200-D	183	RUA LIBERO BARDINI	200	D	9,33
183-200-E	183	RUA LIBERO BARDINI	200	E	9,33
183-300-D	183	RUA LIBERO BARDINI	300	D	15,56
183-300-E	183	RUA LIBERO BARDINI	300	E	15,56
183-400-D	183	RUA LIBERO BARDINI	400	D	24,89
183-400-E	183	RUA LIBERO BARDINI	400	E	24,89
183-700-D	183	RUA LIBERO BARDINI	700	D	31,11
183-700-E	183	RUA LIBERO BARDINI	700	E	31,11
183-800-D	183	RUA LIBERO BARDINI	800	D	21,78
183-800-E	183	RUA LIBERO BARDINI	800	E	21,78
183-900-D	183	RUA LIBERO BARDINI	900	D	15,56
183-900-E	183	RUA LIBERO BARDINI	900	E	15,56
60-1200-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1200	D	18,67
60-1200-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1200	E	18,67
60-1400-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1400	D	12,44
60-1400-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1400	E	12,44
60-1500-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1500	D	9,33
60-1500-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1500	E	9,33
60-1900-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1900	D	6,22
60-1900-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	1900	E	6,22
60-200-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	200	D	6,22
60-200-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	200	E	6,22
60-2200-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	2200	D	6,22
60-2200-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	2200	E	6,22
60-2500-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	2500	D	6,22
60-2500-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	2500	E	6,22
60-300-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	300	D	6,22
60-300-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	300	E	6,22

60-500-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	500	D	6,22
60-500-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	500	E	6,22
60-700-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	700	D	12,44
60-700-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	700	E	12,44
798-200-D	798	RUA LUIZ MARAGNO	200	D	21,78
798-200-E	798	RUA LUIZ MARAGNO	200	E	21,78
798-50-D	798	RUA LUIZ MARAGNO	50	D	15,56
798-50-E	798	RUA LUIZ MARAGNO	50	E	15,56
582-300-D	582	RUA LUIZ MARCON	300	D	15,56
582-300-E	582	RUA LUIZ MARCON	300	E	15,56
337-200-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	200	D	15,56
337-200-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	200	E	15,56
337-300-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	300	D	15,56
337-300-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	300	E	15,56
337-400-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	400	D	9,33
337-400-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	400	E	9,33
337-700-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	700	D	6,22
337-700-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	700	E	6,22
167-1000-D	167	RUA NEREU RAMOS	1000	D	18,67
167-1000-E	167	RUA NEREU RAMOS	1000	E	18,67
167-100-D	167	RUA NEREU RAMOS	100	D	18,67
167-100-E	167	RUA NEREU RAMOS	100	E	18,67
167-1100-D	167	RUA NEREU RAMOS	1100	D	18,67
167-1100-E	167	RUA NEREU RAMOS	1100	E	18,67
167-1200-D	167	RUA NEREU RAMOS	1200	D	18,67
167-1200-E	167	RUA NEREU RAMOS	1200	E	18,67
167-200-D	167	RUA NEREU RAMOS	200	D	24,89
167-200-E	167	RUA NEREU RAMOS	200	E	24,89
167-50-D	167	RUA NEREU RAMOS	50	D	18,67
167-50-E	167	RUA NEREU RAMOS	50	E	18,67
167-600-D	167	RUA NEREU RAMOS	600	D	37,33
167-600-E	167	RUA NEREU RAMOS	600	E	37,33
167-700-D	167	RUA NEREU RAMOS	700	D	31,11
167-700-E	167	RUA NEREU RAMOS	700	E	31,11
167-800-D	167	RUA NEREU RAMOS	800	D	24,89
167-800-E	167	RUA NEREU RAMOS	800	E	24,89
167-900-D	167	RUA NEREU RAMOS	900	D	18,67
167-900-E	167	RUA NEREU RAMOS	900	E	18,67
875-100-D	875	RUA Nº 53	100	D	6,22
875-100-E	875	RUA Nº 53	100	E	6,22
797-300-D	797	RUA Nº 04	300	D	9,33
797-300-E	797	RUA Nº 04	300	E	9,33
764-100-D	764	RUA Nº 101	100	D	18,67
764-100-E	764	RUA Nº 101	100	E	18,67
749-200-D	749	RUA Nº 103	200	D	15,56

749-200-E	749	RUA Nº 103	200	E	15,56
749-50-D	749	RUA Nº 103	50	D	15,56
749-50-E	749	RUA Nº 103	50	E	15,56
776-100-D	776	RUA Nº 104	100	D	9,33
776-100-E	776	RUA Nº 104	100	E	9,33
776-200-D	776	RUA Nº 104	200	D	15,56
776-200-E	776	RUA Nº 104	200	E	15,56
779-100-D	779	RUA Nº 12	100	D	9,33
779-100-E	779	RUA Nº 12	100	E	9,33
751-200-D	751	RUA Nº 122	200	D	12,44
751-200-E	751	RUA Nº 122	200	E	12,44
750-100-D	750	RUA Nº 123	100	D	12,44
750-100-E	750	RUA Nº 123	100	E	12,44
752-200-D	752	RUA Nº 124	200	D	12,44
752-200-E	752	RUA Nº 124	200	E	12,44
753-200-D	753	RUA Nº 125	200	D	9,33
753-200-E	753	RUA Nº 125	200	E	9,33
329-1100-D	329	RUA Nº 17	1100	D	6,22
329-200-D	329	RUA Nº 17	200	D	9,33
329-200-E	329	RUA Nº 17	200	E	9,33
329-400-D	329	RUA Nº 17	400	D	9,33
329-400-E	329	RUA Nº 17	400	E	9,33
329-700-D	329	RUA Nº 17	700	D	6,22
329-900-D	329	RUA Nº 17	900	D	6,22
299-100-D	299	RUA Nº 20	100	D	6,22
299-100-E	299	RUA Nº 20	100	E	6,22
760-100-D	760	RUA Nº 23	100	D	18,67
760-100-E	760	RUA Nº 23	100	E	18,67
892-100-D	892	RUA Nº 25	100	D	6,22
892-100-E	892	RUA Nº 25	100	E	6,22
880-300-D	880	RUA Nº 29	300	D	6,22
880-300-E	880	RUA Nº 29	300	E	6,22
880-500-D	880	RUA Nº 29	500	D	6,22
880-500-E	880	RUA Nº 29	500	E	6,22
370-100-D	370	RUA Nº 300	100	D	9,33
370-100-E	370	RUA Nº 300	100	E	9,33
388-100-D	388	RUA Nº 301	100	D	9,33
388-100-E	388	RUA Nº 301	100	E	9,33
396-100-D	396	RUA Nº 302	100	D	18,67
396-100-E	396	RUA Nº 302	100	E	18,67
400-100-D	400	RUA Nº 303	100	D	18,67
400-100-E	400	RUA Nº 303	100	E	18,67
442-100-D	442	RUA Nº 304	100	D	9,33
442-100-E	442	RUA Nº 304	100	E	9,33
426-100-D	426	RUA Nº 305	100	D	18,67
426-100-E	426	RUA Nº 305	100	E	18,67
450-100-D	450	RUA Nº 306	100	D	9,33
450-100-E	450	RUA Nº 306	100	E	9,33
647-300-D	647	RUA Nº 309	300	D	6,22
647-300-E	647	RUA Nº 309	300	E	6,22
881-100-D	881	RUA Nº 31	100	D	6,22
881-100-E	881	RUA Nº 31	100	E	6,22
655-300-D	655	RUA Nº 310	300	D	6,22

655-300-E	655	RUA Nº 310	300	E	6,22
663-300-D	663	RUA Nº 311	300	D	6,22
663-300-E	663	RUA Nº 311	300	E	6,22
671-300-D	671	RUA Nº 312	300	D	6,22
671-300-E	671	RUA Nº 312	300	E	6,22
680-200-D	680	RUA Nº 313	200	D	6,22
680-200-E	680	RUA Nº 313	200	E	6,22
696-200-D	696	RUA Nº 314	200	D	9,33
696-200-E	696	RUA Nº 314	200	E	9,33
736-100-D	736	RUA Nº 315	100	D	6,22
736-100-E	736	RUA Nº 315	100	E	6,22
256-200-D	256	RUA Nº 316	200	D	6,22
256-200-E	256	RUA Nº 316	200	E	6,22
264-200-D	264	RUA Nº 317	200	D	6,22
264-200-E	264	RUA Nº 317	200	E	6,22
739-100-D	739	RUA Nº 318	100	D	6,22
739-100-E	739	RUA Nº 318	100	E	6,22
740-300-D	740	RUA Nº 319	300	D	6,22
740-300-E	740	RUA Nº 319	300	E	6,22
882-100-D	882	RUA Nº 32	100	D	6,22
882-100-E	882	RUA Nº 32	100	E	6,22
886-300-D	886	RUA Nº 320	300	D	6,22
886-300-E	886	RUA Nº 320	300	E	6,22
879-300-D	879	RUA Nº 321	300	D	6,22
879-300-E	879	RUA Nº 321	300	E	6,22
743-200-D	743	RUA Nº 322	200	D	12,44
743-200-E	743	RUA Nº 322	200	E	12,44
743-400-D	743	RUA Nº 322	400	D	9,33
743-400-E	743	RUA Nº 322	400	E	9,33
889-100-D	889	RUA Nº 322	100	D	6,22
889-100-E	889	RUA Nº 322	100	E	6,22
737-100-D	737	RUA Nº 323	100	D	12,44
737-100-E	737	RUA Nº 323	100	E	12,44
888-100-D	888	RUA Nº 323	100	D	6,22
888-100-E	888	RUA Nº 323	100	E	6,22
887-200-D	887	RUA Nº 324	200	D	6,22
887-200-E	887	RUA Nº 324	200	E	6,22
744-200-D	744	RUA Nº 330	200	D	6,22
744-200-E	744	RUA Nº 330	200	E	6,22
744-400-D	744	RUA Nº 330	400	D	6,22
744-400-E	744	RUA Nº 330	400	E	6,22
747-300-D	747	RUA Nº 331	300	D	6,22
747-300-E	747	RUA Nº 331	300	E	6,22
747-500-D	747	RUA Nº 331	500	D	6,22
747-500-E	747	RUA Nº 331	500	E	6,22
741-300-D	741	RUA Nº 409	300	D	6,22
741-300-E	741	RUA Nº 409	300	E	6,22
848-300-D	848	RUA Nº 41	300	D	12,44
848-300-E	848	RUA Nº 41	300	E	12,44
742-300-D	742	RUA Nº 410	300	D	6,22
742-300-E	742	RUA Nº 410	300	E	6,22
885-100-D	885	RUA Nº 411	100	D	6,22
885-100-E	885	RUA Nº 411	100	E	6,22

877-1200-D	877	RUA Nº 62	1200	D	9,33
877-1800-D	877	RUA Nº 62	1800	D	9,33
877-700-D	877	RUA Nº 62	700	D	12,44
302-1000-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	1000	D	9,33
302-1000-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	1000	E	9,33
302-100-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	100	D	9,33
302-100-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	100	E	9,33
302-1100-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	1100	D	6,22
302-1100-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	1100	E	6,22
302-200-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	200	D	15,56
302-200-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	200	E	15,56
302-300-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	300	D	15,56
302-300-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	300	E	15,56
302-400-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	400	D	21,78
302-400-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	400	E	21,78
302-700-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	700	D	18,67
302-700-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	700	E	18,67
302-900-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	900	D	12,44
302-900-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	900	E	12,44
86-100-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	100	D	9,33
86-100-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	100	E	9,33
86-200-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	200	D	12,44
86-200-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	200	E	12,44
86-600-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	600	D	24,89
86-600-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	600	E	24,89
86-700-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	700	D	24,89
86-700-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	700	E	24,89
86-900-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	900	D	6,22
86-900-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	900	E	6,22
791-200-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	200	D	15,56
791-200-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	200	E	15,56
791-300-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	300	D	15,56

791-300-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	300	E	15,56
791-700-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	700	D	12,44
791-700-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	700	E	12,44
791-800-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	800	D	15,56
791-800-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	800	E	15,56
791-900-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	900	D	9,33
791-900-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	900	E	9,33
35-100-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	100	D	24,89
35-100-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	100	E	24,89
35-1200-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	1200	D	37,33
35-1200-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	1200	E	37,33
35-300-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	300	D	24,89
35-300-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	300	E	24,89
35-500-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	500	D	31,11
35-500-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	500	E	31,11
213-100-D	213	RUA ROSA MANENTI	100	D	9,33
213-100-E	213	RUA ROSA MANENTI	100	E	9,33
213-200-D	213	RUA ROSA MANENTI	200	D	9,33
213-200-E	213	RUA ROSA MANENTI	200	E	9,33
213-300-D	213	RUA ROSA MANENTI	300	D	9,33
213-300-E	213	RUA ROSA MANENTI	300	E	9,33
213-500-D	213	RUA ROSA MANENTI	500	D	6,22
213-500-E	213	RUA ROSA MANENTI	500	E	6,22
213-600-D	213	RUA ROSA MANENTI	600	D	6,22
213-600-E	213	RUA ROSA MANENTI	600	E	6,22
19-100-D	19	RUA RUI BARBOSA	100	D	6,22
19-100-E	19	RUA RUI BARBOSA	100	E	6,22
19-1200-D	19	RUA RUI BARBOSA	1200	D	49,78
19-1200-E	19	RUA RUI BARBOSA	1200	E	49,78
19-1500-D	19	RUA RUI BARBOSA	1500	D	31,11
19-1500-E	19	RUA RUI BARBOSA	1500	E	31,11
19-150-D	19	RUA RUI BARBOSA	150	D	6,22
19-150-E	19	RUA RUI BARBOSA	150	E	6,22
19-1900-D	19	RUA RUI BARBOSA	1900	D	28,00
19-1900-E	19	RUA RUI BARBOSA	1900	E	28,00
19-300-D	19	RUA RUI BARBOSA	300	D	15,56
19-300-E	19	RUA RUI BARBOSA	300	E	15,56
19-500-D	19	RUA RUI BARBOSA	500	D	24,89
19-500-E	19	RUA RUI BARBOSA	500	E	24,89
19-700-D	19	RUA RUI BARBOSA	700	D	31,11
19-700-E	19	RUA RUI BARBOSA	700	E	31,11
515-1200-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1200	D	9,33

515-1200-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1200	E	9,33
515-1500-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1500	D	12,44
515-1500-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1500	E	12,44
515-1800-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1800	D	6,22
515-1800-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1800	E	6,22
515-200-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	200	D	6,22
515-200-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	200	E	6,22
515-500-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	500	D	9,33
515-500-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	500	E	9,33
515-600-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	600	D	12,44
515-600-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	600	E	12,44
515-800-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	800	D	12,44
515-800-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	800	E	12,44
804-100-D	804	RUA SIMÃO ZILLI	100	D	15,56
804-100-E	804	RUA SIMÃO ZILLI	100	E	15,56
701-1000-D	701	RUA USILIO TONETTO	1000	D	12,44
701-1000-E	701	RUA USILIO TONETTO	1000	E	12,44
701-1200-D	701	RUA USILIO TONETTO	1200	D	12,44
701-1200-E	701	RUA USILIO TONETTO	1200	E	12,44
701-1500-D	701	RUA USILIO TONETTO	1500	D	9,33
701-1500-E	701	RUA USILIO TONETTO	1500	E	9,33
785-100-D	785	RUA VENÍCIO SARTOR	100	D	18,67
785-100-E	785	RUA VENÍCIO SARTOR	100	E	18,67
221-150-D	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	150	D	6,22
221-150-E	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	150	E	24,89
221-300-D	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	300	D	24,89
221-300-E	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	300	E	24,89
221-500-D	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	500	D	24,89
221-500-E	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	500	E	24,89

94-1100-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	1100	D	6,22
94-1100-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	1100	E	6,22
94-200-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	200	D	18,67
94-200-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	200	E	18,67
94-600-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	600	D	24,89
94-600-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	600	E	24,89
94-700-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	700	D	18,67
94-700-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	700	E	18,67
94-900-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	900	D	6,22
94-900-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	900	E	6,22
780-100-D	780	RUA VEREADOR QUINTINO BORTOT	100	D	9,33
780-100-E	780	RUA VEREADOR QUINTINO BORTOT	100	E	9,33
781-100-D	781	SERVIDÃO ANGELO CONSENSO	100	D	6,22
781-100-E	781	SERVIDÃO ANGELO CONSENSO	100	E	6,22
894-100-D	894	SERVIDÃO ANTONIO BAESSO	100	D	6,22
894-100-E	894	SERVIDÃO ANTONIO BAESSO	100	E	6,22
832-100-D	832	SERVIDÃO ANTONIO SIMON	100	D	18,67
832-100-E	832	SERVIDÃO ANTONIO SIMON	100	E	18,67
763-100-D	763	SERVIDÃO AVELINO MARAGNO	100	D	12,44
763-100-E	763	SERVIDÃO AVELINO MARAGNO	100	E	12,44
843-100-D	843	SERVIDÃO BENJAMIN MAGAGNIN	100	D	6,22
843-100-E	843	SERVIDÃO BENJAMIN MAGAGNIN	100	E	6,22
818-100-D	818	SERVIDÃO CARDOSO	100	D	18,67
818-100-E	818	SERVIDÃO CARDOSO	100	E	18,67
523-100-D	523	SERVIDÃO CARLESSI	100	D	24,89
523-100-E	523	SERVIDÃO CARLESSI	100	E	24,89
531-100-D	531	SERVIDÃO CIPRIANO BOZA	100	D	15,56
531-100-E	531	SERVIDÃO CIPRIANO BOZA	100	E	15,56
896-100-D	896	SERVIDÃO DAVID MAGAGNIN	100	D	6,22
896-100-E	896	SERVIDÃO DAVID MAGAGNIN	100	E	6,22
738-200-D	738	SERVIDÃO EGIDIO CADORIN	200	D	6,22
738-200-E	738	SERVIDÃO EGIDIO CADORIN	200	E	6,22
728-100-D	728	SERVIDÃO FERMINIO BITENCOURT	100	D	9,33

728-100-E	728	SERVIDÃO FERMINIO BITENCOURT	100	E	9,33
558-200-D	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	200	D	12,44
558-200-E	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	200	E	12,44
558-300-D	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	300	D	15,56
558-300-E	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	300	E	15,56
558-400-D	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	400	D	15,56
558-400-E	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	400	E	15,56
782-100-D	782	SERVIDÃO JOSÉ BAESSO	100	D	9,33
782-100-E	782	SERVIDÃO JOSÉ BAESSO	100	E	9,33
883-100-D	883	SERVIDÃO LUCCAS BORGES TRICHÊS	100	D	15,56
883-100-E	883	SERVIDÃO LUCCAS BORGES TRICHÊS	100	E	15,56
876-250-D	876	SERVIDÃO Nº 222	250	D	18,67
876-250-E	876	SERVIDÃO Nº 222	250	E	18,67
847-100-D	847	SERVIDÃO Nº 50	100	D	21,78
847-100-E	847	SERVIDÃO Nº 50	100	E	21,78
849-200-D	849	SERVIDÃO Nº 51	200	D	24,89
849-200-E	849	SERVIDÃO Nº 51	200	E	24,89
566-200-D	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	200	D	9,33
566-200-E	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	200	E	9,33
566-300-D	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	300	D	9,33
566-300-E	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	300	E	9,33
893-100-D	893	SERVIDÃO PROF. FABIO E. DE MATOS	100	D	6,22
893-100-E	893	SERVIDÃO PROF. FABIO E. DE MATOS	100	E	6,22
895-100-D	895	SERVIDÃO PROFª LUIZA ROSSO AGUIAR	100	D	6,22
895-100-E	895	SERVIDÃO PROFª LUIZA ROSSO AGUIAR	100	E	6,22
540-100-D	540	SERVIDÃO RABELO	100	D	21,78
540-100-E	540	SERVIDÃO RABELO	100	E	21,78
897-100-D	897	SERVIDÃO VENVENUTO CASTAGNA	100	D	6,22
897-100-E	897	SERVIDÃO VENVENUTO CASTAGNA	100	E	6,22

OBS.: Conforme alínea d, do § 3º, do artigo 15, os valores unitários referentes a logradouros ou trechos de logradouros ainda não implantados - projetados simplesmente – deverão ser reduzidos em oitenta por cento.



TABELA XI

PLANTA GENÉRICA DE VALORES DE TERRENOS RURAIS	
VALORES VENAIS POR HECTARE.	
LOCALIDADES	Valor Venal (UFM/HÁ)
A. ZONA 01	
AMOLA FACA, SÃO FELIPE, LINHA MARCON, LINHA SEMINÁRIO, PONTE ALTA, LIVRAMENTO, LINHA CONTESSI, RIO APARECIDA.	185,00
B. ZONA 02	
ITOUJAVA II, POÇO DA LONTRA, FAZENDA, VILA PROGRESSO, SÃO PEREGRINO, TURVO BAIXO, RODEIO DA AREIA, PINHERINHO.	140,00
C. ZONA 03	
MORRO CHATO, MORRO DO MEIO, BOA VISTINHA, VILA SÃO JOSÉ, MORRO ATRAVESSADO, MORRO AZUL II, NOVA ESPERANÇA E RIO DO SALTO.	93,00

Nota 1: Em todas as Zonas, as áreas situadas nos morros, onde tenha redução de produção agrícola, comprovadamente pelo departamento de Tributo, o valor do hectare será reduzido em 30,00 % (trinta por cento).

Nota 2: Em todas as Zonas, as Áreas de Preservação Permanente – APP, comprovadamente pelo Departamento de Tributo, o valor do hectare será reduzido em 80% (oitenta por cento).

TABELA XII

VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO PARA O CÁLCULO DO ITBI (Vmc)

CODIGO (73)	Tipo da Construção	Valores em reais p/m²
15	Casa	500,00
31	Apartamento	800,00
58	Loja	500,00
66	Galpão/Garagem	300,00
74	Telheiro	200,00
86	Fábrica	300,00
87	Especial	300,00

TABELA XIII

VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE PADRÃO PARA O CÁLCULO DO ITBI (Vmq)

Código da Seção	Código do Logradouro	Nome Logradouro	Número da Seção	Lado da Seção	Valores em reais p/m²
27-1200-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	1200	D	186,67
27-1200-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	1200	E	155,56
27-1500-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	1500	D	155,56
27-1500-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	1500	E	155,56
27-1900-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	1900	D	155,56
27-1900-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	1900	E	140,00
27-2200-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	2200	D	124,44
27-2200-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	2200	E	124,44
27-2500-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	2500	D	108,89
27-2500-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	2500	E	108,89
27-300-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	300	D	124,44
27-300-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	300	E	93,33
27-500-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	500	D	124,44
27-500-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	500	E	124,44
27-700-D	27	AVENIDA MUNICIPAL	700	D	155,56

27-700-E	27	AVENIDA MUNICIPAL	700	E	155,56
418-1000-D	418	RODOVIA SC 448	1000	D	62,22
418-1000-E	418	RODOVIA SC 448	1000	E	62,22
418-1100-D	418	RODOVIA SC 448	1100	D	62,22
418-1100-E	418	RODOVIA SC 448	1100	E	62,22
418-1200-D	418	RODOVIA SC 448	1200	D	62,22
418-1200-E	418	RODOVIA SC 448	1200	E	62,22
418-1300-D	418	RODOVIA SC 448	1300	D	62,22
418-1300-E	418	RODOVIA SC 448	1300	E	62,22
418-1700-D	418	RODOVIA SC 448	1700	D	62,22
418-1700-E	418	RODOVIA SC 448	1700	E	62,22
418-2800-D	418	RODOVIA SC 448	2800	D	46,67
418-2800-E	418	RODOVIA SC 448	2800	E	46,67
418-300-D	418	RODOVIA SC 448	300	D	93,33
418-300-E	418	RODOVIA SC 448	300	E	93,33
418-3800-D	418	RODOVIA SC 448	3800	D	31,11
418-3800-E	418	RODOVIA SC 448	3800	E	31,11
353-200-D	353	RUA ABEL NIERO	200	D	46,67
353-200-E	353	RUA ABEL NIERO	200	E	46,67
815-200-D	815	RUA ABEL OLIVO	200	D	46,67
815-200-E	815	RUA ABEL OLIVO	200	E	46,67
710-100-D	710	RUA ABRAO TRICHES	100	D	62,22
710-100-E	710	RUA ABRAO TRICHES	100	E	62,22
710-200-D	710	RUA ABRAO TRICHES	200	D	62,22
710-200-E	710	RUA ABRAO TRICHES	200	E	62,22
710-300-D	710	RUA ABRAO TRICHES	300	D	62,22
710-300-E	710	RUA ABRAO TRICHES	300	E	62,22
710-800-D	710	RUA ABRAO TRICHES	800	D	31,11
710-800-E	710	RUA ABRAO TRICHES	800	E	31,11
310-1000-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1000	D	46,67
310-1000-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1000	E	46,67
310-1100-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1100	D	31,11
310-1100-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	1100	E	31,11
310-200-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	200	D	77,78
310-200-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	200	E	77,78
310-400-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	400	D	108,89
310-400-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	400	E	108,89
310-600-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	600	D	108,89
310-600-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	600	E	108,89
310-700-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	700	D	93,33
310-700-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	700	E	93,33
310-900-D	310	RUA ADOLFO CASTELLER	900	D	62,22
310-900-E	310	RUA ADOLFO CASTELLER	900	E	62,22



272-100-D	272	RUA AFONSO COLODEL	100	D	77,78
272-100-E	272	RUA AFONSO COLODEL	100	E	77,78
272-200-D	272	RUA AFONSO COLODEL	200	D	124,44
272-200-E	272	RUA AFONSO COLODEL	200	E	124,44
612-200-D	612	RUA AFONSO SCARABELOT	200	D	62,22
612-200-E	612	RUA AFONSO SCARABELOT	200	E	62,22
890-200-D	890	RUA AGENOR JOSÉ GOMES	200	D	31,11
890-200-E	890	RUA AGENOR JOSÉ GOMES	200	E	31,11
787-300-D	787	RUA ALBERTO FRASSON	300	D	46,67
787-300-E	787	RUA ALBERTO FRASSON	300	E	46,67
783-100-D	783	RUA ALBERTO MACALOSSI	100	D	46,67
783-100-E	783	RUA ALBERTO MACALOSSI	100	E	46,67
590-100-D	590	RUA ALEXANDRE NEOTTI	100	D	77,78
590-100-E	590	RUA ALEXANDRE NEOTTI	100	E	77,78
51-200-D	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	200	D	93,33
51-200-E	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	200	E	93,33
51-600-D	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	600	D	108,89
51-600-E	51	RUA ANGELO ANDREA SCARABELOT	600	E	108,89
78-1000-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1000	D	31,11
78-1200-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1200	D	46,67
78-1200-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1200	E	46,67
78-1300-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1300	D	46,67
78-1300-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1300	E	46,67
78-1500-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1500	D	46,67
78-1500-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1500	E	46,67
78-1900-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	1900	D	31,11
78-1900-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	1900	E	31,11
78-2200-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	2200	D	77,78
78-2200-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	2200	E	77,78

78-2300-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	2300	D	77,78
78-2300-E	78	RUA ANGELO ROVARIS	2300	E	77,78
78-300-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	300	D	31,11
78-500-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	500	D	31,11
78-700-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	700	D	31,11
78-800-D	78	RUA ANGELO ROVARIS	800	D	31,11
280-1000-D	280	RUA ANGELO SARTOR	1000	D	31,11
280-1000-E	280	RUA ANGELO SARTOR	1000	E	31,11
280-1100-D	280	RUA ANGELO SARTOR	1100	D	31,11
280-1100-E	280	RUA ANGELO SARTOR	1100	E	31,11
280-200-D	280	RUA ANGELO SARTOR	200	D	46,67
280-200-E	280	RUA ANGELO SARTOR	200	E	46,67
280-300-D	280	RUA ANGELO SARTOR	300	D	77,78
280-300-E	280	RUA ANGELO SARTOR	300	E	77,78
280-400-D	280	RUA ANGELO SARTOR	400	D	124,44
280-400-E	280	RUA ANGELO SARTOR	400	E	124,44
280-700-D	280	RUA ANGELO SARTOR	700	D	108,89
280-700-E	280	RUA ANGELO SARTOR	700	E	108,89
280-900-D	280	RUA ANGELO SARTOR	900	D	77,78
280-900-E	280	RUA ANGELO SARTOR	900	E	77,78
124-100-D	124	RUA ANGELO TONETTO	100	D	46,67
124-100-E	124	RUA ANGELO TONETTO	100	E	46,67
124-200-D	124	RUA ANGELO TONETTO	200	D	93,33
124-200-E	124	RUA ANGELO TONETTO	200	E	93,33
124-600-D	124	RUA ANGELO TONETTO	600	D	155,56
124-600-E	124	RUA ANGELO TONETTO	600	E	155,56
124-700-D	124	RUA ANGELO TONETTO	700	D	124,44
124-700-E	124	RUA ANGELO TONETTO	700	E	124,44
574-100-D	574	RUA ANIBAL DAROS	100	D	108,89
574-100-E	574	RUA ANIBAL DAROS	100	E	108,89
132-100-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	100	D	46,67
132-100-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	100	E	46,67

132-200-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	200	D	124,44
132-200-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	200	E	124,44
132-600-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	600	D	186,67
132-600-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	600	E	186,67
132-700-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	700	D	155,56
132-700-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	700	E	155,56
132-800-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	800	D	124,44
132-800-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	800	E	124,44
132-900-D	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	900	D	77,78
132-900-E	132	RUA ANTONIO BEZ BATTI	900	E	77,78
14-1000-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1000	D	46,67
14-1000-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1000	E	46,67
14-1100-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1100	D	31,11
14-1100-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	1100	E	31,11
14-200-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	200	D	77,78
14-200-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	200	E	77,78
14-300-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	300	D	77,78
14-300-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	300	E	77,78
14-400-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	400	D	108,89
14-400-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	400	E	108,89
14-50-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	50	D	46,67
14-50-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	50	E	46,67
14-700-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	700	D	93,33
14-700-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	700	E	93,33
14-900-D	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	900	D	62,22
14-900-E	14	RUA ANTONIO DANDOLINI	900	E	62,22
891-200-D	891	RUA ANTONIO ZATTA	200	D	31,11
891-200-E	891	RUA ANTONIO ZATTA	200	E	31,11
794-1000-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1000	D	46,67
794-1000-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1000	E	46,67
794-1100-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1100	D	46,67
794-1100-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1100	E	46,67

794-1200-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1200	D	46,67
794-1200-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1200	E	46,67
794-1500-D	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1500	D	46,67
794-1500-E	794	RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA	1500	E	46,67
793-100-D	793	RUA BATISTA DOS SANTOS	100	D	77,78
793-100-E	793	RUA BATISTA DOS SANTOS	100	E	77,78
140-100-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	100	D	62,22
140-100-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	100	E	62,22
140-200-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	200	D	124,44
140-200-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	200	E	124,44
140-600-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	600	D	186,67
140-600-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	600	E	186,67
140-700-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	700	D	155,56
140-700-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	700	E	155,56
140-800-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	800	D	124,44
140-800-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	800	E	124,44
140-900-D	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	900	D	77,78
140-900-E	140	RUA CEL. MARCOS ROVARIS	900	E	77,78
795-1000-D	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1000	D	62,22
795-1000-E	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1000	E	62,22
795-1200-D	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1200	D	62,22
795-1200-E	795	RUA CRISTINA WALTRICH TONETTO	1200	E	62,22
205-100-D	205	RUA DAVID ZACARON	100	D	77,78
205-100-E	205	RUA DAVID ZACARON	100	E	77,78
205-200-D	205	RUA DAVID ZACARON	200	D	124,44
205-200-E	205	RUA DAVID ZACARON	200	E	124,44
205-300-D	205	RUA DAVID ZACARON	300	D	140,00
205-300-E	205	RUA DAVID ZACARON	300	E	140,00
205-400-D	205	RUA DAVID ZACARON	400	D	108,89
205-400-E	205	RUA DAVID ZACARON	400	E	108,89
205-700-D	205	RUA DAVID ZACARON	700	D	31,11

205-700-E	205	RUA DAVID ZACARON	700	E	31,11
205-900-D	205	RUA DAVID ZACARON	900	D	31,11
205-900-E	205	RUA DAVID ZACARON	900	E	31,11
159-100-D	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	100	D	93,33
159-100-E	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	100	E	93,33
159-200-D	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	200	D	124,44
159-200-E	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	200	E	124,44
159-600-D	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	600	D	186,67
159-600-E	159	RUA DO EXPEDICIONARIO	600	E	186,67
800-200-E	800	RUA DOMINGOS BARDINI	200	E	31,11
800-600-E	800	RUA DOMINGOS BARDINI	600	E	31,11
800-900-E	800	RUA DOMINGOS BARDINI	900	E	31,11
361-1000-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	1000	D	46,67
361-1000-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	1000	E	46,67
361-100-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	100	D	77,78
361-100-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	100	E	77,78
361-150-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	150	D	62,22
361-150-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	150	E	62,22
361-200-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	200	D	31,11
361-200-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	200	E	31,11
361-300-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	300	D	46,67
361-300-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	300	E	46,67
361-600-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	600	D	46,67
361-600-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	600	E	46,67
361-700-D	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	700	D	46,67
361-700-E	361	RUA DOMINGOS MARAGNO	700	E	46,67
620-300-D	620	RUA EDMUNDO BRETZ	300	D	31,11
620-300-E	620	RUA EDMUNDO BRETZ	300	E	31,11
108-100-D	108	RUA EMILIO NEIS	100	D	46,67
108-100-E	108	RUA EMILIO NEIS	100	E	46,67
108-200-D	108	RUA EMILIO NEIS	200	D	93,33
108-200-E	108	RUA EMILIO NEIS	200	E	93,33
108-600-D	108	RUA EMILIO NEIS	600	D	124,44

108-600-E	108	RUA EMILIO NEIS	600	E	124,44
345-100-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	100	D	77,78
345-100-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	100	E	77,78
345-400-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	400	D	77,78
345-400-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	400	E	77,78
345-500-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	500	D	77,78
345-500-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	500	E	77,78
345-600-D	345	RUA ERNESTO LODETTI	600	D	46,67
345-600-E	345	RUA ERNESTO LODETTI	600	E	46,67
248-200-D	248	RUA EZIO BENDO	200	D	77,78
248-200-E	248	RUA EZIO BENDO	200	E	77,78
799-200-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	200	D	46,67
799-200-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	200	E	46,67
799-300-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	300	D	124,44
799-300-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	300	E	124,44
799-600-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	600	D	46,67
799-600-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	600	E	46,67
799-900-D	799	RUA FERDINANDO BENDO	900	D	31,11
799-900-E	799	RUA FERDINANDO BENDO	900	E	31,11
790-200-D	790	RUA FREI GERONIMO MARIO AMIGONI	200	D	62,22
790-200-E	790	RUA FREI GERONIMO MARIO AMIGONI	200	E	62,22
43-100-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	100	D	31,11
43-100-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	100	E	31,11
43-1200-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1200	D	186,67
43-1200-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1200	E	186,67
43-1500-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1500	D	155,56
43-1500-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1500	E	155,56
43-150-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	150	D	31,11
43-150-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	150	E	31,11
43-1600-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1600	D	155,56
43-1600-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	1600	E	155,56

43-200-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	200	D	77,78
43-200-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	200	E	77,78
43-300-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	300	D	124,44
43-300-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	300	E	124,44
43-500-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	500	D	124,44
43-500-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	500	E	124,44
43-700-D	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	700	D	155,56
43-700-E	43	RUA FREI GREGORIO DAL MONTE	700	E	155,56
604-100-D	604	RUA FREI ROMEU	100	D	77,78
604-100-E	604	RUA FREI ROMEU	100	E	77,78
788-200-D	788	RUA HERCILIO ROSSO	200	D	46,67
788-200-E	788	RUA HERCILIO ROSSO	200	E	46,67
729-100-D	729	RUA IDALINO BOZA	100	D	62,22
729-100-E	729	RUA IDALINO BOZA	100	E	62,22
434-100-D	434	RUA JOÃO MAGAGNIN	100	D	46,67
434-100-E	434	RUA JOÃO MAGAGNIN	100	E	46,67
469-100-D	469	RUA JOÃO MANOEL FIGUEREDO	100	D	62,22
469-100-E	469	RUA JOÃO MANOEL FIGUEREDO	100	E	62,22
230-100-D	230	RUA JORGE LACERDA	100	D	31,11
230-100-E	230	RUA JORGE LACERDA	100	E	31,11
230-1200-D	230	RUA JORGE LACERDA	1200	D	93,33
230-1200-E	230	RUA JORGE LACERDA	1200	E	93,33
230-1500-D	230	RUA JORGE LACERDA	1500	D	108,89
230-1500-E	230	RUA JORGE LACERDA	1500	E	108,89
230-1900-D	230	RUA JORGE LACERDA	1900	D	108,89
230-1900-E	230	RUA JORGE LACERDA	1900	E	108,89
230-2200-D	230	RUA JORGE LACERDA	2200	D	108,89
230-2200-E	230	RUA JORGE LACERDA	2200	E	108,89
230-2500-D	230	RUA JORGE LACERDA	2500	D	93,33
230-2500-E	230	RUA JORGE LACERDA	2500	E	93,33
230-300-D	230	RUA JORGE LACERDA	300	D	46,67
230-300-E	230	RUA JORGE LACERDA	300	E	46,67
230-500-D	230	RUA JORGE LACERDA	500	D	62,22

230-500-E	230	RUA JORGE LACERDA	500	E	62,22
230-700-D	230	RUA JORGE LACERDA	700	D	62,22
230-700-E	230	RUA JORGE LACERDA	700	E	62,22
230-800-D	230	RUA JORGE LACERDA	800	D	93,33
230-800-E	230	RUA JORGE LACERDA	800	E	93,33
191-1000-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1000	D	31,11
191-1000-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1000	E	31,11
191-100-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	100	D	62,22
191-100-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	100	E	62,22
191-1100-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1100	D	31,11
191-1100-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1100	E	31,11
191-1200-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1200	D	31,11
191-1200-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1200	E	31,11
191-1300-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1300	D	31,11
191-1300-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	1300	E	31,11
191-200-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	200	D	124,44
191-200-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	200	E	124,44
191-300-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	300	D	155,56
191-300-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	300	E	155,56
191-350-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	350	D	108,89
191-350-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	350	E	108,89
191-600-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	600	D	62,22
191-600-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	600	E	62,22
191-700-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	700	D	77,78
191-700-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	700	E	77,78
191-900-D	191	RUA JOSE MALGAREZZI	900	D	46,67
191-900-E	191	RUA JOSE MALGAREZZI	900	E	46,67
802-100-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	100	D	62,22
802-100-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	100	E	62,22
802-1100-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1100	D	46,67
802-1100-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1100	E	46,67

802-1500-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1500	D	46,67
802-1500-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	1500	E	46,67
802-200-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	200	D	62,22
802-200-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	200	E	62,22
802-2500-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	2500	D	31,11
802-2500-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	2500	E	31,11
802-400-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	400	D	62,22
802-400-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	400	E	62,22
802-800-D	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	800	D	46,67
802-800-E	802	RUA JOSE ROBERTO TRICHES	800	E	46,67
175-100-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	100	D	93,33
175-100-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	100	E	93,33
175-200-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	200	D	124,44
175-200-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	200	E	124,44
175-50-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	50	D	46,67
175-50-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	50	E	46,67
175-600-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	600	D	186,67
175-600-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	600	E	186,67
175-700-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	700	D	124,44
175-700-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	700	E	124,44
175-900-D	175	RUA LEOBERTO LEAL	900	D	77,78
175-900-E	175	RUA LEOBERTO LEAL	900	E	77,78
116-100-D	116	RUA LIBERATO SIMON	100	D	46,67
116-100-E	116	RUA LIBERATO SIMON	100	E	46,67
116-1100-D	116	RUA LIBERATO SIMON	1100	D	46,67
116-1100-E	116	RUA LIBERATO SIMON	1100	E	46,67
116-200-D	116	RUA LIBERATO SIMON	200	D	93,33
116-200-E	116	RUA LIBERATO SIMON	200	E	93,33
116-600-D	116	RUA LIBERATO SIMON	600	D	155,56
116-600-E	116	RUA LIBERATO SIMON	600	E	155,56
116-700-D	116	RUA LIBERATO SIMON	700	D	124,44
116-700-E	116	RUA LIBERATO SIMON	700	E	124,44
116-900-D	116	RUA LIBERATO SIMON	900	D	46,67
116-900-E	116	RUA LIBERATO SIMON	900	E	46,67
183-1000-D	183	RUA LIBERO BARDINI	1000	D	46,67
183-1000-E	183	RUA LIBERO BARDINI	1000	E	46,67

183-200-D	183	RUA LIBERO BARDINI	200	D	46,67
183-200-E	183	RUA LIBERO BARDINI	200	E	46,67
183-300-D	183	RUA LIBERO BARDINI	300	D	77,78
183-300-E	183	RUA LIBERO BARDINI	300	E	77,78
183-400-D	183	RUA LIBERO BARDINI	400	D	124,44
183-400-E	183	RUA LIBERO BARDINI	400	E	124,44
183-700-D	183	RUA LIBERO BARDINI	700	D	155,56
183-700-E	183	RUA LIBERO BARDINI	700	E	155,56
183-800-D	183	RUA LIBERO BARDINI	800	D	108,89
183-800-E	183	RUA LIBERO BARDINI	800	E	108,89
183-900-D	183	RUA LIBERO BARDINI	900	D	77,78
183-900-E	183	RUA LIBERO BARDINI	900	E	77,78
60-1200-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1200	D	93,33
60-1200-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1200	E	93,33
60-1400-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1400	D	62,22
60-1400-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1400	E	62,22
60-1500-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1500	D	46,67
60-1500-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1500	E	46,67
60-1900-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1900	D	31,11
60-1900-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	1900	E	31,11
60-200-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	200	D	31,11
60-200-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	200	E	31,11
60-2200-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	2200	D	31,11
60-2200-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	2200	E	31,11
60-2500-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	2500	D	31,11
60-2500-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	2500	E	31,11
60-300-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	300	D	31,11
60-300-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	300	E	31,11
60-500-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	500	D	31,11
60-500-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	500	E	31,11
60-700-D	60	RUA LUIZ CIRIMBELL	700	D	62,22

60-700-E	60	RUA LUIZ CIRIMBELLI	700	E	62,22
798-200-D	798	RUA LUIZ MARAGNO	200	D	108,89
798-200-E	798	RUA LUIZ MARAGNO	200	E	108,89
798-50-D	798	RUA LUIZ MARAGNO	50	D	77,78
798-50-E	798	RUA LUIZ MARAGNO	50	E	77,78
582-300-D	582	RUA LUIZ MARCON	300	D	77,78
582-300-E	582	RUA LUIZ MARCON	300	E	77,78
337-200-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	200	D	77,78
337-200-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	200	E	77,78
337-300-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	300	D	77,78
337-300-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	300	E	77,78
337-400-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	400	D	46,67
337-400-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	400	E	46,67
337-700-D	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	700	D	31,11
337-700-E	337	RUA LUIZ MIRO FASCIN	700	E	31,11
167-1000-D	167	RUA NEREU RAMOS	1000	D	93,33
167-1000-E	167	RUA NEREU RAMOS	1000	E	93,33
167-100-D	167	RUA NEREU RAMOS	100	D	93,33
167-100-E	167	RUA NEREU RAMOS	100	E	93,33
167-1100-D	167	RUA NEREU RAMOS	1100	D	93,33
167-1100-E	167	RUA NEREU RAMOS	1100	E	93,33
167-1200-D	167	RUA NEREU RAMOS	1200	D	93,33
167-1200-E	167	RUA NEREU RAMOS	1200	E	93,33
167-200-D	167	RUA NEREU RAMOS	200	D	124,44
167-200-E	167	RUA NEREU RAMOS	200	E	124,44
167-50-D	167	RUA NEREU RAMOS	50	D	93,33
167-50-E	167	RUA NEREU RAMOS	50	E	93,33
167-600-D	167	RUA NEREU RAMOS	600	D	186,67
167-600-E	167	RUA NEREU RAMOS	600	E	186,67
167-700-D	167	RUA NEREU RAMOS	700	D	155,56
167-700-E	167	RUA NEREU RAMOS	700	E	155,56
167-800-D	167	RUA NEREU RAMOS	800	D	124,44
167-800-E	167	RUA NEREU RAMOS	800	E	124,44
167-900-D	167	RUA NEREU RAMOS	900	D	93,33
167-900-E	167	RUA NEREU RAMOS	900	E	93,33
875-100-D	875	RUA Nº 53	100	D	31,11
875-100-E	875	RUA Nº 53	100	E	31,11
797-300-D	797	RUA Nº 04	300	D	46,67
797-300-E	797	RUA Nº 04	300	E	46,67
764-100-D	764	RUA Nº 101	100	D	93,33
764-100-E	764	RUA Nº 101	100	E	93,33
749-200-D	749	RUA Nº 103	200	D	77,78
749-200-E	749	RUA Nº 103	200	E	77,78
749-50-D	749	RUA Nº 103	50	D	77,78
749-50-E	749	RUA Nº 103	50	E	77,78
776-100-D	776	RUA Nº 104	100	D	46,67
776-100-E	776	RUA Nº 104	100	E	46,67

776-200-D	776	RUA Nº 104	200	D	77,78
776-200-E	776	RUA Nº 104	200	E	77,78
779-100-D	779	RUA Nº 12	100	D	46,67
779-100-E	779	RUA Nº 12	100	E	46,67
751-200-D	751	RUA Nº 122	200	D	62,22
751-200-E	751	RUA Nº 122	200	E	62,22
750-100-D	750	RUA Nº 123	100	D	62,22
750-100-E	750	RUA Nº 123	100	E	62,22
752-200-D	752	RUA Nº 124	200	D	62,22
752-200-E	752	RUA Nº 124	200	E	62,22
753-200-D	753	RUA Nº 125	200	D	46,67
753-200-E	753	RUA Nº 125	200	E	46,67
329-1100-D	329	RUA Nº 17	1100	D	31,11
329-200-D	329	RUA Nº 17	200	D	46,67
329-200-E	329	RUA Nº 17	200	E	46,67
329-400-D	329	RUA Nº 17	400	D	46,67
329-400-E	329	RUA Nº 17	400	E	46,67
329-700-D	329	RUA Nº 17	700	D	31,11
329-900-D	329	RUA Nº 17	900	D	31,11
299-100-D	299	RUA Nº 20	100	D	31,11
299-100-E	299	RUA Nº 20	100	E	31,11
760-100-D	760	RUA Nº 23	100	D	93,33
760-100-E	760	RUA Nº 23	100	E	93,33
892-100-D	892	RUA Nº 25	100	D	31,11
892-100-E	892	RUA Nº 25	100	E	31,11
880-300-D	880	RUA Nº 29	300	D	31,11
880-300-E	880	RUA Nº 29	300	E	31,11
880-500-D	880	RUA Nº 29	500	D	31,11
880-500-E	880	RUA Nº 29	500	E	31,11
370-100-D	370	RUA Nº 300	100	D	46,67
370-100-E	370	RUA Nº 300	100	E	46,67
388-100-D	388	RUA Nº 301	100	D	46,67
388-100-E	388	RUA Nº 301	100	E	46,67
396-100-D	396	RUA Nº 302	100	D	93,33
396-100-E	396	RUA Nº 302	100	E	93,33
400-100-D	400	RUA Nº 303	100	D	93,33
400-100-E	400	RUA Nº 303	100	E	93,33
442-100-D	442	RUA Nº 304	100	D	46,67
442-100-E	442	RUA Nº 304	100	E	46,67
426-100-D	426	RUA Nº 305	100	D	93,33
426-100-E	426	RUA Nº 305	100	E	93,33
450-100-D	450	RUA Nº 306	100	D	46,67
450-100-E	450	RUA Nº 306	100	E	46,67
647-300-D	647	RUA Nº 309	300	D	31,11
647-300-E	647	RUA Nº 309	300	E	31,11
881-100-D	881	RUA Nº 31	100	D	31,11
881-100-E	881	RUA Nº 31	100	E	31,11
655-300-D	655	RUA Nº 310	300	D	31,11
655-300-E	655	RUA Nº 310	300	E	31,11
663-300-D	663	RUA Nº 311	300	D	31,11
663-300-E	663	RUA Nº 311	300	E	31,11
671-300-D	671	RUA Nº 312	300	D	31,11
671-300-E	671	RUA Nº 312	300	E	31,11

680-200-D	680	RUA Nº 313	200	D	31,11
680-200-E	680	RUA Nº 313	200	E	31,11
696-200-D	696	RUA Nº 314	200	D	46,67
696-200-E	696	RUA Nº 314	200	E	46,67
736-100-D	736	RUA Nº 315	100	D	31,11
736-100-E	736	RUA Nº 315	100	E	31,11
256-200-D	256	RUA Nº 316	200	D	31,11
256-200-E	256	RUA Nº 316	200	E	31,11
264-200-D	264	RUA Nº 317	200	D	31,11
264-200-E	264	RUA Nº 317	200	E	31,11
739-100-D	739	RUA Nº 318	100	D	31,11
739-100-E	739	RUA Nº 318	100	E	31,11
740-300-D	740	RUA Nº 319	300	D	31,11
740-300-E	740	RUA Nº 319	300	E	31,11
882-100-D	882	RUA Nº 32	100	D	31,11
882-100-E	882	RUA Nº 32	100	E	31,11
886-300-D	886	RUA Nº 320	300	D	31,11
886-300-E	886	RUA Nº 320	300	E	31,11
879-300-D	879	RUA Nº 321	300	D	31,11
879-300-E	879	RUA Nº 321	300	E	31,11
743-200-D	743	RUA Nº 322	200	D	62,22
743-200-E	743	RUA Nº 322	200	E	62,22
743-400-D	743	RUA Nº 322	400	D	46,67
743-400-E	743	RUA Nº 322	400	E	46,67
889-100-D	889	RUA Nº 322	100	D	31,11
889-100-E	889	RUA Nº 322	100	E	31,11
737-100-D	737	RUA Nº 323	100	D	62,22
737-100-E	737	RUA Nº 323	100	E	62,22
888-100-D	888	RUA Nº 323	100	D	31,11
888-100-E	888	RUA Nº 323	100	E	31,11
887-200-D	887	RUA Nº 324	200	D	31,11
887-200-E	887	RUA Nº 324	200	E	31,11
744-200-D	744	RUA Nº 330	200	D	31,11
744-200-E	744	RUA Nº 330	200	E	31,11
744-400-D	744	RUA Nº 330	400	D	31,11
744-400-E	744	RUA Nº 330	400	E	31,11
747-300-D	747	RUA Nº 331	300	D	31,11
747-300-E	747	RUA Nº 331	300	E	31,11
747-500-D	747	RUA Nº 331	500	D	31,11
747-500-E	747	RUA Nº 331	500	E	31,11
741-300-D	741	RUA Nº 409	300	D	31,11
741-300-E	741	RUA Nº 409	300	E	31,11
848-300-D	848	RUA Nº 41	300	D	62,22
848-300-E	848	RUA Nº 41	300	E	62,22
742-300-D	742	RUA Nº 410	300	D	31,11
742-300-E	742	RUA Nº 410	300	E	31,11
885-100-D	885	RUA Nº 411	100	D	31,11
885-100-E	885	RUA Nº 411	100	E	31,11
877-1200-D	877	RUA Nº 62	1200	D	46,67
877-1800-D	877	RUA Nº 62	1800	D	46,67
877-700-D	877	RUA Nº 62	700	D	62,22
302-1000-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	1000	D	46,67

302-1000-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	1000	E	46,67
302-100-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	100	D	46,67
302-100-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	100	E	46,67
302-1100-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	1100	D	31,11
302-1100-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	1100	E	31,11
302-200-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	200	D	77,78
302-200-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	200	E	77,78
302-300-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	300	D	77,78
302-300-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	300	E	77,78
302-400-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	400	D	108,89
302-400-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	400	E	108,89
302-700-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	700	D	93,33
302-700-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	700	E	93,33
302-900-D	302	RUA PASCOAL SARTOR	900	D	62,22
302-900-E	302	RUA PASCOAL SARTOR	900	E	62,22
86-100-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	100	D	46,67
86-100-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	100	E	46,67
86-200-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	200	D	62,22
86-200-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	200	E	62,22
86-600-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	600	D	124,44
86-600-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	600	E	124,44
86-700-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	700	D	124,44
86-700-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	700	E	124,44
86-900-D	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	900	D	31,11
86-900-E	86	RUA PROFª VIRGINIA CECHINEL	900	E	31,11
791-200-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	200	D	77,78
791-200-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	200	E	77,78
791-300-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	300	D	77,78
791-300-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	300	E	77,78
791-700-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	700	D	62,22
791-700-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	700	E	62,22

791-800-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	800	D	77,78
791-800-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	800	E	77,78
791-900-D	791	RUA RAUL MANFREDINI	900	D	46,67
791-900-E	791	RUA RAUL MANFREDINI	900	E	46,67
35-100-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	100	D	124,44
35-100-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	100	E	124,44
35-1200-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	1200	D	186,67
35-1200-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	1200	E	186,67
35-300-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	300	D	124,44
35-300-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	300	E	124,44
35-500-D	35	RUA ROMULO PESCADOR	500	D	155,56
35-500-E	35	RUA ROMULO PESCADOR	500	E	155,56
213-100-D	213	RUA ROSA MANENTI	100	D	46,67
213-100-E	213	RUA ROSA MANENTI	100	E	46,67
213-200-D	213	RUA ROSA MANENTI	200	D	46,67
213-200-E	213	RUA ROSA MANENTI	200	E	46,67
213-300-D	213	RUA ROSA MANENTI	300	D	46,67
213-300-E	213	RUA ROSA MANENTI	300	E	46,67
213-500-D	213	RUA ROSA MANENTI	500	D	31,11
213-500-E	213	RUA ROSA MANENTI	500	E	31,11
213-600-D	213	RUA ROSA MANENTI	600	D	31,11
213-600-E	213	RUA ROSA MANENTI	600	E	31,11
19-100-D	19	RUA RUI BARBOSA	100	D	31,11
19-100-E	19	RUA RUI BARBOSA	100	E	31,11
19-1200-D	19	RUA RUI BARBOSA	1200	D	248,89
19-1200-E	19	RUA RUI BARBOSA	1200	E	248,89
19-1500-D	19	RUA RUI BARBOSA	1500	D	155,56
19-1500-E	19	RUA RUI BARBOSA	1500	E	155,56
19-150-D	19	RUA RUI BARBOSA	150	D	31,11
19-150-E	19	RUA RUI BARBOSA	150	E	31,11
19-1900-D	19	RUA RUI BARBOSA	1900	D	140,00
19-1900-E	19	RUA RUI BARBOSA	1900	E	140,00
19-300-D	19	RUA RUI BARBOSA	300	D	77,78
19-300-E	19	RUA RUI BARBOSA	300	E	77,78
19-500-D	19	RUA RUI BARBOSA	500	D	124,44
19-500-E	19	RUA RUI BARBOSA	500	E	124,44
19-700-D	19	RUA RUI BARBOSA	700	D	155,56
19-700-E	19	RUA RUI BARBOSA	700	E	155,56
515-1200-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1200	D	46,67
515-1200-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1200	E	46,67
515-1500-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1500	D	62,22
515-1500-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1500	E	62,22

515-1800-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1800	D	31,11
515-1800-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	1800	E	31,11
515-200-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	200	D	31,11
515-200-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	200	E	31,11
515-500-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	500	D	46,67
515-500-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	500	E	46,67
515-600-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	600	D	62,22
515-600-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	600	E	62,22
515-800-D	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	800	D	62,22
515-800-E	515	RUA SÃO JOÃO BATISTA	800	E	62,22
804-100-D	804	RUA SIMÃO ZILLI	100	D	77,78
804-100-E	804	RUA SIMÃO ZILLI	100	E	77,78
701-1000-D	701	RUA USILIO TONETTO	1000	D	62,22
701-1000-E	701	RUA USILIO TONETTO	1000	E	62,22
701-1200-D	701	RUA USILIO TONETTO	1200	D	62,22
701-1200-E	701	RUA USILIO TONETTO	1200	E	62,22
701-1500-D	701	RUA USILIO TONETTO	1500	D	46,67
701-1500-E	701	RUA USILIO TONETTO	1500	E	46,67
785-100-D	785	RUA VENÍCIO SARTOR	100	D	93,33
785-100-E	785	RUA VENÍCIO SARTOR	100	E	93,33
221-150-D	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	150	D	31,11
221-150-E	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	150	E	124,44
221-300-D	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	300	D	124,44
221-300-E	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	300	E	124,44
221-500-D	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	500	D	124,44
221-500-E	221	RUA VEREADOR HAROLDO LUIZ DANDOLINI	500	E	124,44
94-1100-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	1100	D	31,11
94-1100-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	1100	E	31,11
94-200-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	200	D	93,33

94-200-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	200	E	93,33
94-600-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	600	D	124,44
94-600-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	600	E	124,44
94-700-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	700	D	93,33
94-700-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	700	E	93,33
94-900-D	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	900	D	31,11
94-900-E	94	RUA VEREADOR OSCAR PIETSCH	900	E	31,11
780-100-D	780	RUA VEREADOR QUINTINO BORTOT	100	D	46,67
780-100-E	780	RUA VEREADOR QUINTINO BORTOT	100	E	46,67
781-100-D	781	SERVIDÃO ANGELO CONSENSO	100	D	31,11
781-100-E	781	SERVIDÃO ANGELO CONSENSO	100	E	31,11
894-100-D	894	SERVIDÃO ANTONIO BAESSO	100	D	31,11
894-100-E	894	SERVIDÃO ANTONIO BAESSO	100	E	31,11
832-100-D	832	SERVIDÃO ANTONIO SIMON	100	D	93,33
832-100-E	832	SERVIDÃO ANTONIO SIMON	100	E	93,33
763-100-D	763	SERVIDÃO AVELINO MARAGNO	100	D	62,22
763-100-E	763	SERVIDÃO AVELINO MARAGNO	100	E	62,22
843-100-D	843	SERVIDÃO BENJAMIN MAGAGNIN	100	D	31,11
843-100-E	843	SERVIDÃO BENJAMIN MAGAGNIN	100	E	31,11
818-100-D	818	SERVIDÃO CARDOSO	100	D	93,33
818-100-E	818	SERVIDÃO CARDOSO	100	E	93,33
523-100-D	523	SERVIDÃO CARLESSI	100	D	124,44
523-100-E	523	SERVIDÃO CARLESSI	100	E	124,44
531-100-D	531	SERVIDÃO CIPRIANO BOZA	100	D	77,78
531-100-E	531	SERVIDÃO CIPRIANO BOZA	100	E	77,78
896-100-D	896	SERVIDÃO DAVID MAGAGNIN	100	D	31,11
896-100-E	896	SERVIDÃO DAVID MAGAGNIN	100	E	31,11
738-200-D	738	SERVIDÃO EGIDIO CADORIN	200	D	31,11
738-200-E	738	SERVIDÃO EGIDIO CADORIN	200	E	31,11
728-100-D	728	SERVIDÃO FERMINIO BITENCOURT	100	D	46,67
728-100-E	728	SERVIDÃO FERMINIO BITENCOURT	100	E	46,67
558-200-D	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	200	D	62,22

558-200-E	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	200	E	62,22
558-300-D	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	300	D	77,78
558-300-E	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	300	E	77,78
558-400-D	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	400	D	77,78
558-400-E	558	SERVIDÃO GUERINO MENEGARO	400	E	77,78
782-100-D	782	SERVIDÃO JOSÉ BAESSO	100	D	46,67
782-100-E	782	SERVIDÃO JOSÉ BAESSO	100	E	46,67
883-100-D	883	SERVIDÃO LUCAS BORGES TRICHÊS	100	D	77,78
883-100-E	883	SERVIDÃO LUCAS BORGES TRICHÊS	100	E	77,78
876-250-D	876	SERVIDÃO Nº 222	250	D	93,33
876-250-E	876	SERVIDÃO Nº 222	250	E	93,33
847-100-D	847	SERVIDÃO Nº 50	100	D	108,89
847-100-E	847	SERVIDÃO Nº 50	100	E	108,89
849-200-D	849	SERVIDÃO Nº 51	200	D	124,44
849-200-E	849	SERVIDÃO Nº 51	200	E	124,44
566-200-D	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	200	D	46,67
566-200-E	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	200	E	46,67
566-300-D	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	300	D	46,67
566-300-E	566	SERVIDÃO PEDRO GIUSTI	300	E	46,67
893-100-D	893	SERVIDÃO PROF. FABIO E. DE MATOS	100	D	31,11
893-100-E	893	SERVIDÃO PROF. FABIO E. DE MATOS	100	E	31,11
895-100-D	895	SERVIDÃO PROF <sup>a</sup> LUIZA ROSSO AGUIAR	100	D	31,11
895-100-E	895	SERVIDÃO PROF <sup>a</sup> LUIZA ROSSO AGUIAR	100	E	31,11
540-100-D	540	SERVIDÃO RABELO	100	D	108,89
540-100-E	540	SERVIDÃO RABELO	100	E	108,89
897-100-D	897	SERVIDÃO VENVENUTO CASTAGNA	100	D	31,11
897-100-E	897	SERVIDÃO VENVENUTO CASTAGNA	100	E	31,11

OBS. Conforme alínea d, do § 3, do artigo 15, os valores unitários referentes a logradouros ou trechos de logradouros ainda não implantados - projetados simplesmente – deverão ser reduzidos em oitenta por cento.

### Lei 1982/2009

LEI Nº 1.982/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TURVO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara



Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Turvo para o exercício financeiro de 2010, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 24.815.395,00 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e quinze mil e trezentos e noventa e cinco reais).

Art. 2º. As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

1 – CORRENTES	R\$ 17.694.845,00
Receita tributária	R\$ 1.331.461,00
Receitas de Contribuições	R\$ 260.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 154.721,00
Receita Industrial	R\$ 40.000,00
Receita de Serviços	R\$ 26.500,44
Transferências Correntes	R\$ 17.604.443,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 676.658,00
Deduções da Receita (Fundeb)	R\$ -2.398.938,44
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 7.120.550,00
Alienação de Bens	R\$ 175.550,00
Transferências de Capital	R\$ 6.945.000,00
TOTAL	R\$ 24.815.395,00

Art. 3º. A despesa fixada, detalhada em anexos a esta Lei conforme determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos, Funções e Grupo de Natureza da Despesa:

<b>I – DESPESAS POR ÓRGÃOS</b>	
Câmara Municipal de Vereadores	
Gabinete do Prefeito	R\$ 1.000.000,00
Gabinete do Vice Prefeito	R\$ 508.000,00
Secret. de Adm. e Finanças	R\$ 82.000,00
Secret. Ind., Agroind., Com., Trab. e Des. Comunitário	R\$ 1.798.000,00
Secret. de Educação, Cultura e Esportes	R\$ 491.000,00
Secret. Transp., Obras e Serv. Urbanos	R\$ 5.875.954,20
Secret. de Saúde e Ação Social	R\$ 9.662.062,00
Secret. de Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 598.000,00
Reserva de Contingência	R\$ 1.273.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 20.000,00
Fundo Munic. de Assistência.- Plamas	R\$ 3.268.465,80
TOTAL	R\$ 238.913,00
	R\$ 24.815.395,00
<b>II – DESPESAS POR FUNÇÕES</b>	
01 – Legislativa	R\$ 1.000.000,00
04 – Administração	R\$ 1.768.000,00
06 – Segurança Pública	R\$ 20.000,00
08 – Assistência Social	R\$ 478.000,00
10 – Saúde	R\$ 478.000,00
12 – Educação	R\$ 3.507.378,80
13 – Cultura	R\$ 4.713.954,20
15 – Urbanismo	R\$ 332.000,00
16 – Habitação	R\$ 6.770.000,00
20 – Agricultura	R\$ 120.000,00
22 – Indústria	R\$ 1.273.000,00
26 – Transportes	R\$ 491.000,00
27 – Desporto e Lazer	R\$ 2.892.062,00
28 – Encargos Especiais	R\$ 830.000,00
99 – Reserva de Contingência	R\$ 600.000,00
TOTAL	R\$ 20.000,00
	R\$ 24.815.395,00
<b>III – DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 14.992.395,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 9.803.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 24.815.395,00

Art. 4º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 6º. Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. As alterações ocorridas na Lei Orçamentária (LOA), com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2010 a 2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2010, a partir de 1º de janeiro.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### Lei 1983/2009

LEI Nº 1.983/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL NO 1.675/04, DE 11 DE JUNHO DE 2004, QUE INSTITUI O SERVIÇO FUNERÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º da Lei Municipal nº 1.675/04, de 11 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. A concessão de alvará de funcionamento de Empresas Funerárias, obrigatoriamente, deverá levar em consideração o coeficiente de acréscimo populacional de até cinco (05) mil habitantes, para cada empresa, respeitadas as já em funcionamento no Município.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.



**Lei 1984/2009**

LEI N 1.984/09, de 28 de dezembro de 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 132.700,00 (Cento e trinta e dois mil e setecentos reais), assim classificados:

02.01 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0027.2.004 – MANUT. E FUNC DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (05) – Aplicações Diretas...R\$ 2.700,00

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0.002 – PROVENTOS A INATIVOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (12) – Aplicações Diretas...R\$ 16.000,00

06.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0032.2.008 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CRECHES

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (36) – Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

12.365.0033.2.029 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE PRÉ-ESCOLARES

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (40) – Aplicações Diretas...R\$ 19.000,00

12.361.0034.2.010 – MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (26) – Aplicações Diretas...R\$ 60.000,00

12.366.0036.2.012 – MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO SUPLETIVO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (43) – Aplicações Diretas...R\$ 5.000,00

12.361.0054.2.025 – MANUT. ENSINO SUPERIOR E CONV UNIVERSIDADES

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (32) – Aplicações Diretas...R\$ 5.000,00

13.392.0039.2.015 – MANUT. PROMOÇÃO E DIVULG DA CULTURA

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (48) – Aplicações Diretas...R\$ 5.000,00

Art. 2º. execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação dos seguintes itens orçamentários:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0025.2.002 – MANUT. E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (01) – Aplicações Diretas...R\$ 37.000,00

05.01 – SEC. DA IND. AGROIND. COM. E DES. COMUNITARIO

22.661.0029.2.006 – MANUT. SEC.DA IND.,AGROIND.,COM. E DES. COMUNITÁRIO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (16) – Aplicações Diretas...R\$ 9.000,00

06.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.367.0041.2.017 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO ESPECIAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (45) – Aplicações Diretas...R\$ 9.000,00

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

26.782.0044.2.019 – MANU E FUNC DA SEC DE TRANSP OBRAS E SERV PUBLICOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (62) – Aplicações Diretas...R\$ 77.700,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

**Lei 1985/2009**

LEI N 1.985/09, de 28 de dezembro de 2009.

CONCEDE PREMIO JUBILAR AOS SERVIDORES INATIVOS E

PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica concedido Prêmio Jubilar, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2010 a todos os servidores inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Turvo.

Parágrafo Único. O Prêmio Jubilar de que trata esta Lei será concedido até 31 de março de 2010 e não incorporará aos proventos de seus beneficiários.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

**Lei 1986/2009**

LEI N 1.986/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica concedido Vale Alimentação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2010 a todos os servidores e empregados públicos ativos da Prefeitura Municipal de Turvo, bem como aos ocupantes de função gratificada e contratados em caráter temporário.

Parágrafo Único. O Vale Alimentação de que trata esta Lei será concedido até 31 de março de 2010 e não incorporará aos vencimentos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

**Lei 1987/2009**

LEI N 1.987/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica concedido Vale Alimentação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2010 aos servidores efetivos, comissionados e ACT, ativos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Parágrafo Único. O Vale Alimentação de que trata esta Lei será concedido até 31 de março de 2010 e não incorporará aos vencimentos.



Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### **Lei 1988/2009**

LEI Nº 1.988/09, de 28 de dezembro de 2009.

INSTITUI COMPLEMENTO AO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO – CPNM, AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TURVO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, a ser pago aos profissionais do Magistério Público Municipal, correspondente a diferença apurada entre o valor total da remuneração e o valor do Piso Nacional do Magistério, criado pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Parágrafo único. A vantagem pecuniária prevista neste artigo será concedida a partir de janeiro de 2010.

Art. 2º. O valor da Vantagem Nominalmente Identificável será variável na proporção da diferença apurada no artigo 1º.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### **Lei 1989/2009**

LEI Nº 1.989/09, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA COOPERAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E AUTORIZA A EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS PELA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PROGRAMA.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº 11.107/05, de 06 de abril de 2005, Lei Federal nº 11.445/07, de 05 de janeiro 2007, Lei Estadual nº 4.547/70, de 31 de dezembro de 1970, Lei Estadual nº 13.517/05, de 04 de outubro de 2005 e Lei Complementar Estadual nº 381/07, de 07 de maio de 2007, visando à cooperação na prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com o Estado de Santa Catarina para a prestação desses serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24 inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93 e na legislação referida no artigo anterior autorizado a celebrar Contrato de Programa com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, visando à prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º. As autorizações de que tratam os arts. 1º e 2º desta lei visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá, no todo ou em parte, as seguintes atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais:

I - a captação, adução e tratamento de água bruta;

II - a adução, reservação e distribuição de água tratada;

III - a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 4º. O convênio de cooperação estabelecerá:

I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, delegados ao Órgão Regulador do Estado de Santa Catarina;

II - o planejamento dos serviços de saneamento básico;

III - as atribuições do Município;

IV - as atribuições do Estado, através da Casan.

Art. 5º. O convênio de cooperação poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, da seguinte forma:

I – pelo Município, unilateralmente, através de denúncia fundamentada e motivada, sempre que o relevante interesse público o autorize em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços;

II - advento do Termo Final do prazo do convênio, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;

III - pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

Art. 6º. A denúncia total ou parcial do convênio pelos convenientes, não afeta a vigência do Contrato de Programa firmado entre o Município e a Casan para a prestação dos serviços de saneamento básico, ficando assegurado o cumprimento das obrigações previstas.

Art. 7º. O prazo de vigência do convênio será de 20 (vinte) anos, contados da data de sua assinatura.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 28 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### **Extrato Convenio 16/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO nº : 016/2009

CONVENIADA : CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS.

OBJETIVO : A contribuição financeira será utilizada para custear despesas com promoção de eventos de final de ano e na manutenção e funcionamento da entidade.

VALOR : R\$ - 30.000,00

VIGÊNCIA : 12/2009 e 01/2010



**Extrato Convenio 17/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO nº : 017/2009

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL.

OBJETIVO : A contribuição financeira será utilizada para custear despesas com o pagamento dos bombeiros comunitários profissionais e na manutenção e funcionamento da entidade.

VALOR : R\$ - 65.000,00

VIGÊNCIA : 12/2009 a 12/2010

**Videira****Prefeitura Municipal****Decreto nº 9.344/09**

DECRETO Nº 9.344/09 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08 de 10 de dezembro de 2008.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.089– Manutenção da Saúde no Município	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 – Aplicações Diretas	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	9.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	49.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.089– Manutenção da Saúde no Município	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 – Aplicações Diretas	40.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	9.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	49.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2009.  
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

**Consórcios Públicos****CIGA****Dispensa de Licitação nº 04/2009**

ATO DE DISPENSA Nº 04/09

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/09

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de certificado digital para servidor web no âmbito do ICP-Brasil, com validade de 1 ano.

CONTRATADO: Serasa S.A.

CNPJ: 61.173.620/0036-00

VALOR: R\$ 1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais)

Florianópolis, 6 de julho de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato nº 02/2010**

CONTRATO DE RATEIO - IRINEÓPOLIS

CONTRATANTE: Município de Irineópolis

CNPJ: 83.102.558/0001-05

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 106/2009

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Irineópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 21/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 250,00 por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor no dia 1º de Janeiro de 2010 e vigorará até 31 de dezembro de 2010.

Florianópolis, 27 de novembro de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato nº 03/2010**

CONTRATO DE RATEIO - CORUPÁ

CONTRATANTE: Município de Corupá

CNPJ: 83.102.467/0001-70

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 079/09

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Corupá e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 11/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por mês.



**VIGÊNCIA:** O presente contrato entra em vigor no dia 1º de Janeiro de 2010 e vigorará até 31 de dezembro de 2010.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2009.  
EDINANDO BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

**Termo Aditivo nº 01 ao Convênio 001/2009 - CIGA e FECAM**

Termo Aditivo nº 01/2009 ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira

Termo Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

Considerando a necessidade de dar continuidade às atividades desenvolvidas em parceria pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), em especial a publicação de atos oficiais dos municípios consorciados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), em especial a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação aos municípios catarinenses,

Considerando que o prazo de vigência do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre tais entidades expira no dia 31 de dezembro de 2009.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Monte Carlo Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves, e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Palhoça Sr. Ronério Heiderscheidt, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo nº 01/2009 ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira e alterar o montante financeiro a ser repassado pelo CIGA à FECAM, no intuito de manter o apoio técnico, logístico e financeiro entre as entidades, para que o consórcio mantenha a prestação de serviços aos municípios catarinenses consorciados, conforme definido em seu Protocolo de Intenções.

**Cláusula Segunda – Das Alterações**

As cláusulas do convênio ora aditado, abaixo indicadas, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Segunda – Do Apoio Técnico**

A fim de auxiliar o CIGA a iniciar a prestação de seus serviços, a FECAM prestará apoio técnico, assim definido:

Cessão de empregados para dirigir as atividades do CIGA, em especial as de direção, gerência administrativa e de tecnologia da informação e assessoria jurídica

Os empregados serão cedidos o CIGA, e a jornada de trabalho será variável, de acordo com a demanda de trabalho das partes.

**Cláusula Quarta – Da contrapartida**

A título de ressarcimento do apoio técnico e logístico prestado pela FECAM, o CIGA repassará mensalmente à FECAM a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**Cláusula Quinta – Das Obrigações do CIGA**

O CIGA obriga-se a prestar os serviços aos municípios consorciados, conforme objetivos constantes no Protocolo de Intenções e

a zelar pelos bens de propriedade da FECAM disponibilizados ao CIGA.

**Cláusula Sexta – Da Vigência**

O presente convênio entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010 e vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

**Cláusula Sétima – Da Rescisão**

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio caso ocorra comprovado inadimplemento de quaisquer das cláusulas, pela superveniência de legislação que o torne impraticável e por mútuo interesse.

**Cláusula Oitava – Do Foro**

As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer conflitos resultantes do presente convênio.

**Cláusula Nona – Disposição Final**

Por estarem acordadas as partes, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

**Cláusula Terceira – Das Disposições Finais**

As partes acordam o presente termo aditivo, permanecendo em vigor as demais cláusulas do convênio, não alteradas expressamente por este Termo Aditivo.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2009.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito de Monte Carlo  
Presidente do CIGA

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito de Palhoça  
Presidente da FECAM